

Osvaci Amaro Venâncio Júnior

**ELABORAÇÃO DE CABEÇALHOS DE  
EMENTAS DE ACÓRDÃOS SOB A  
PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA PEIRCEANA:  
UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DA  
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciência da  
Informação da Universidade Federal  
de Santa Catarina para a obtenção do  
Grau de Mestre em Ciência da  
Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Lígia Arruda  
Maria Café

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Venâncio Júnior, Osvaci Amaro

Elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos sob a perspectiva da semiótica peirceana: uma contribuição aos estudos da representação da informação em ciência da informação / Osvaci Amaro Venâncio Júnior; orientadora, Lígia Maria Arruda Café - Florianópolis, SC, 2017.

156 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências

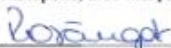
1. Ciência da Informação. 2. Ementas de acórdãos. 3. Semiótica. 4. Indexação em linguagem natural. 5. Charles Peirce. I. Arruda Café, Lígia Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

Osvaci Amaro Venâncio Júnior

**ELABORAÇÃO DE CABEÇALHOS DE EMENTAS DE  
ACÓRDÃOS SOB A PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA  
PEIRCEANA: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DA  
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO**

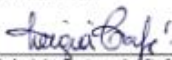
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de  
"Mestre em Ciência da Informação", e aprovada em sua forma final pelo  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC.

Florianópolis, 2 de março de 2017.



Profa. Rosângela Schwarz Rodrigues, Dra.  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**



Profa. Ligia Maria Arruda Café, Dra.  
Orientadora  
UFSC



Profa. Edna Lúcia da Silva, Dra.  
UFSC



Prof. Carlos Cândido de  
Almeida, Dr.  
Universidade Estadual Paulista



Prof. Vinicius Medina Kern, Dr.  
UFSC



## **AGRADECIMENTOS**

Quero primeiramente agradecer à minha mãe, Dona Maria da Glória, ser humano extraordinário, que incutiu em mim o gosto pelos estudos da linguagem.

Agradeço também, com muita saudade, ao meu pai, Osvaci Amaro Venâncio, e a todos os meus nove irmãos. Todos moram no meu coração.

Agradeço à minha esposa, Adriana, por ter compreendido a importância que era para mim realizar esta pesquisa. Agradeço aos meus dois filhotes, Davi e Alice, que sem saber me deram força para seguir em frente.

Sinceros agradecimentos à Professora Lígia, que com suas inigualáveis inteligência, calma e simpatia soube me orientar nesta importante jornada. Muito obrigado mesmo, Professora!

Obrigado também aos Professores Edna e Carlos, que na qualificação ofereceram valorosas contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho, e aos Professores do PGCIN/UFSC Marisa Brascher e Moisés, pelo aprendizado com eles adquirido nas disciplinas cursadas durante o mestrado.

Quero agradecer ainda à Camila Barros, outra semioticista, que também teve importante participação nesta pesquisa.

À Sabrina, que sempre prestou informações acerca do PGCIN com competência e simpatia.

Obrigado a todos que estiveram comigo.



“A existência da verdade é evidente, pois aquele que nega a existência da verdade concorda que a verdade não existe. Mas, se a verdade não existe, a não existência da verdade é uma afirmação verdadeira. E se alguma coisa é verdadeira, então a verdade existe. Ora, Deus é a própria verdade”.  
São Tomás de Aquino, *Suma Teológica*





## RESUMO

Como campo interdisciplinar, a Ciência da Informação resgata conceitos e compreensões advindas de outras áreas do conhecimento, dentre elas a Semiótica. Sua relação com essa ciência reside no fato de ambos os campos lidarem com o comportamento dos signos linguísticos, sua interpretação e seu poder de significar. Essa relação fica evidenciada quando a Semiótica de Charles Peirce é aplicada ao processo de indexação, em que cada etapa é permeada de interpretações, desde a análise do assunto à representação do conteúdo documental. O cabeçalho de ementa é produto do processo de indexação do documento acórdão, cuja recuperação tende a ser deficiente em razão de esse processo ser realizado por meio de termos livres. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a contribuição da semiótica peirceana para o entendimento do processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas. Os objetivos específicos são: a) identificar elementos da semiótica peirceana no processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos; b) verificar semioticamente a consistência interindexadores desse processo; e c) analisar o uso da linguagem natural nos cabeçalhos de ementas de acórdãos sob o ângulo semiótico. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se, em relação aos seus objetivos, como exploratória. As formas de coleta, análise e interpretação de dados tiveram abordagem qualitativa, e a postura teórica adotada foi a fenomenológica, o que caracteriza a pesquisa também como descritiva. No que pertine aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como documental. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o guia de entrevista semiestruturada. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. A primeira consistiu na elaboração do instrumento de coleta de dados. A segunda compreendeu a coleta e a análise. Para a análise dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo dirigida (HSIEH; SHANNON, 2005). A codificação realizada foi a descritiva (SALDAÑA, 2013). Como resultados, verificou-se que o processo de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos é formado por etapas e que cada uma é constituída de atividade semiótica. Nesse aspecto, constatou-se a presença de experiência colateral e de possíveis hábitos na indexação, e ficou evidenciado que o processo é inferencial. A consistência dos cabeçalhos das ementas elaborados pelos participantes mostrou-se muito baixa, o que pode ser explicado pelo fato de que diferentes intérpretes (indexadores) interpretaram um signo (o documento acórdão) de maneiras diferentes, alcançando diferentes

interpretantes (interpretantes dinâmicos). Verificou-se que a baixa consistência também pode ser decorrente da utilização, pelos participantes, de linguagem natural na confecção dos cabeçalhos. Destes resultados pôde-se concluir que os cabeçalhos não cumprem o papel esperado nas ementas de acórdãos, uma vez que são elaborados em linguagem natural, propícia à geração não controlada de interpretantes, do que resulta a baixa consistência na indexação. Nesse sentido, tem-se que, em termos de consistência, a indexação em linguagem documentária é a que melhor cumpre a função de servir como ponte entre o conteúdo temático de um documento e os usuários de um sistema de informação, por controlar os interpretantes oriundos do processo.

**Palavras-chave:** Acórdão. Cabeçalho de ementa. Organização e representação da informação. Semiótica. Charles Sanders Peirce.

## ABSTRACT

As an interdisciplinary field, Information Science uses concepts and understandings that come from other areas of knowledge, among them Semiotics. Its relationship with this science lies in the fact that both fields deal with the behavior of linguistic signs, their interpretation and their power to signify. This relationship becomes evident when Charles Peirce's Semiotics is applied to the indexing process, in which each step is permeated with interpretations, from the analysis of the subject to the representation of the document content. The summary heading is the product of the document judgment's indexing process, whose recall is likely to be deficient because this process is carried out through free terms. In this sense, the general objective of this research was to investigate the contribution of peircean semiotics to the understanding of the elaboration of judgments' summary headings in natural language. The specific objectives are: a) to identify elements of Peircean semiotics in the process of elaborating, in natural language, the judgments' summary headings; b) to verify semiotically the interindexing consistency of this process; and c) to analyse the use of natural language in the judgments' summary headings under the semiotic angle. As for the methodological procedures, the research is characterized, in relation to its objectives, as exploratory. The forms of data collection, analysis and interpretation had qualitative approach, and the theoretical posture adopted was phenomenological, which characterizes the research as descriptive as well. As far as technical procedures are concerned, the research is characterized as documentary. The data collection instrument used was the semistructured interview guide. The research was developed in two stages. The first one consisted in the elaboration of the instrument of data collection. The second stage involved the collection and analysis of the data. For the analysis of the data, the directed content analysis method (HSIEH; SHANNON, 2005) was used. The coding was descriptive (SALDAÑA, 2013). As results, it was verified that the process of elaborating the judgments' summary headings is constituted by stages and that each one is constituted of semiotic activity. In this aspect, it was verified the presence of collateral experience and possible habits in the indexation, and it was evidenced that the process is inferential. The consistency of the headings of the summaries elaborated by the participants was very low, which can be explained by the fact that different interpreters (indexers) interpreted a sign (the judgment

document) in different ways, reaching different interpretants (dynamic interpreters). It was also verified that the low consistency might be due to the participants' use of natural language in the preparation of the headings. From these results it was possible to conclude that the headings do not fulfill the expected role in the summaries of judgments, since they are elaborated in natural language, propitious to the uncontrolled generation of interpretants, resulting in the low interindexing consistency. In this sense, we concluded that, in terms of consistency, indexing in documentary language is the one that best fulfills the function of serving as a bridge between the thematic content of a document and the users of an information system, since it controls the interpretants from the process.

**Keywords:** Judgment. Summary heading. Organization and representation of information. Semiotics. Charles Sanders Peirce.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	21
1.3 OBJETIVOS .....	23
1.3.1Objetivo geral .....	23
1.3.2Objetivos específicos .....	23
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>25</b>
2.1 TODOS OS SIGNOS: A CIÊNCIA DA SEMIÓTICA .....	25
2.1.1Filosofia e Semiótica de Charles Peirce.....	30
2.1.2Gramática Especulativa.....	37
2.1.3Lógica Crítica .....	53
2.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEMIÓTICA: RE- LAÇÕES NECESSÁRIAS .....	61
2.2.1Acesso ao conteúdo informacional: a indexação no âm- bito do Tratamento Temático da Informação (TTI) .....	66
2.2.2Semiótica aplicada ao processo de indexação .....	75
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>91</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	91
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA .....	92
3.3 <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	93
3.4 ETAPAS DA PESQUISA.....	95
3.4.1Etapa 1: Elaboração do instrumento de coleta de dados.....	95
3.4.2Etapa 2: Coleta e análise dos dados.....	97
3.4.2.1Preparação dos dados para análise .....	98
3.4.2.2Análise dos dados.....	99
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>103</b>
4.1 ELEMENTOS SEMIÓTICOS IDENTIFICADOS.....	103
4.1.1Aspectos da semiose .....	103
4.1.2Experiência colateral.....	107
4.1.3Indicação de hábito .....	109
4.1.4Interpretante.....	112
4.2 VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA INTERINDEXA- DORES E SEMIÓTICA.....	121
4.3 USO DA LINGUAGEM NATURAL NOS CABEÇA- LHOS SOB UMA PERSPECTIVA SEMIÓTICA .....	127
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE A – Acórdão utilizado para a confecção do cabe- çalho.....</b>	<b>145</b>

<b>APÊNDICE B – Guia de entrevista .....</b>	<b>151</b>
<b>APÊNDICE C – Instrução para elaboração do cabeçalho .....</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido ..</b>	<b>155</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Em regra, proferida uma decisão judicial, a parte que se sentir com ela prejudicada pode apresentar recurso. Assim o fazendo, a questão fático-jurídica levada à apreciação do juiz que proferiu aquela decisão é novamente apreciada, dessa vez por um tribunal (por um colegiado composto de, no mínimo, três magistrados), que proferirá uma decisão cuja materialização ocorrerá por meio de um documento denominado “acórdão”. O termo tem origem na terceira pessoa do plural do verbo “acordar”, o que denota uma decisão tomada coletivamente por um tribunal (ATIENZA, 1979), do que se pode concluir que o acórdão, antes de ser um documento escrito, é um ato de deliberação por parte de um colegiado, de um tribunal.

Por força do disposto no § 1º do art. 943 do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), é obrigatória por lei a existência de ementas nos acórdãos. A palavra “ementa” deriva do latim “*ementum*” (pensamento, ideia). Na linguagem comum, tem o sentido de apontamento ou anotação. Na linguagem jurídica, a ementa, nos acórdãos<sup>1</sup>, representa a síntese de um julgamento, a norma aplicada a um caso pelo tribunal<sup>2</sup>.

A ementa, localizada na parte superior do acórdão, é composta de dois campos: *cabeçalho* e *dispositivo*.

Figura 1: Partes da ementa

<b>cabeçalho</b>	{	APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. DANO MORAL. PROFERIMENTO DE OFENSA EM PÚBLICO E PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO. CIRCUNSTÂNCIAS QUE ULTRAPASSAM A ESFERA DO MERO ABORRECIMENTO. COMPENSAÇÃO DEVIDA.
<b>dispositivo</b>	{	O ato de perturbar de maneira corriqueira a tranquilidade de outrem, somado ao de proferir, em público, ofensas contra a sua honra, configura dano moral passível de compensação.

Veja-se que o cabeçalho é formado de palavras-chaves e/ou expressões que representam o conteúdo temático do acórdão

<sup>1</sup> Na linguagem jurídica, a ementa representa também o objeto de uma lei, conforme Lei Complementar n. 95/1998, art. 5º (BRASIL, 1998). Guimarães (2004a) afirma que o termo ementa, na área jurídica, remonta às Ordenações Afonsinas e reporta-se a seu sinônimo “rubrica”, que vem de rubro (vermelho), cor utilizada para destacar as letras iniciais dos títulos e capítulos dos primeiros livros impressos de direito civil e canônico.

<sup>2</sup> Os tribunais proferem suas decisões por meio de *acórdãos*, já os juízes de primeiro grau as proferem, em regra, por meio de *sentenças*.

(GUIMARÃES, 2004b). O dispositivo representa a regra jurídica aplicada pelo tribunal ao caso concreto (CAMPESTRINI, 1994). Conforme afirma Guimarães (2004b, p. 75), “o dispositivo constitui-se, em verdade, na ementa jurisprudencial *stricto sensu*, uma vez que nele (e não no cabeçalho) se encontra o resumo do documento original”. Pode-se dizer que acórdão é a espécie documental que atua como fonte para a produção da ementa, que, por conseguinte, é um produto documentário que facilita a recuperação da informação (GUIMARÃES, 2004b).

Função inerente à ementa dos acórdãos é, então, ser a representação sintética do que foi julgado pelo tribunal. Como síntese, a ementa representa o documento acórdão, isto é, aponta para o seu conteúdo. Muitas vezes uma ementa bem redigida satisfaz a necessidade informacional do usuário de uma maneira tal, que ele não precisa se socorrer ao conteúdo de todo o acórdão.

Serve a ementa também como suporte para consulta jurisprudencial em *sites* de busca especializados ou dos tribunais. Usualmente, o operador jurídico efetua sua pesquisa digitando escoreita palavras-chaves ou expressões que entende possíveis de serem encontradas na ementa. Da mesma forma, as bases de dados desses *sites* costumam retornar para o pesquisador resultados exibindo, em primeiro plano, não o inteiro teor dos acórdãos, mas as suas ementas.

As ementas de acórdãos também são utilizadas como elementos de persuasão. É bastante comum elas serem transcritas em peças processuais<sup>3</sup> e em livros da área do direito para expressar a jurisprudência do tribunal a respeito de determinada questão fático-jurídica. A jurisprudência de um tribunal consiste em uma sucessão de decisões judiciais (chamadas “precedentes”), as quais são exteriorizadas por meio de acórdãos. Exige-se para a formação de uma jurisprudência a reiteração de decisões coerentes entre si e coincidentes quanto à substância das questões objeto de deliberação do tribunal (REALE, 2002; DIDIER JR. et al., 2015).

Juntamente com a doutrina e a legislação<sup>4</sup>, a jurisprudência é fonte de informação jurídica, esta considerada como toda a unidade de

---

<sup>3</sup> São exemplos de peças processuais: a *petição inicial* (peça com a qual alguém geralmente se dirige ao judiciário em busca da resolução de um problema), a *contestação* (defesa daquele que é acionado na justiça), a *apelação* (recurso de que se vale a parte para recorrer de uma sentença), a *sentença* e o *acórdão*.

<sup>4</sup> A *doutrina* jurídica consiste em um conjunto de produção científica (livros, artigos) da área do direito. Atua como fonte indireta, dando suporte ao



conhecimento humano que tem a finalidade de fundamentar manifestações de pensamento de juristas em geral (advogados, juízes, legisladores) (PASSOS, 1994). E uma vez que todo tipo de conhecimento está relacionado ao direito, pois este abrange, praticamente, todas as facetas da vida humana<sup>5</sup>, há uma enorme massa documental de informação jurídica, de modo que deve haver mecanismos para controlar e recuperar toda essa informação (PASSOS, 1994).

No que tange à fonte *jurisprudência*, a maior dificuldade com que se deparam os operadores jurídicos, principalmente em razão do grande volume de acórdãos existentes, é a de saber, com precisão, em um determinado momento, qual o entendimento do tribunal sobre certa matéria (ATIENZA, 1979), fato que exige sejam oferecidos instrumentos para representar e recuperar o conteúdo temático dos acórdãos, exigência essa, aliás, que se coaduna com a importante função que a jurisprudência desempenha no ordenamento jurídico brasileiro.

O Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), por exemplo, destaca essa função ao dispor que “os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente” (art. 926). Prescreve também que não pode o órgão julgador deixar de seguir a jurisprudência do tribunal invocada pela parte “sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento” (art. 489, § 1º, VI). A jurisprudência assume, assim,

---

trabalho de juízes, advogados e legisladores. Tanto a arte de postular em juízo quanto a de julgar requerem o conhecimento do direito, e a doutrina embasa cientificamente o raciocínio jurídico, embora não obrigue os juízes, pois não é fonte formal, como a legislação e a jurisprudência (NADER, 2002). Quanto à *legislação*, é a fonte formal primária de expressão do direito (OLIVEIRA, 2013). No sistema brasileiro, o juiz, estando diante de um caso concreto que tem de decidir, recorre primeiramente às regras (leis) estabelecidas pelo legislador.

<sup>5</sup> “Na verdade, o direito rege a vida em sociedade, deliberando sobre as complexas relações humanas, procurando estabelecer a disciplina social. Se um cientista desenvolve novas formas de tecnologia da procriação, como, por exemplo, a fertilização *in vitro*, o resultado do seu trabalho é essencialmente informação científica. A partir do momento em que duas mulheres vão a juízo disputando sobre a maternidade de uma criança gerada em barriga de aluguel, a decisão judicial será informação jurídica sobre fertilização *in vitro*. Em essência, trata-se do mesmo assunto – fertilização *in vitro* –, sendo que na engenharia genética é um fato científico, e, no direito, esse mesmo fato será normalizado, para regulamentar uma ação humana” (PASSOS, 1994, p. 363).

relevante papel na dinâmica do direito, trazendo segurança jurídica às relações sociais, na medida em que se impõe sua uniformização, isto é, demanda-se que em um julgamento o tribunal tenha o mesmo posicionamento sobre uma questão jurídica que tiveram decisões judiciais anteriores (precedentes), e somente pode se afastar da jurisprudência se demonstrar que o caso em julgamento é distinto dela ou que o entendimento jurisprudencial fora superado<sup>6</sup>.

Sendo a jurisprudência um conjunto de decisões proferidas por meio de acórdãos, a representação temática desses documentos de forma eficaz contribui para que operadores jurídicos (juízes, advogados, desembargadores) e pesquisadores em geral os recuperem e, conseqüentemente, tenham acesso à jurisprudência do tribunal e ciência dela. Nesse aspecto, conforme Cunha (2004, p. 108), “a utilidade da ementa consiste em facilitar a documentação ordenada da jurisprudência do tribunal”.

## 1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com Teixeira (1979, p. 15), cabeçalho de assunto “é a representação – por intermédio de palavra, frase, nome ou expressão – [...] do tema ou assunto específico tratado em um documento”. Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 196), indexar é “indicar os temas tratados em um texto por meio de descritores, palavras-chave, cabeçalhos de assunto, índices de classificação”. Dessas duas definições depreende-se que o cabeçalho de assunto é um dos produtos possíveis do processo de indexação.

Para Atienza (1979, p. 151-152),

as linguagens baseadas nos assuntos, onde os termos de indexação são os cabeçalhos de assunto, apareceram numa época em que o desejo de classificar convenientemente os documentos importava no de organizar eficazmente a pesquisa em favor dos usuários.

Segundo Foscett (1973, p. 47),

---

<sup>6</sup> Para saber se deve aplicar uma jurisprudência a um caso sob julgamento, o juiz precisa fazer a *distinção* entre as circunstâncias fáticas deste e as dos precedentes que compõem a jurisprudência. Se constatar que os fatos são distintos, a jurisprudência não pode ser aplicada. A *superação* (revogação) da jurisprudência, por sua vez, ocorre quando se constata que ela contém regra obsoleta, inútil à regulação das condutas sociais (MARINONI, 2013).

coube a Charles Ammi Cutter a primeira tentativa de estabelecer um conjunto genérico de regras para cabeçalhos alfabéticos de assuntos, com as suas *Rules for a Dictionary Catalogue*, publicadas em 1876 [...]. Cutter formulou diversas regras que contribuíram para a solução dos problemas, tendo sido, entretanto, prejudicado pelo fato de ter aceito a linguagem natural como o único tipo de terminologia possível.

Supõe-se que a praxe de atribuição de cabeçalhos nas ementas de acórdãos tenha “origem nos cabeçalhos de fichas em catálogos alfabéticos de assunto de bibliotecas, visto que sua presença tem o claro propósito de servir de guia de consulta para o leitor/pesquisador” (GUIMARÃES, 2004b, p. 71).

Por serem confeccionados em linguagem natural, os cabeçalhos de ementas não recebem nenhum tipo de controle de vocabulário, e magistrados e assessores não possuem nenhum parâmetro metodológico para redigi-los, o que pode acarretar dificuldade para o consulente encontrar a informação de que necessita. Se, por exemplo, forem objetos de busca cabeçalhos que contenham a expressão “dano moral”, o resultado da pesquisa trará apenas ementas que contenham exatamente essa expressão. Acórdãos que versam sobre esse instituto jurídico<sup>7</sup> mas cujos cabeçalhos trouxeram, em vez de “dano moral”, as expressões “danos morais” (no plural), “ato ilícito”, “ilícito civil” ou até mesmo “ofensa à honra” (espécie do gênero dano moral) não serão recuperados, embora o conteúdo deles possa ser de interesse do usuário.

Nesse aspecto, os cabeçalhos nas ementas de acórdãos, em vez de auxiliarem na recuperação da informação, não cumpririam nenhuma função relevante, haja vista a falta de controle do vocabulário na sua confecção, de uma ordem de citação dos seus elementos e a utilização de termos genéricos como pontos de entrada (GUIMARÃES, 2004b). Seria irrelevante o cabeçalho também em razão da existência, nas bases de dados jurisprudenciais dos tribunais, de um campo reservado à indexação, que permite ao pesquisador efetuar a pesquisa por meio de vocabulário controlado (GUIMARÃES, 2004b). Nesse tipo de pesquisa o consulente escolhe os termos de um tesouro para obter os resultados conforme a indexação e obtém os acórdãos que tratam do tema que lhe

---

<sup>7</sup> Um instituto jurídico é formado pela reunião de normas jurídicas afins. E diversos institutos jurídicos compõem um ramo do direito (NADER, 2002). No caso, o instituto jurídico de que se está tratando é o dano moral.

interessa, independentemente de os termos coincidirem com as palavras ou expressões utilizadas por quem redigiu o cabeçalho da ementa.

Em muitos tribunais, contudo, não é possível, por não terem uma política e instrumentos de indexação, efetuar pesquisa jurisprudencial em linguagem documentária nas suas bases de dados. Até a data de conclusão deste estudo, dentre os *sites* de jurisprudência dos tribunais de justiça (27 ao todo), apenas o do Distrito Federal e o de Pernambuco indexavam seus acórdãos com vocabulário controlado. Os tribunais estaduais do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo possuíam ferramenta de busca por sinônimos. Todos os tribunais regionais eleitorais (27) possuíam ferramentas de busca por termos de indexação em linguagem documentária. Dos tribunais regionais federais (5), dois (TRF-1 e TRF-5) indexavam os acórdãos com vocabulário controlado. Dentre os tribunais regionais do trabalho (27), apenas o do Ceará tinha base de dados indexada com vocabulário controlado. Com relação aos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar), à exceção do Superior Tribunal Militar, todos indexavam os acórdãos com vocabulário controlado.

Ademais, com o desenvolvimento de sistemas de recuperação da informação na área jurídica (GUIMARÃES, 2004b), aos usuários passou a ser permitida a busca integral de acórdãos em linguagem natural, e esse tipo de busca, por ser fácil e rápido, é bastante utilizado, mesmo nos tribunais que indexam seus acórdãos com apoio em vocabulário controlado. Diante disso, tem-se que aos cabeçalhos cumpre a função (juntamente com o dispositivo da ementa) de representar o documento acórdão, e a elaboração deles deveria visar, portanto, à recuperação da informação.

O processo de significação nas etapas de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos pelos assessores de desembargadores é complexo, pois envolve questões relacionadas à interpretação, ao funcionamento da linguagem e à sua representação, pelo que pode ser útil observar o processo do ponto de vista da doutrina dos signos, a semiótica.

Segundo Nöth (2003), a semiótica, cujo principal expoente é o filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce, é a ciência dos signos e dos processos significativos na natureza e na cultura. Um signo, por sua vez, é qualquer coisa de qualquer espécie que, de um certo modo, representa uma outra coisa (*objeto*) para alguém, criando na mente desse

alguém outro signo, denominado *interpretante*, que dá origem a outro signo, e assim sucessivamente (PEIRCE, 2000). Para Barros e Café (2012, p. 24), a semiótica é a “teoria que mais tem servido de base às discussões de conceitos e atividades subjacentes à CI, especialmente aquelas relacionadas à organização e representação do conhecimento e da informação”.

Considerando-se que, do ponto de vista semiótico, o acórdão pode assumir o aspecto de signo, as potencialidades significativas despertadas na mente daquele que elabora cabeçalhos das ementas podem ser infinitas se não forem estabelecidos critérios adequados que visem à representação da informação. Nesse sentido, a problemática desta dissertação se situa no processo semiótico de representação da informação em acórdãos (indexação), no seu produto propriamente dito (os cabeçalhos) e no ator desse processo (assessor de desembargador/indexador).

Tal problemática leva à seguinte questão de pesquisa: *Como a semiótica de base peirceana pode contribuir para a compreensão do processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos?*

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A semiótica de Charles Peirce estuda os tipos de signos, o seu poder de referência e a informação que eles podem transmitir (SANTAELLA, 2008b). Nesse contexto, pode ser aplicada ao campo da organização e representação da informação e fazer com que ele seja compreendido como um problema de significação e interpretação. Assim, a semiótica peirceana vem sendo objeto de pesquisa na CI, notadamente nas áreas de organização e representação do conhecimento e da informação (MONTEIRO, 2006; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2007; ALMEIDA, 2010; REDIGOLO; ALMEIDA, 2012; BARROS; CAFÉ; ALMEIDA, 2013; EVANGELISTA; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014).

No que diz respeito ao processo de indexação e aos seus produtos propriamente ditos (índices, cabeçalhos de assunto), também existe literatura na área da CI relacionando esses elementos (processo e produtos) à semiótica, utilizando-a principalmente como subsídio para a construção e utilização de linguagens documentárias e para o entendimento das etapas daquele processo (LARA, 1993; SILVA, 2000; MAI, 1997, 2001; MOURA; SILVA; AMORIM, 2002; THELLEFSEN;

BRIER; THELLEFSEN, 2003; LARA, 2006; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008; MOURA; SOUSA; ALMEIDA, 2012).

Há, por outro lado, poucos estudos em CI relacionados à elaboração de ementas de acórdãos<sup>8</sup>. Dentre eles encontra-se pesquisa pioneira do professor José Augusto Chaves Guimarães, intitulada “Análise documentária em jurisprudência: elementos para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros”. Nessa pesquisa, com a qual obteve o grau de doutor pela Universidade de São Paulo, Guimarães (1994) investigou acórdãos da Justiça do Trabalho e propôs uma metodologia de análise documentária voltada à indexação, pautada em quatro categorias básicas: Fato, Instituto jurídico, Entendimento e Argumento. Também desenvolveu uma ordem de citação dessas categorias visando representar tematicamente o documento acórdão. Em 2004, Guimarães publicou, pelo Conselho da Justiça Federal, o livro “Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos”, em que aplicou aquelas categorias na construção de dispositivos de ementas de acórdãos.

Além dos citados trabalhos de Guimarães (1994 e 2004b), a pesquisa em CI sobre elaboração de ementas de acórdãos é bastante exígua. Podem ser citados apenas monografia de dissertação apresentada por Fábio Maçoli (2004) ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, na qual o autor aplicou as categorias propostas por Guimarães (2004b) na construção de ementas de acórdãos da área cível do Tribunal de Justiça de São Paulo, e projeto de pesquisa em andamento na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, com a orientação do Professor José Augusto Chaves Guimarães, intitulado “A ementa como resumo do acórdão: aspectos metodológicos da condensação documental em jurisprudência no Brasil” (2015 – atual).

Consultando a literatura em Ciência da Informação (CI), constata-se, ademais, que não existem pesquisas relacionadas à elaboração de *cabeçalhos* de ementas de acórdãos, especialmente sob uma perspectiva semiótica, lacuna do conhecimento que a presente investigação pretende, portanto, preencher.

Veja-se que a relevância *científica* da presente investigação pode ser aferida, em um primeiro momento, no fato de que as pesquisas na área da CI que abordam a aplicação dos estudos semióticos na organização e representação da informação apenas tratam do tema no

---

<sup>8</sup> Em outras áreas, tem-se o trabalho de Campestrini (1994) e de Pimentel (2015).

contexto da indexação com vocabulário controlado, enquanto esta dissertação lidará com a semiótica no âmbito da indexação livre, em linguagem natural. Também se constatou que as pesquisas relacionadas à elaboração de ementas de acórdãos não conferem relevância aos cabeçalhos, muito menos aplicam uma perspectiva semiótica nas suas abordagens. Esta pesquisa, tendo como problemática a investigação da contribuição que a semiótica proporciona para o entendimento da consistência do processo de elaboração de cabeçalhos de ementas, pode, repita-se, fomentar o avanço do conhecimento científico existente.

Por fim, no que tange à relevância *social* da pesquisa, ela existe em razão da ausência de parâmetro de padronização semântica e sintática na elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos, fato que pode interferir negativamente na qualidade da representação temática e na recuperação da informação por parte de milhares de usuários que acessam diariamente os sítios dos tribunais em busca de precedentes jurisprudenciais.

### 1.3 OBJETIVOS

Os objetivos são divididos em dois níveis: objetivo geral e objetivos específicos.

#### 1.3.1 Objetivo geral

Investigar a contribuição da Semiótica de Charles Peirce para a compreensão do processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- a) Identificar elementos da semiótica peirceana no processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos.
- b) Verificar semioticamente a consistência interindexadores desse processo.
- c) Analisar o uso da linguagem natural nos cabeçalhos de ementas de acórdãos sob o ângulo semiótico.

Objetiva-se, em síntese, por meio de uma análise semiótica do processo de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos, fornecer

subsídios para entender a representação do conteúdo temático desses documentos, subsídios esses que, espera-se, fomentarão o campo de pesquisa da CI, especialmente o campo da Organização e Representação do Conhecimento e da Informação.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está compreendido em duas seções. Na primeira, discorrer-se-á sobre a Semiótica de Charles Peirce. De início, demonstrar-se-á a falta de clareza no uso dos termos semiologia e semiótica, e a possível influência daquela para o desenvolvimento desta. Abordar-se-á também o lugar ocupado pela ciência dos signos na filosofia peirceana e investigar-se-ão dois ramos da semiótica: o da gramática especulativa e o da lógica crítica. Na segunda seção, será apresentada a contribuição da Semiótica para o desenvolvimento da CI. Primeiramente, versar-se-á sobre o campo da organização da informação denominado de Tratamento Temático da Informação, que lida com o acesso ao conteúdo documental, sobre a atividade de indexação em si bem como sobre alguns conceitos que a permeiam. Por fim, com apoio principalmente em Mai (1997, 2001) e Almeida, Fujita e Reis (2013), discorrer-se-á sobre a aplicação da Semiótica ao Tratamento Temático da Informação, mais especificamente ao processo de indexação.

### 2.1 TODOS OS SIGNOS: A CIÊNCIA DA SEMIÓTICA

Semiótica é a ciência<sup>9</sup> que investiga todos os processos significativos na natureza e na cultura (NÖTH, 2003). A palavra deriva do grego “*semeion*”, que quer dizer “signo”.

Há três principais escolas que se dedicam aos estudos dos signos. A primeira teve origem na extinta União Soviética, no século XIX; a segunda tem base no estruturalismo linguístico francês, cujo principal representante é Ferdinand de Saussure, nas primeiras décadas do século XX; e a terceira origina-se dos estudos do filósofo e lógico norte-

---

<sup>9</sup> A palavra “ciência” não deve ser aqui tomada “no sentido positivista ou neopositivista, de um corpo sistematizado e acabado de conhecimentos, legitimador da verdade de conclusões a serem obtidas pela pesquisa. De resto, nas próprias ciências da natureza e, mesmo a partir da matemática, esse conceito de ciência foi dramaticamente envelhecendo no decorrer de todo o século 20, em função de grandes descobertas que foram levadas a efeito, entre as quais se destacam o princípio da incerteza, o teorema da incompletude, a matemática dos caos, os sistemas auto-organizativos, as estruturas dissipativas etc. Essas descobertas abalaram os alicerces da tradicional cientificidade positivista [...]. Comprovação de que a semiótica é uma ciência vem do fato de que todas as suas correntes são predominantemente teóricas. Não são teorias que nasceram da abstração de dados empíricos, mas sim da criação de articulações conceituais próprias” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 8-9).

americano Charles Sanders Peirce, que exerceram influência sobre as investigações contemporâneas acerca da Semiótica (BARROS; CAFÉ, 2012).

A Semiótica de Charles Peirce é que servirá de principal fundamento teórico desta pesquisa. Contudo, em razão da confusão que geralmente é feita entre os termos “Semiótica” e “Semiologia”, pois ambas as ciências investigam processos sógnicos, faz-se necessário, antes de adentrar ao estudo propriamente dito da Semiótica peirceana, compreender a causa dessa confusão e a possível influência que a Semiologia exerceu na construção da teoria semiótica.

Duas ciências da linguagem nasceram no século XX: a Linguística e a Semiótica. A primeira trata da linguagem verbal; a segunda investiga todo e qualquer tipo de linguagem, desde uma palavra até uma imagem abstrata ou uma música. Ambas lidam, portanto, com signos, porém a Linguística tem por objeto os signos verbais, e a Semiótica lida com todos os tipos de signos.

O principal nome da ciência linguística é, sem dúvida, o do professor suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). Por meio das ideias dispostas no seu *Curso de Linguística Geral*, Saussure compõe os princípios “que fundam as descobertas da economia específica da linguagem articulada, fazendo aparecer [...] esse novo objeto por ele identificado, ou seja, a *língua* como sistema ou estrutura regida por leis e regras específicas e autônomas” (SANTAELLA, 1983, p. 76-77, grifo da autora)<sup>10</sup>.

Na teoria de Saussure (2006, p. 80, grifo nosso), o “signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um *conceito* e uma *imagem acústica*”. Segundo ele, quando se lê uma palavra, vêm à mente do observador seu conceito (representação psíquica da coisa) e a união das unidades distintivas (sons) da palavra. Ao se deparar com a palavra “computador”, por exemplo, um observador processa intelectualmente os sons que formam a palavra (cô/pu/ta/dor) juntamente com o seu conceito. Quando o observador faz isso, a palavra “computador” significa, é um signo linguístico.

---

<sup>10</sup> “A grande revolução saussureana instaura-se no centro da noção mesma de estrutura. Isto quer dizer: a interação dos elementos que constituem a estrutura da língua é de tal ordem que a alteração de qualquer elemento, por mínimo que seja, leva à alteração de todos os demais elementos do sistema como um todo” (SANTAELLA, 1983, p. 77).

Ainda de acordo com o linguista suíço (SAUSSURE, 2006), a imagem acústica e o conceito de um signo recebem respectivamente a denominação de *significante* e *significado*, e o termo “signo” refere-se, assim, ao resultante da associação do significante com o significado. Saussure (2006) também afirma que o signo, o laço que une o significante ao significado, é arbitrário. A ideia de “mar”, por exemplo, “não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual” (SAUSSURE, 2006, p. 81-82).

O conceito dicotômico de língua/fala é central em Saussure (2006). A língua é a parte social e essencial da linguagem; a fala é a parte individual e mais ou menos accidental da linguagem. Para Saussure (2006, p. 22), a língua é “exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade”. E completa: “a língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente” (SAUSSURE, 2006, p. 22). Língua e fala, contudo, são elementos que coexistem. De acordo com Netto (1980, p. 18), a fala surge “como o uso legitimador da existência da língua, que por sua vez autoriza a fala. Em outras palavras, o indivíduo não pode ‘falar’ sem que a sociedade tenha estabelecido as regras pelas quais essa comunicação é possível”.

Porque serve para exprimir ideias, a língua, para Saussure (2006, p. 24), é um sistema de signos comparável “à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc. Ela é apenas o principal desses sistemas”. Ao dizer que a língua, objeto de estudo da Linguística, é o principal sistema sgnico, Saussure (2006) admitiu a existência de outros signos além dos signos linguísticos e, com isso, sugeriu que outra ciência, de caráter geral, viesse a se dedicar ao estudo da vida dos signos no seio da vida social, ciência essa que constituiria uma parte da Psicologia Social. A essa ciência geral dos signos, no âmbito da qual deveria estar incluída a Linguística, Saussure (2006) denominou de “Semiologia”.

O desenvolvimento da Semiologia, porém, somente veio a ser realizado mais de quarenta anos após Saussure tê-la profetizado e ficou por conta de linguistas como Louis Hjelmslev (1899-1965) e Roland Barthes (1915-1980), que, com base nos estudos de Saussure, intentaram então elaborar uma ciência que desse conta não apenas dos signos linguísticos, mas de todos os signos da vida social.

O dinamarquês Louis Hjelmslev substituiu os termos língua/fala de Saussure por esquema/uso. Formaliza radicalmente, assim, “o conceito de Língua (sob o nome de *esquema*) e elimina a fala concreta em proveito de um conceito mais social, o *uso*” (BARTHES, 2006, p. 21, grifo do autor). Segundo Netto (1980, p. 18-19), esses termos são “mais adequados a uma semiologia dos sistemas não linguísticos, uma vez que contornam a questão do caráter vocal da linguagem tal como esta se revelou para Saussure, caráter este manifesto no termo fala”.

O linguista francês Roland Barthes denomina o plano do significante de Saussure de “plano de expressão” e o plano do significado chamou de “plano de conteúdo”, do que derivaram os conceitos de “denotação” e “conotação” (BARTHES, 2006). Em relação aos signos semiológicos (não linguísticos), assevera que nem mesmo eles estão isentos da influência da linguagem, pois os significados de imagens ou de objetos só são possíveis por meio dela: “sentido só existe quando denominado, e o mundo dos significados não é outro senão o da linguagem” (BARTHES, 2006, p. 12). Nesse aspecto, ao contrário de Saussure (2006), para quem a Linguística seria um ramo da Semiologia, Barthes (2006) defende que a Semiologia é que é ramo da Linguística.

Veja-se que “a teoria semiológica de extração linguística caracteriza-se pela transferência dos conceitos que presidem à análise da linguagem verbal articulada para o domínio de todos os outros processos de linguagens não verbais” (SANTAELLA, 1983, p. 79). A Semiologia procurava formular um instrumento de análise do problema do sentido que estivesse isento de elementos extralinguísticos, de modo que incursões na Sociologia, na Psicologia e na Filosofia eram inadmissíveis (NETTO, 1980). Isso porque a Semiologia derivou da Linguística saussureana, que, de acordo com Santaella (1983, p. 81),

brotou de um primeiro corte abrupto e estratégico nas relações que a linguagem humana mantém com todas as outras áreas do saber sobre o homem (Antropologia, Psicologia, Sociologia e, sobretudo, a Filosofia). A descoberta da língua, como sistema autônomo e objeto específico de uma ciência que lhe é própria, nasceu exatamente deste corte.

Com isso, contudo, foram rompidas, de saída, todas as veias de indagação das relações inseparáveis que a linguagem mantém com o pensamento, as operações da mente, a ação e com o intrincado problema da representação do mundo. Essa carência ou lacuna, a Semiologia de extração

linguística acabou por carregar inevitavelmente no seu bojo.

A Semiótica de Charles Peirce trilhou caminho inverso. Para Peirce, “todas as realizações humanas (no seu viver, fazer, lutar, na sua apreensão e representação do mundo) configuram-se no interior da mediação inalienável da linguagem, entendida esta no seu sentido mais vasto” (SANTAELLA, 1983, p. 82). A Semiótica de Peirce está, assim, inserida num amplo campo filosófico, e o seu objeto, o signo, é investigado sob uma perspectiva fenomenológica, cognitiva, não estritamente linguística.

Para Peirce, signo é coisa “de qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa uma outra coisa [...] e que produz um efeito interpretativo em uma mente” (SANTAELLA, 2008b, p. 8). O filósofo norte-americano parte, assim, da premissa de que o homem produz outras formas de linguagens além da verbal. O homem também se comunica e se orienta por meio de imagens, setas, sons, gestos, por meio do cheiro, do olhar, do apalpar. É um ser tão complexo quanto são complexas e plurais as linguagens que o constituem como ser simbólico, isto é, como ser de linguagem (SANTAELLA, 1983).

Em suma, “existe uma linguagem verbal, [...] mas existe simultaneamente uma enorme variedade de outras linguagens que também se constituem em sistemas sociais e históricos de representação do mundo” (SANTAELLA, 1983, p. 11). Toda essa variedade de linguagens/signos Peirce se dedicou a investigar.

Nota-se que, por adotar uma concepção linguocêntrica de signo, a Semiologia, de base saussureana, difere substancialmente da pesquisa de Peirce. Não obstante, muitos apontam Saussure como o responsável pelo nascimento da Semiótica por ter ele alertado para a necessidade da existência de uma ciência que estudasse a vida dos signos no seio da vida social. Todavia, quando Saussure afirmou isso em 1911, Peirce já havia construído as bases da Semiótica. Não obstante, a divulgação da teoria peirceana foi feita tardiamente, e assim a Saussure atribuiu-se a paternidade da ciência semiótica, mesmo não tendo o linguista suíço desenvolvido a ciência pretendida (SANTAELLA; NOTH, 2004).

É certo que a Linguística e a Semiologia contribuíram para a construção da teoria semiótica, na medida em que Saussure criou uma teoria geral de sistemas dos signos (SOUSA; ALMEIDA, 2012), no âmbito da qual apresentou, por exemplo, o princípio da arbitrariedade do signo linguístico, que, coincidentemente ou não, se coaduna com o

pensamento peirceano, como se verá adiante. Contudo, enquanto Saussure fundamentou sua teoria na noção de estrutura, entendendo o signo linguístico como diádico (significante/significado) e, assim, subestimando o papel do homem na produção de sentido (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2007), a Semiótica de Peirce investiga a realidade fenomenológica, com foco na evolução dos significados, na natureza mesma dos processos sógnicos.

Dessa forma, embora a rivalidade entre os termos “Semiologia” e “Semiótica” tenha sido oficialmente encerrada em 1969 pela Associação Internacional de Semiótica, que decidiu adotar “Semiótica” tanto para as investigações da Semiologia quanto da Semiótica geral (NÖTH, 2003), adere-se ao pensamento de Netto (1980), para quem ambas as ciências nada têm em comum além do fato de estudarem a questão do significado. Defende-se que o termo “Semiótica” deva ser usado especialmente quando se estiver fazendo referência à teoria de Charles Sanders Peirce<sup>11</sup>, e “Semiologia” para as teorias que se detêm à investigação dos signos linguísticos.

### **2.1.1 Filosofia e Semiótica de Charles Peirce**

Mais importante dos fundadores da moderna semiótica geral (NÖTH, 2003), Charles Sanders Peirce (1839-1914) nasceu em Cambridge, no Estado norte-americano de Massachusetts. Cresceu em um ambiente de acentuada intelectualidade, visto que seu pai foi o mais importante matemático de Harvard, fato que fazia com que sua casa fosse frequentada pelos mais renomados artistas e cientistas da época. Desde os seis anos de idade já estudava química; aos 11 anos escreveu uma história da química e nessa área se formou pela Universidade de Harvard (SANTAELLA, 1983).

Peirce foi ainda filósofo, matemático, físico, astrônomo, e realizou importantes estudos no campo da geodésia, geologia, biologia, metrologia, arquitetura, literatura e espectroscopia (SANTAELLA, 1983). Nas ciências culturais, devotou-se “particularmente à Linguística, Filologia e História. Isso sem mencionarmos suas enormes contribuições à Psicologia que fizeram dele o primeiro psicólogo experimental dos EUA” (SANTAELLA, 1983, p. 17). Foi também precursor do pragmatismo, cuja máxima é a de que uma concepção não pode ter

---

<sup>11</sup> Ou a investigações de outros estudiosos que se utilizam da teoria peirceana em suas abordagens, a exemplo do italiano Umberto Eco (1932-2016) e do norte-americano Charles Morris (1901-1979).

nenhum efeito lógico “salvo na medida em que, tomada em conexão com outras concepções e intenções, poderia concebivelmente modificar nossa conduta prática de um modo diverso do da segunda concepção” (PEIRCE, 2000, p. 232).

Em vida, Charles Peirce publicou 12.000 páginas da sua extensa e complexa obra lógico-filosófica e deixou 80.000 manuscritos, dos quais, quase duas décadas depois da sua morte, somente cerca de 5.000 páginas vieram a ser publicadas e reunidas sob o título de *Collected Papers* (SANTAELLA, 1983).

Nos seus estudos filosóficos, Peirce dedicou-se mormente às questões semióticas e metafísicas, e como método utilizou a observação, a elaboração de explicações hipotéticas, procurando inferir as consequências verificáveis experimentalmente (SILVEIRA, 2007). Nota-se, nesse sentido, uma continuidade “entre a investigação ao nível das ciências da natureza – no caso a Física – e a abordagem filosófica”, pois “as ciências da natureza investigam classes especiais de fenômenos e constroem teorias que serão submetidas ao teste experimental” (SILVEIRA, 2007, p. 10).

Filosofia, para Peirce (2000, p. 197), é o “departamento da Ciência Positiva, ou Ciência do Fato, que não se ocupa com reunir fatos, mas simplesmente com aprender o que pode ser aprendido com essa experiência que nos acossa a cada um de nós diariamente e a todo momento”. A Filosofia de Peirce é uma ciência positiva no sentido de que visa descobrir, pela experiência comum, o que é verdadeiro (SANTAELLA, 1983).

Três grandes divisões perfazem a Filosofia peirceana: a *Fenomenologia*, que “trata das Qualidades universais dos Fenômenos em seu caráter fenomenal imediato”; as *Ciências Normativas*, que investigam “as leis universais e necessárias da relação dos Fenômenos com os Fins”; e a *Metafísica*, “que se esforça por compreender a Realidade dos Fenômenos” (PEIRCE, 2000, p. 198).

A Semiótica tem fundamento na Fenomenologia, que constitui a primeira grande divisão da Filosofia peirceana. Na verdade, toda a arquitetura filosófica de Charles Peirce tem alicerce na Fenomenologia, cuja função é “apresentar as categorias formais e universais dos modos como os fenômenos são apreendidos pela mente” (SANTAELLA, 2008b, p. 7), entendendo-se por “fenômeno” qualquer coisa externa (um cheiro, uma batida na porta, um raio de luz) ou interna (uma dor no estômago, uma lembrança), ou, ainda, uma coisa abstrata, por exemplo, um sonho (SANTAELLA, 1983).

É importante mencionar que quando Peirce se refere a “mente” não está

restringindo o pensamento mediante signos somente a um fenômeno humano ou a uma mera questão psicológica. Não só qualquer inteligência capaz de aprender através da experiência deve proceder do modo com que o diagrama geral dos signos representa o pensamento, como muito menos se está tratando do modo específico como a mente humana atua sobre o comportamento dos indivíduos, ou seja, na esfera psicológica. Mente, quando referida ao processo semiótico, tomado em suas características essenciais mais amplas, corresponde a uma função e não a alguma faculdade específica de determinados seres, como é o caso dos seres humanos (SILVEIRA, 2007, p. 32-33).

Em menor número se comparado à tradição filosófica ocidental, Peirce (2000) concluiu que há apenas três categorias<sup>12</sup> formais que englobam todo o universo da experiência (universo fenomenológico), as quais denominou de *Primeiridade*, *Secundidade* e *Terceiridade*:

Primeiridade é a categoria do sentimento imediato e presente das coisas, sem nenhuma relação com outros fenômenos do mundo [...]. É a categoria do sentimento sem reflexão, da mera possibilidade, da liberdade, do imediato, da qualidade ainda não distinguida e da independência [...].

Secundidade começa quando um fenômeno primeiro é relacionado a um segundo fenômeno qualquer [...]. É a categoria da comparação, da ação, do fato, da realidade e da experiência no tempo e no espaço [...].

Terceiridade é a categoria que relaciona um fenômeno segundo a um terceiro. É a categoria do contínuo, do pensamento e da lei (NÖTH, 2003, p. 63-64).

---

<sup>12</sup> “Filósofos desde Aristóteles têm perseguido o projeto ambicioso de encontrar um número limitado de categorias que servisse de modelo capaz de conter a multiplicidade dos fenômenos do mundo [...]. Aristóteles conseguiu classificar dez categorias; Kant elaborou 12, todas com base no seu sistema filosófico. Numa redução radical [...], Peirce desenvolveu uma fenomenologia de apenas três categorias universais” (NÖTH, 2003, p. 63).



A categoria da Terceiridade supõe a da Secundidade, que, por seu turno, supõe a categoria da Primeiridade (SILVEIRA, 2007). De acordo com Santaella (1983, p. 51), a “Terceiridade, que aproxima um primeiro e um segundo numa síntese intelectual, corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, através da qual representamos e interpretamos o mundo”. Assim, a simples cor azul pertence à categoria da Primeiridade; o céu, onde se encarna o azul, é Secundidade; e a síntese intelectual “o azul do céu” faz parte da Terceiridade (SANTAELLA, 1983).

É importante destacar que, embora seu foco tenha sido o de captar a realidade fenomênica, Peirce não estabeleceu suas categorias com base na análise material dos fenômenos, mas na análise formal deles. De acordo com Santaella (1983, p. 34), “Peirce chega às suas categorias através da análise e do atento exame do modo como as coisas aparecem à consciência”. Por meio do seu quadro categorial almejou representar a realidade num “grau de universalidade até então não conquistado para a representação do pensamento” (SILVEIRA, 2007, p. 40), o que seria de impossível realização se tivesse optado por estabelecer suas categorias sob o aspecto material dos fenômenos, haja vista a imensa diversidade destes.

A segunda divisão da Filosofia de Charles Peirce é a das Ciências Normativas. Visam “às motivações últimas do pensar e do agir [...]. Não se confundem com as ciências práticas nem pretendem substituí-las na esfera do conhecimento. Tampouco pretendem fazê-lo com a efetiva condução da vida, na esfera do agir” (SILVEIRA, 2007, p. 210-211). Seu propósito é o de investigar as motivações de condutas influenciadas por fenômenos tomados no seu caráter geral.

Subdividem-se as Ciências Normativas em Estética, Ética e Semiótica ou Lógica. A *Estética* “é a ciência da admirabilidade dos elementos componentes do universo da experiência”; a *Ética* “é a ciência geral das condições da escolha dos fins, da meta onde se completará a experiência”; e a *Semiótica* é “a ciência da mediação entre sujeito e objeto, é a ciência da representação e do significado” (SILVEIRA, 2007, p. 128). Veja-se que

esta divisão é governada pelas três categorias [fenomenológicas]. Pois, sendo a Ciência Normativa em geral a ciência das leis de conformidade das coisas com seus fins, a estética considera aquelas coisas cujos fins devem incorporar qualidades do sentir, enquanto que a ética considera aquelas coisas cujos fins residem

na ação, e a lógica, aquelas coisas cujo fim é o de representar alguma coisa (PEIRCE, 2000, p. 201).

Inserida dentre as Ciências Normativas, a Semiótica ou Lógica é a doutrina quase-necessária, formal, dos signos. Segundo Peirce (2000), dizer que a Semiótica é uma doutrina quase-necessária ou formal significa que

observamos os caracteres de tais signos e, a partir dessa observação, por um processo a que não objetarei denominar Abstração, somos levados a afirmações, eminentemente falíveis e por isso, num certo sentido, de modo algum necessárias, a respeito do que *devem ser* os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência “científica”, isto é, por uma inteligência capaz de aprender através da experiência (PEIRCE, 2000, p. 45, grifo do autor).

Para melhor compreensão desse raciocínio, alguns aspectos devem ser esclarecidos.

Primeiramente, percebe-se que Peirce confere à Semiótica o sinônimo de Lógica. A Lógica a que faz menção, contudo, é aquela em sentido amplo, isto é, não é a lógica da matemática, mas a lógica no contexto da experiência, que tem como objeto não formas ideais, mas signos, manifestados fenomenologicamente (SILVEIRA, 2007). Segundo Santaella (2008b, p. 3), a Lógica, como Semiótica, “é a ciência das leis necessárias do pensamento e das condições para se atingir a verdade”. Nesse sentido, Silveira (2007, p. 24-25) ensina que “o que move o pensamento é a presença de algo que se apresenta como bem e cuja representação agiliza a conduta a alcançá-lo. A representação realizando esta tarefa avança em direção à verdade”<sup>13</sup>.

Nota-se ainda que Peirce afirma que a Semiótica ou Lógica é uma doutrina formal, “quase-necessária”, conceito esse que se coaduna com o pensamento lógico ocidental. Desde Aristóteles, tem-se a concepção de que a lógica formal lida com o tipo de raciocínio no qual a validade da inferência independe da verdade das proposições que o compõem. Assim, se  $A \text{ é } B$  e se  $B \text{ é } C$ , a conclusão necessária é a de que  $A \text{ é } C$ . A inferência é válida, *sejam as proposições verdadeiras ou falsas*, mas a conclusão só será verdadeira se as premissas forem verdadeiras (PERELMAN, 1982). Nesse aspecto, em Peirce, a necessidade, tal como

---

<sup>13</sup> “Para Peirce, a ‘verdade’ apresentava-se como uma atividade (dirigida para um objetivo) capaz de permitir a passagem de um estado de insatisfação para um estado de satisfação” (NETTO, 1980, p. 53).

a validade na lógica formal, “não decorre da matéria sobre a qual o conhecimento incide, mas da forma que esse conhecimento assume” (SILVEIRA, 2007, p. 20). Aliás, veja-se que Peirce (2000) assevera que a observação dos signos resulta em afirmações falíveis, não necessárias, acerca de como devem ser os caracteres de todos os signos, o que justificaria a expressão “doutrina *quase-necessária*”.

Prosseguindo, Peirce afirma que o processo de observação dos caracteres dos signos é *abstrato*. Com isso o autor pretende dizer que no processo semiótico o sujeito constrói na imaginação um *diagrama* e o observa para saber como agir na hipótese imaginada para conseguir alcançar determinada finalidade. Nesse aspecto, Silveira (2007, p. 23) discorre que cabe à Semiótica

observar o fenômeno que deseja estudar, propor sob a forma de uma figura imaginária, por Peirce denominada Diagrama, um conjunto de relações que espera melhor representar aquele fenômeno e desse modo antecipar como deverá proceder, seguindo passo a passo as indicações contidas na figura, alcançar efetivamente, em seus exemplares concretos, a interação pretendida com o fenômeno.

Peirce igualmente assentou, na sua definição de Semiótica ou Lógica, que a análise dos caracteres dos signos leva a conclusões (infalíveis, como visto) “a respeito do que *devem ser* os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência ‘científica’” (PEIRCE, 2000, p. 45, grifo do autor).

Utilizou Peirce a expressão “devem ser” porque os signos tomados fenomenologicamente são infinitos, de modo que representar todos os seus caracteres seria uma tarefa impossível (SILVEIRA, 2007). Assim, “na procura de como devem ser os signos, o que caberá à Semiótica investigar são os elementos básicos essenciais que os caracterizam e não as particularidades desse ou daquele conjunto de signos, próprios de um determinado modo de pensar” (SILVEIRA, 2007, p. 21-22).

Em relação à expressão “inteligência científica”, trata-se, segundo Silveira (2007, p. 28), de qualquer inteligência, sujeito de aprendizagem, que “interagir ou puder interagir com os outros seres e, conseqüentemente, pertencer ao universo dos fenômenos”.

Em suma, pode-se dizer que a Semiótica ou Lógica é uma ciência formal que, por meio de construção de diagramas, investiga formas de representação da realidade fenomênica. O diagrama básico de

compreensão do fenômeno semiótico vem explícito no conceito de signo, reproduzido abaixo:

Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob um certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia (PEIRCE, 2000, p. 46, grifo do autor).

Valendo-se das três categorias fenomenológicas da Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, Peirce posteriormente reescreveu seu diagrama básico do signo (SILVEIRA, 2007), conforme segue:

Um Signo, ou Representamen, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo, denominado seu Objeto, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu Interpretante, que assuma a mesma relação triádica com seu Objeto na qual ele próprio está em relação com o mesmo Objeto. A relação triádica é genuína, isto é, seus três membros estão por ela ligados de um modo tal que não consiste em nenhum complexo de relações diádicas (PEIRCE, 2000, p. 63).

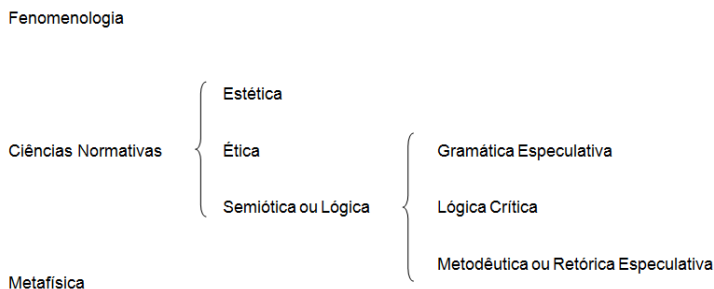
O diagrama básico do signo é, portanto, uma relação de três correlatos, na qual o signo ou *representamen* é o fenômeno da Primeiridade, o objeto, da Secundidade, e o interpretante situa-se na Terceiridade.

A Metafísica, por fim, constitui-se na terceira divisão da Filosofia peirceana. Objetiva compreender a realidade, o fenômeno, mas “não somente como aparece ou como interage determinando uma conduta, mas como ele seria em sua própria realidade, em seu modo próprio de ser” (SILVEIRA, 2007, p. 210).

Considerando que toda a Filosofia de Peirce está fundamentada nas suas três categorias fenomenológicas, a *Fenomenologia* é Primeiridade, pois lida com o fenômeno imediato; as *Ciências Normativas* são Secundidade, na medida em que tratam dos fenômenos e os seus fins; e a *Metafísica* é Terceiridade, uma vez que investiga a realidade dos fenômenos.

As divisões da Filosofia peirceana podem ser visualizadas na figura abaixo:

Figura 2: Divisões da Filosofia de Charles Peirce



Fonte adaptada: Santaella (1983)

Inferese da figura que a Semiótica ou Lógica, parte da doutrina de Peirce que está diretamente relacionada à presente dissertação, possui os seguintes ramos: Gramática Especulativa, Lógica Crítica e Metodêutica ou Retórica Especulativa.

A *Gramática Especulativa* “é o estudo de todos os tipos de signos e formas de pensamento que eles possibilitam”. A *Lógica Crítica* “toma como base as diversas espécies de signos e estuda os tipos de inferências, raciocínios ou argumentos que se estruturam através de signos”. A *Metodêutica* “tem por função analisar os métodos a que cada um dos tipos de raciocínio dá origem” (SANTAELLA, 2008b, p. 3-5).

Para os objetivos desta pesquisa serão abordados somente aspectos da Gramática Especulativa e da Lógica Crítica, pois pensa-se que esses são os ramos que melhor se prestam para analisar semioticamente o processo de indexação.

### 2.1.2 Gramática Especulativa

Servindo de propedêutica, de fundamento, para toda a teoria semiótica, a Gramática Especulativa (ou Gramática Pura) determina “o que deve ser verdadeiro quanto ao *representamen* utilizado por toda inteligência científica a fim de que possa incorporar um significado qualquer” (PEIRCE, 2000, p. 46). De uma forma mais clara, pode-se conceituar a Gramática Especulativa como a teoria que fornece definições e classificações para análise de todos os tipos de signos, trabalhando “com conceitos abstratos capazes de determinar as condições gerais que fazem com que certos processos, quando exibem

comportamentos que se enquadram nas mesmas, possam ser considerados signos” (SANTAELLA, 2008b, p. 4).

Como visto, um signo ou *representamen*<sup>14</sup> é tudo aquilo que, sob um certo modo, representa algo (objeto) para alguém, determinando na mente dessa pessoa outro signo, denominado de *interpretante*. Um signo é, então, uma coisa que representa outra coisa. Essa outra coisa que o signo representa é denominada seu *objeto*.

A palavra *coisa* está sendo utilizada como sinônimo de *objeto* com fim exclusivamente didático. Isso porque, conforme ensinamento de Pinto (1995), em semiótica coisa e objeto não são necessariamente sinônimos:

Há uma diferença entre aquilo que não se conhece e aquilo que se conhece, e a diferença está no (não-)conhecimento delas. O que se conhece é um objeto, o que não se conhece é uma coisa. Em outras palavras, aquela coisa que passa para a esfera do conhecimento – ou mesmo algo inventado – torna-se objeto daquele conhecimento. A coisa é um existente, conhecido ou não, e o objeto é um conhecido, existente ou não. Há, portanto, coisas que são apenas coisas, coisas que são objetos, e também objetos que não são coisas (um mito, um unicórnio e os interpretantes de uma obra de ficção, por exemplo, são objetos não-coisas) (PINTO, 1995, p. 37-38).

“Representar”, para Peirce (2000, p. 61), é “estar em lugar de, isto é, estar numa tal relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro”. O signo apenas está no lugar do objeto. Ele não é o objeto.

Exemplifica-se: a *palavra* casa, o *desenho* de uma casa, a *maquete* de uma casa, a *pintura* de uma casa, a *fotografia* de uma casa não são a casa em si mesma, apenas a representam<sup>15</sup>. Assim, tanto a

---

<sup>14</sup> Pelo fato de todos os elementos da relação triádica serem considerados signos é que Peirce (1993, 2000) utiliza o termo “*representamen*” para se referir ao signo primário. Em muitas passagens da sua obra, no entanto, o autor também usa a palavra “signo” (e não *representamen*) para fazer essa referência. Nesta dissertação, da mesma forma, quando se estiver se referindo à relação triádica, a palavra “signo” será utilizada nesse sentido (*representamen*).

<sup>15</sup> “Portanto, o signo seria algo que substitui ou representa os objetos, isto é, a realidade” (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012, p. 3). O signo é a entidade física que vemos ou interpretamos (MAI, 1997).

palavra casa quanto o desenho, a maquete, a pintura e a fotografia de uma casa são *signos* do *objeto* casa. E um signo representa seu objeto para um intérprete, criando na mente deste um efeito, denominado *interpretante* (SANTAELLA, 1983).

O interpretante, segundo Mai (1997, p. 57, tradução nossa),  
é o novo signo criado pela pessoa que vê o signo [...]. A conexão entre o representamen e seu objeto apenas pode ser feita pelo interpretante – que é um novo e mais desenvolvido signo. O interpretante não é uma pessoa que interpreta o signo, mas é o signo que é produzido a partir do representamen. A conexão entre o objeto e o representamen é feita por uma pessoa, e o interpretante é criado na mente dessa pessoa<sup>16</sup>.

Assim, está correto dizer que as relações entre um signo e o seu objeto ocorrem por meio de um interpretante e que na mente de diferentes intérpretes em contato com o mesmo signo poderão surgir diferentes interpretantes. Ao lerem a palavra “casa”, duas pessoas (intérpretes) certamente terão sensações diferentes, imaginarão, por exemplo, tipos de casas diferentes (casa de campo, casa de praia). Essas sensações, essas imagens, são o interpretante, que é determinado imediatamente pelo signo (a palavra “casa”) e, de forma mediata, pelo objeto (a casa em si) que determina o signo, conforme se extrai desta outra definição peirceana:

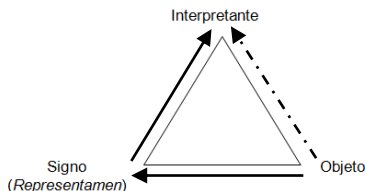
Signo é um Cognoscível que, por um lado, é determinado [...] por algo que não é ele mesmo, denominado de seu Objeto, enquanto, por outro lado, ele próprio determina alguma Mente concreta ou potencial, determinação essa que denomino de Interpretante criado pelo Signo, de tal forma que essa Mente Interpretante é assim determinada mediatamente pelo objeto (PEIRCE, 2000, p. 160).

Para melhor compreender esse raciocínio, repare-se na figura a seguir:

---

<sup>16</sup>“The interpretant is the new sign which is created by the person who sees the sign [...]. The connection between the representamen and its object can only be made by the interpretant – which is a new and more developed sign. The interpretant is not a person who interprets the sign, but is the sign that is produced from the representamen. The connection between the object and the representamen is made by a person, and the interpretant is created in the mind of that person” (MAI, 1997, p. 57).

Figura 3: Relação triádica do signo



Fonte adaptada: Ogden; Richards (1972)<sup>17</sup>

Embora nunca tenha sido de fato utilizado por Peirce, esse triângulo ilustra bem a relação triádica do signo. As setas indicam fator de determinação, demonstrando que o objeto determina o signo, que determina o interpretante. Uma vez que o signo é determinado pelo objeto e determina o interpretante, este é indiretamente (mediatamente) determinado pelo objeto.

A palavra “casa” só consegue determinar um interpretante (um “tipo” de casa) na mente de uma pessoa porque ela própria (a palavra) é determinada pelo objeto “casa”, de tal modo que se a pessoa não tem conhecimento do que seja uma “casa” (objeto), as quatro letras formando a palavra (signo) nada significariam para ela, não a remeteriam para nenhum interpretante significativo. É nesse sentido que se diz que o objeto determina o signo e indiretamente (por meio do signo) o interpretante. O signo tem o poder de *representar* o objeto porque este o *determina*, caso contrário a representação não seria possível.

Cumprе salientar que o signo representa o objeto, mas não em todos os seus aspectos. Isso significa que “há sempre uma sobra do objeto que o signo não pode recuperar, pelo simples fato de que o objeto é um outro diferente dele” (SANTAELLA, 2008a, p. 23). Assim, “na relação triádica, o interpretante de um signo é a manifestação de algum aspecto do objeto por meio e através do signo”. Devido à sua relativa

<sup>17</sup> No triângulo original, de Ogden e Richards, a seta tracejada liga o signo (para os autores, símbolo) ao objeto (referente). Isso porque, segundo eles, “entre o símbolo e o referente não existe qualquer relação pertinente a não ser uma indireta, que consiste em seu uso por alguém para representar o referente”. E exemplificam: “talvez pareça desnecessário insistir em que não existe relação direta entre [...] ‘cachorro’, a palavra, e certos objetos comuns em nossas ruas; e que a única ligação que existe é a que consiste no nosso uso dessa palavra quando nos referimos ao animal” (OGDEN; RICHARDS, 1972, p. 33-34).



independência em face do signo que o representa, o objeto constitui-se no elemento semiótico mais complexo (SILVEIRA, 2007).

Peirce (2000) alerta para o fato de que um signo pode ter mais de um objeto e que, excepcionalmente, este pode ser algo similar àquele. A frase “Caim matou Abel”, por exemplo, refere-se tanto a “Caim” quanto a “Abel”, além do assassinato em si. Essa frase, portanto, que é um signo, possui mais de um objeto. Diz-se que é um signo com objeto complexo (PEIRCE, 2000). No que tange a poder ser o signo semelhante ao seu objeto, tal ocorre na hipótese de um signo ser parte de outro signo. Peirce (2000, p. 47) exemplifica: “num mapa de uma ilha colocado sobre o chão dessa ilha deve haver, em condições normais, alguma posição, algum ponto, assinalado ou não, que representa *qua* posição no mapa, o mesmíssimo ponto *qua* posição na ilha”.

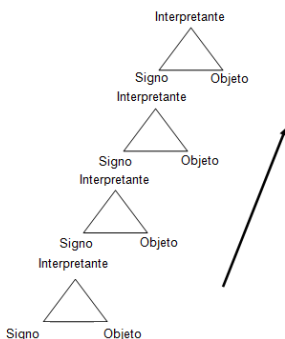
Todos os três correlatos (signo, objeto e interpretante) são signos. Como exposto por Netto (1980, p. 66), “o signo não é um dos elementos do triângulo, uma de suas pontas, um dos membros da relação. O signo é a reunião das três pontas, a relação toda e completa, a totalização das três vértices do triângulo”. O que diferencia cada um dos correlatos é a posição lógica que ocupam no processo representativo. Por exemplo, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é um objeto quando é retratado em um filme. Nesse caso, o filme é um signo, cujo objeto é o romance, e o interpretante é o efeito produzido nos espectadores. Mas esse romance também pode ser um signo daquilo que ele representa, seu objeto. Nessa perspectiva, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é um signo que tem por objeto, entre outras coisas, os costumes da sociedade carioca do século XIX. Nesse caso, o interpretante são os efeitos interpretativos causados nos leitores (SANTAELLA, 2008b). Esse romance pode ainda ser um interpretante, se se tomar como signo “as obras de Machado de Assis”.

A relação triádica do signo remete ao conceito de *semiose*, que, no fundo, constitui-se no objeto de estudos da semiótica (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012). Para Santaella e Nöth (2004, p. 161), a semiose é “um processo de interpretação, pois a ação do signo é a ação de ser interpretado em um outro signo. Por isso mesmo, o significado de um signo é um outro signo e assim por diante, processo através do qual a semiose está em permanente devir”. Segundo Moura (2006, p. 13), a semiose é “um produto resultante do processo natural do signo, ou seja, a geração *ad infinitum* dos interpretantes [...], que não nos permite capturá-lo de modo definitivo”. Daí a denominação de *semiose ilimitada* (PEIRCE, 2000). Na lição de Pinto (1995, p. 22), a semiose,

por ser uma cadeia infinita, que tem como mola propulsora o fato de ser um processo teleológico, tende para um estágio em que o signo se tornaria seu objeto. Isso seria o que poderíamos chamar de verdade semiótica, isto é, aquele momento em que o signo, o objeto e o interpretante se confundiriam. Logicamente, dada a natureza infinita do processo de semiose, tal estágio é apenas uma possibilidade teórica [...]. Para todos os efeitos, portanto, essa verdade nunca é alcançada.

O processo da semiose ilimitada pode ser visualizado na figura abaixo:

Figura 4: Semiose ilimitada



Fonte adaptada: Mai (2001)

Veja-se que na semiose ilimitada o interpretante da primeira relação triádica transforma-se no signo da segunda relação e assim sucessivamente. Nesse processo, há conexão entre o signo e o interpretante, porém os objetos são independentes; vale dizer, as relações sêmicas implicam diferentes objetos, cada qual mediamente relacionado ao interpretante criado na mente da pessoa que está realizando a interpretação. A figura acima serve ainda para demonstrar que a semiose ilimitada explica o fato de que um entendimento de alguma coisa é sempre baseado no entendimento de uma outra coisa e sempre servirá também de base para outro entendimento (MAI, 2001).

Viu-se que um signo é tudo aquilo que representa uma segunda coisa, seu objeto, o qual, por sua vez, determina uma terceira coisa, o seu interpretante.

Em relação ao objeto, também foi visto que, em regra, ele é algo diferente do signo, na medida em que este apenas o representa em algum

aspecto. Nesse sentido, Santaella (2008a, p. 34-35) discorre que “aquilo que está representado no signo não corresponde ao todo do objeto, mas apenas a uma parte ou aspecto dele. Sempre sobram outras partes ou aspectos que o signo não pode preencher completamente”.

Essa incompletude representativa do signo ante o seu objeto está relacionada com o conceito peirceano de “observação colateral”. Para Peirce (2000, p. 161), a observação ou experiência colateral é “pré-requisito para se obter qualquer ideia significada pelo signo”; é “uma prévia familiaridade com aquilo que o signo denota”. E o filósofo exemplifica:

Se o signo for a sentença “Hamlet era louco”, para compreender o que isto significa deve-se saber que, às vezes, os homens ficam nesse estado estranho; deve-se ter visto homens loucos ou deve-se ter lido sobre eles; e será melhor se se souber especificamente (e não houver necessidade de ser impelido a *presumir*) qual era a noção que Shakespeare tinha da insanidade. Tudo isso é observação colateral e não faz parte do interpretante (PEIRCE, 2000, p. 161, grifo do autor).

Assim, a “parte da compreensão do signo para a qual a mente interpretante necessitou de observação colateral está fora do interpretante” (PEIRCE, 2000, p. 161). A pessoa que interpreta qualquer signo “deve ser determinada pelo seu objeto através de uma observação colateral totalmente independente da ação do signo. Caso contrário, ela não será determinada a pensar nesse objeto” (PEIRCE, 2000, p. 160). Esse objeto é denominado de “dinâmico”, que, ressalta-se, só pode ser alcançado pela experiência (observação) colateral, isto é, independente da ação do signo.

Nas palavras de Barros, Café e Almeida (2013, p. 11-12),

a experiência colateral concorre para alterar os níveis de significado e garante a diferença entre as gradações de interpretantes. A experiência colateral é o dispositivo conceitual da Semiótica para provar que não basta conhecer a linguagem verbal relacionada a um fenômeno ou a um objeto. Sem o acesso aos referentes e o conhecimento dos índices, toda informação sobre o objeto não é mais que uma referência vaga e imediata. Os níveis profundos de interpretação são atingidos com a presença decisiva da experiência

colateral que atualiza e corrige distorções do interpretante.

A experiência colateral, repita-se, é uma prévia familiaridade com aquilo que o signo denota, sem a qual o signo não pode significar, não pode ter nenhum interpretante significativo. Exemplificando, Peirce (2000) diz que, em uma pintura de uma mulher com um vestido, “mulher” e “vestido” devem ser informações já conhecidas de quem está contemplando a pintura, devem fazer parte da sua experiência colateral, caso contrário a pintura nada significará. Aquilo que o artista deseja transmitir por meio dessa pintura, provavelmente algo que o observador nunca visualizou de forma clara anteriormente, é o interpretante. Assim, “conhecer o interpretante, que é aquilo que o próprio signo expressa, pode ser algo que requeira o mais alto poder de raciocínio” (PEIRCE, 2000, p. 162).

Quando se disse que o objeto determina o signo, é ao objeto “dinâmico” que se estava fazendo referência; ele é a realidade que realiza a atribuição do signo a sua representação (PEIRCE, 2000). Segundo Santaella (2008b, p. 36, grifo nosso), ao se falar em objeto dinâmico, fala-se “do modo como o signo se reporta àquilo que ele intenta representar. O objeto dinâmico determina o signo, mas nós só temos acesso àquilo que o signo representa pela mediação do objeto *imedato*, interno ao signo”. Na semiótica peirceana há, portanto, dois tipos de objetos, o *imedato* e o *dinâmico*: “ao objeto enquanto contido no signo a que ele se refere, Peirce denomina *Objeto Imedato* do signo. Ao objeto enquanto só alcançável por experiência colateral, Peirce denomina *Objeto Dinâmico* do signo” (SILVEIRA, 2007, p. 46, grifo do autor).

Em relação ao interpretante, Peirce (2000) o distinguiu em três tipos: o interpretante *imedato*, o *dinâmico* e o *final*.

Primeiramente, é importante reiterar que o interpretante é diretamente determinado pelo signo e indiretamente pelo objeto do signo; é, por isso, o mais complexo, dentre os três correlatos, em sua constituição e responsabiliza-se pela maior generalização da semiose. No seu grau máximo, é capaz de reproduzir-se infinitamente, dando origem à semiose ilimitada (SILVEIRA, 2007).

O interpretante *imedato* é o interpretante tal como revelado pela compreensão do signo (significado do signo); o interpretante *dinâmico* é o efeito concreto que o signo de fato determina; e o interpretante *final* é o modo como o signo “tende a representar-se como estando relacionado com seu objeto” (PEIRCE, 2000, p. 177).

No que tange ao interpretante imediato, constitui-se ele no potencial interpretativo do signo, isto é, no potencial do signo de provocar algum efeito no intérprete. Eis um exemplo:

Um livro em uma livraria [...] tem um potencial para ser interpretado, antes mesmo que qualquer pessoa o tenha aberto para ler. As palavras estão lá com toda a carga de significação que elas contêm. Quando um leitor ler o livro, algo dessa carga de significação se atualizará. Mas isso não quer dizer que o poder para ser interpretado já não esteja nos próprios signos de que o livro é feito (SANTAELLA, 2008b, p. 24).

Esse “poder para ser interpretado” é o interpretante imediato: o interpretante que fica no nível das possibilidades, esperando uma mente interpretadora para efetivá-las (SANTAELLA, 2008b).

O segundo tipo de interpretante é o interpretante *dinâmico*, “que se refere ao *efeito que o signo efetivamente produz em um intérprete*. Tem-se aí a dimensão psicológica do interpretante, pois se trata do efeito singular que o signo produz em cada intérprete particular” (SANTAELLA, 2008b, p. 24, grifo nosso). Assim, “quantas forem as interpretações do signo, todas elas permitidas pelo Interpretante Imediato, quantos serão os Interpretantes Dinâmicos do signo” (SILVEIRA, 2007, p. 49).

O terceiro tipo de interpretante é o interpretante *final*, que, de acordo com Silveira (2007), é o resultado a que chegará a cadeia semiótica formada pela série de interpretantes em busca da verdade sobre o objeto do signo. Para o autor (SILVEIRA, 2007, p. 49), “o interpretante final, ou normal, determina um hábito de conduta, cuja meta será a interação efetiva com o Objeto Dinâmico”. Nada garante, todavia, haja vista sobretudo a falibilidade das afirmações resultantes da observação semiótica,

que haverá um dia uma interpretação definitiva, nem que somente venha a haver uma única interpretação. Mas se a busca de interpretação verdadeira se fizer continuamente, sempre se submetendo as concepções ao teste da experiência, os erros tenderão a ser eliminados e as interpretações estarão convergindo para sua verdade, como melhor adequação da conduta ao fenômeno, tomado como seu objeto de investigação (SILVEIRA, 2007, p. 50).

Veja-se que a palavra “final” na expressão “interpretante final” não deve ser tomada no sentido literal, “confundindo-a com o significado empírico, estático e definitivo do signo. Ao contrário, ‘final’ refere-se aí ao teor coletivo da interpretação, um limite ideal, aproximável, mas inatingível, para o qual os interpretantes dinâmicos tendem” (SANTAELLA, 2008b, p. 41).

O interpretante ainda pode se dividir em *emocional*, *energético* e *lógico* (PEIRCE, 2000). O interpretante emocional é “o primeiro efeito que um signo está apto a provocar em um intérprete” (SANTAELLA, 2008b, p. 24); é uma simples qualidade de sentimento. O interpretante energético é o segundo efeito provocado pelo signo. É o efeito que faz com que o intérprete despenda algum tipo de energia, física ou mental (SANTAELLA, 2008b).

No que tange ao interpretante lógico, ocorre “quando o signo é interpretado através de uma regra interpretativa internalizada pelo intérprete” (SANTAELLA, 2008b, p. 25). Para um desconhecedor da língua portuguesa, por exemplo, o que se está escrevendo neste trabalho nada significa, pois, não estando internalizada nele uma regra interpretativa, não será capaz de fazer conexão entre os símbolos (as palavras que compõem o presente texto) e os seus significados. Em outros termos, a lei que dá fundamento a um símbolo tem de estar introjetada na mente do intérprete para que seja possível traduzi-lo, dando-lhe um significado, noção essa que está diretamente relacionada ao conceito de “hábito”.

Peirce (2000) considera que a investigação científica é permeada por dúvidas e crenças, ambos modos de ação. As ações que se repetem sob condições específicas ele chamava de hábitos. Crenças são hábitos. “Na crença, um hábito foi estabelecido como guia para nossas ações. Esse hábito influenciará a natureza de pensamentos futuros, do que decorre que diferentes hábitos levarão a diferentes modos de ação” (SANTAELLA, 2004, p. 67-68). A dúvida ocorre “quando a função regular e desproblematizada de um hábito é rompida. Ela tem duas faces: interrompe uma uniformidade estabelecida e estimula a formação de um novo hábito que irá substituir o anterior” (SANTAELLA, 2004, p. 69). O hábito

é continuidade, garantia de que os particulares irão se repetir de acordo com uma certa regularidade. É por isso que os hábitos precedem a ação e não vice-versa. É em razão disso também que os princípios-guias do raciocínio têm a natureza do hábito, assim como o interpretante

lógico a tem, pois sem o hábito, que é o interpretante lógico, não existiria nenhuma regra de traduzibilidade na passagem do signo para seu interpretante (SANTAELLA, 2004, p. 246).

Todo sistema de signos possui “certa tendência para adquirir hábitos, embora alguns destes sistemas possam estar paralisados por hábitos fixos e rígidos [...]. O que realmente diferencia um sistema usuário de signos é a efetiva mudança ou quebra de hábitos” (FARIAS, 1999, p. 14). Segundo Santaella (2008b, p. 26), “se as interpretações sempre dependessem de regras interpretativas já internalizadas, não haveria espaço para a transformação e a evolução. A mudança de hábito introduz esse elemento transformativo e evolutivo no processo de interpretação”, o que, por exemplo, explica a evolução semântica de determinados vocábulos.

Tendo em conta as três categorias fenomenológicas da Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, Peirce (2000) desenvolveu uma tipologia elaborada de signos, considerando o signo em si mesmo (primeira tricotomia), o signo na sua referência com o objeto dinâmico (segunda tricotomia), e o signo em relação ao interpretante final (terceira tricotomia), conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 1: Categorias fenomenológicas e a divisão dos signos

Categorias fenomenológicas	Primeira tricotomia: o signo em relação a si mesmo	Segunda tricotomia: o signo em relação ao objeto dinâmico	Terceira tricotomia: o signo em relação ao interpretante final
Primeiridade	Qualissigno	Ícone	Rema
Secundidade	Sinsigno	Índice	Dicissigno (Dicente)
Terceiridade	Legissigno	Símbolo	Argumento

Fonte adaptada: Netto (1980)

A primeira tricotomia trata da relação do signo consigo mesmo. Há três propriedades formais que permitem que qualquer coisa funcione como signo: “uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral” (PEIRCE, 2000, p. 51). Conforme essa tricotomia, um signo pode ser denominado *qualissigno*, *sinsigno* ou *legissigno* (PEIRCE, 2000).

Um *qualissigno* é uma qualidade que é um signo. Na verdade, por ser uma qualidade, não pode realmente atuar como signo até que se corporifique em algum existente (PEIRCE, 2000). Por exemplo, a cor azul em si, descontextualizada, não é o céu nem uma roupa de bebê, mas

pode sugerir isso. E porque tem esse poder de sugestão, a mera qualidade da cor azul é um qualissigno (SANTAELLA, 2008b).

Um *sinsigno* é uma coisa existente que é um signo. Contudo, só é um signo por meio de suas qualidades, “de tal modo que envolve um qualissigno ou, melhor, vários qualissignos. Mas estes qualissignos são de um tipo particular e só constituem um signo quando realmente se corporificam” (PEIRCE, 2000, p. 52).

Um *legissigno* é uma lei, normalmente convencionada pelos homens, que é um signo, de forma que todo signo convencional é um legissigno, embora a recíproca não seja verdadeira (PEIRCE, 2000). Todo legissigno significa por meio de sua aplicação, denominada réplica. Por exemplo, a palavra “o” aparecerá algumas vezes numa página de um livro. Peirce (2000, p. 52) explica que “em todas essas ocorrências é uma e a mesma palavra, o mesmo legissigno. Cada uma de suas ocorrências singulares é uma réplica. A réplica é um sinsigno”.

A segunda tricotomia trata da relação do signo com seu objeto dinâmico (PEIRCE, 2000). Dependendo da propriedade do signo que está sendo levada em conta, será diferente o modo como ele pode representar seu objeto. Assim, se a propriedade do signo for um qualissigno (qualidade), o signo, na sua relação com o objeto dinâmico, será um *ícone*; se a propriedade for um sinsigno (existente), o signo será um *índice*; e se a propriedade for um legissigno, o signo, na sua relação com o objeto, será um *símbolo* (SANTAELLA, 2008b). Para Peirce (2000, p. 64), “a mais importante divisão dos signos faz-se em ícones, índices e símbolos”.

Um *ícone* é um signo cuja propriedade é um qualissigno e se refere ao objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui, quer o objeto realmente exista ou não (PEIRCE, 2000). Para Santaella (2008b, p. 17), “quando a cor azul-clara [qualissigno] lembra o céu ou os olhos límpidos de uma criança, ela só pode lembrá-los porque há uma semelhança na qualidade desse azul com o azul do céu ou dos olhos”. Segundo Peirce (1993, p. 129), “o ícone é desprovido de conexão dinâmica com o objeto que representa; ocorre simplesmente que suas qualidades fazem lembrar as daquele objeto e despertam no espírito sensações análogas àquilo a que se parecem”.

Um *índice* é um signo que se relaciona fisicamente com seu objeto, com o qual pode não ter nenhuma semelhança (PEIRCE, 2000). Uma batida na porta é um índice de que alguém deseja entrar, a fumaça é índice de fogo, um cata-vento é índice da direção do vento, a terra



molhada é índice de que choveu, um dedo apontando para algum lugar é um índice (está indicando), um relógio indica a hora, enfim, “tudo o que atrai a atenção é índice. Tudo o que nos surpreende é índice, na medida em que assinala a junção entre duas porções de experiência” (PEIRCE, 2000, p. 67).

Último elemento da segunda tricotomia, o *símbolo* “é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto” (PEIRCE, 2000, p. 52). Assim, um símbolo

é, em si mesmo, uma lei ou tipo geral, ou seja, um Legissigno. Como tal, atua através de uma Réplica. Não apenas é ele geral, mas também o Objeto ao qual se refere é de natureza geral. Ora, o que é geral tem seu ser nos casos que determina. Portanto, deve haver casos existentes daquilo que o Símbolo denota (PEIRCE, 2000, p. 52-53).

Por exemplo, a palavra “mulher”, como todas as palavras, é um símbolo, vale dizer, uma lei, um signo geral cujo objeto também é geral. Isso porque quando se fala ou se escreve essa palavra, não se está se referindo a nenhuma mulher em especial, mas a toda e qualquer mulher. Portanto, “o objeto de uma palavra não é alguma coisa existente, mas uma ideia abstrata, lei armazenada na programação linguística de nossos cérebros. É por força da mediação dessa lei que a palavra mulher pode representar qualquer mulher” (SANTAELLA, 1983, p. 67).

O que faz um signo ser um símbolo é o “fato de existir um hábito, disposição ou qualquer outra norma a fazer com que esse signo seja sempre interpretado como símbolo” (NETTO, 1980, p. 60)<sup>18</sup>. Segundo Peirce (2000, p. 73, grifo do autor),

---

<sup>18</sup> Conforme visto, na teoria de Saussure (2006) o signo linguístico sempre é arbitrário, vale dizer, o significante (a palavra falada ou escrita) não demonstra a ideia do conceito (o animal “boi” continuaria a ser um boi mesmo se tivesse outro nome). Por conta disso, Saussure sustenta que é inapropriado denominar um signo de símbolo, pois “o símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário [...]; existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo” (SAUSSURE, 2006, p. 82). Para Peirce, contudo, o que importa para que um signo seja um símbolo é sua característica de lei, de convenção. Assim, tomando-se o exemplo dado por Saussure, se for convencionado que um carro, não uma balança, representa a justiça, ele, o

qualquer palavra comum, como “dar”, “pássaro”, “casamento”, é exemplo de símbolo. O símbolo é *aplicável a tudo o que possa concretizar a ideia ligada à palavra*; em si mesmo, não identifica essas coisas. Não nos mostra um pássaro, nem realiza, diante dos nossos olhos, uma doação ou um casamento, mas supõe que somos capazes de imaginar essas coisas, e a elas associar a palavra.

Discorrendo sobre o objeto dinâmico do símbolo, Santaella (2008a, p. 43) ensina que, “se fosse possível levar uma investigação até um ponto terminal, esse ponto, na semiose, corresponderia à revelação de toda a multiplicidade de aspectos que o objeto dinâmico poderia porventura exibir”. E complementa: “em toda semiose particular, aquilo que aparece no objeto dinâmico é sempre um ou alguns de seus aspectos” (SANTAELLA, 2008a, p. 43). No que tange ao interpretante do símbolo, a autora assevera que

todo símbolo é incompleto na medida em que só funciona como signo porque determina um interpretante que o interpretará como símbolo, e assim indefinidamente. Basta um exemplo: o que significava a palavra “criança”, no século XVIII, e o que ela significa hoje? Os símbolos crescem porque seu potencial para significar e ser interpretados não se esgota em nenhuma interpretação particular (SANTAELLA, 2008b, p. 38).

Finalmente, a terceira tricotomia cuida da relação entre o signo e o interpretante final. Nela um signo pode ser denominado *rema*, *dicissigno* (ou *dicente*) e *argumento* (PEIRCE, 2000).

Um *rema* “é um signo que, para seu interpretante, é um signo de possibilidade qualitativa” (PEIRCE, 2000, p. 53). Segundo Netto (1980, p. 61), um rema, portanto, “funciona como signo de uma possibilidade que pode ou não se verificar. Uma palavra isolada, como *vermelho*, pode funcionar como rema”.

Um *dicissigno* ou *dicente* “é um signo que, para seu interpretante, é um signo de existência real [...]. Um dicissigno necessariamente envolve, como parte dele, um rema para descrever o fato que é interpretado como sendo por ela indicado” (PEIRCE, 2000, p. 53).

---

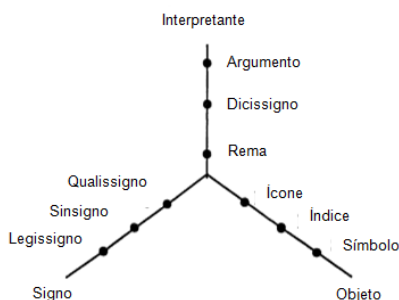
carro, será interpretado como símbolo de justiça, sem que com isso perca sua característica de arbitrariedade em face do objeto que representa.

Assim, uma proposição como “todo sangue humano é vermelho” pode funcionar como dicissigno.

Um *argumento* é um signo que é signo de lei para seu interpretante e sempre envolve pelo menos uma proposição (PEIRCE, 2000). A frase “todo sangue humano é vermelho, por isso meu sangue é vermelho” é um argumento.

A relação triádica dos signos segundo as três tricotomias acima explanadas é representada pela figura abaixo:

Figura 5: Classificação triádica dos signos



Fonte adaptada: Mai (1997)

Quando combinados, os elementos das três tricotomias dão origem a uma divisão dos signos em dez classes, quais sejam: 1ª classe: qualissigno; 2ª: sinsigno icônico; 3ª: sinsigno indicial remático; 4ª: sinsigno dicente; 5ª: legissigno icônico; 6ª: legissigno indicial remático; 7ª: legissigno indicial dicente; 8ª: símbolo remático; 9ª: símbolo dicente; 10ª: argumento (PEIRCE, 2000).

Ultrapassa o propósito desta dissertação discorrer sobre todas essas classes. Além da classe “qualissigno”, sobre a qual já se tratou, serão abordadas, de forma bastante rápida, na seção 2.2.2, apenas as classes “legissigno indicial dicente”, “símbolo remático”, “símbolo dicente” e “argumento” (esta também tratada anteriormente e na próxima seção). À exceção do “qualissigno”, a respeito do qual se discorreu tão somente para explanar parte da primeira tricotomia, a escolha das demais classes ocorreu em razão de elas constituírem, como se verá, os elementos do processo de indexação, conforme proposto por Mai (1997, 2001).

À vista do que foi dito, pode-se dizer que, dentre os principais tipos de signos (ícone, índice e símbolo), o símbolo é um signo triádico genuíno (PEIRCE, 2000). Isso porque ele depende da tríade signo/objeto/interpretante para ser significativo, o que não ocorre com o

ícone e o índice. O ícone, para significar, prescinde de um objeto e de um interpretante; o índice não precisa de um interpretante, embora necessite de um objeto. Peirce (1993, p. 131) exemplifica:

Um ícone é um signo possuidor de caráter que o torna significativo, ainda que seu objeto não existisse; tal como um risco de lápis representando uma linha geométrica. Um indicador [índice] é um signo que perderia, de imediato, o caráter que faz dele um signo, caso seu objeto fosse eliminado, mas que não perderia aquele caráter, caso não houvesse interpretante. Tal é, por exemplo, um pedaço de argila com um orifício de bala, como signo de um tiro, pois, sem o tiro, não haveria o orifício; de qualquer modo, está ali um orifício, haja ou não haja alguém para atribuí-lo a um tiro.

O símbolo, por seu turno, só pode ser compreendido com a ajuda de seu *interpretante*, o qual intermediará a relação do *signo* com o *objeto* (relação triádica). Assim, as palavras, símbolos que são, “apenas representam os objetos que representam, e significam as qualidades que significam, porque vão determinar, na mente do ouvinte, signos correspondentes” (PEIRCE, 2000, p. 29).

Como signo triádico genuíno, isto é, constituído da interação do signo, do objeto e do interpretante, o símbolo também traz em si aspectos indiciais e icônicos. Por exemplo, a palavra “carro” é um símbolo e, portanto, é um signo geral cujo objeto também é um geral. Ocorre que, sem símbolos indiciais (*aquele* carro, *este* carro, *o* carro *ao qual fiz referência ontem*), a palavra carro não teria nenhum referente real, não teria o poder de se referir a nenhum carro em particular. Ademais, a palavra carro não teria sentido em uma oração se esta não estivesse disposta em uma sequência gramatical lógica, que constitui o caráter icônico de toda construção frasal (SANTAELLA, 1983). Além disso, o aspecto icônico do símbolo é essencial para sua significação, pois sem a imagem, fornecida pelo ícone, das letras que formam uma palavra, o símbolo nada pode transmitir (MOREIRA, 2006).

É relevante ressaltar que na ação de um signo o interpretante atua também como um signo, o qual, por seu turno, dá origem a um novo interpretante, e assim indefinidamente (semiose ilimitada), de modo que está correto dizer que o significado de um pensamento, por exemplo, é sempre outro pensamento (PEIRCE, 2000), pelo que se está autorizado a dizer que o processo de interpretação só pode ser interrompido, mas nunca realmente finalizado (PEIRCE, 2000). A ação do signo só não é

infinita para o intérprete porque seu pensamento está, de uma forma ou de outra, preso aos limites das suas representações de mundo (SANTAELLA, 1983).

### 2.1.3 Lógica Crítica

Segundo ramo da Semiótica peirceana, a Lógica Crítica, Lógica Obsistente ou Lógica em sentido estrito<sup>19</sup>, “é a teoria das condições gerais da referência dos Símbolos e outros Signos aos seus Objetos manifestos, ou seja, é a teoria das condições da verdade” (PEIRCE, 2000, p. 29). A Lógica Crítica investiga os tipos de inferências ou argumentos; versa sobre a estrutura do raciocínio, do pensamento destituído de quaisquer resquícios de sentimento ou de vontade (SANTAELLA, 2004).

Os tipos de inferências objeto de estudo da Lógica Crítica são a *abdução*, a *dedução* e a *indução*. Antes de discorrer sobre eles, faz-se necessário destacar alguns aspectos da terceira tricotomia de Peirce, que é de onde a Lógica Crítica também retira seus fundamentos.

A terceira tricotomia trata, conforme visto, da relação entre o signo e o interpretante final. Dela derivam os signos *rema*, *dicissigno* (ou *dicente*) e *argumento*:

Um *argumento* é um representamen que mostra separadamente o interpretante que ele pretende determinar. Uma *proposição* [dicente] é um representamen que não é um argumento, mas que indica separadamente qual objeto pretende representar. Um *rema* é uma representação simples sem essas partes separadas (PEIRCE, 2000, p. 205, grifo do autor).

A terceira tricotomia estuda, em síntese, o potencial dos signos para dizer a verdade ou não; determina as condições combinatórias favoráveis para que os remas participem de proposições<sup>20</sup> (dicentes) e de discursos racionais (argumentos) (NÖTH, 2003).

Segundo Nöth (2003, p. 88), “rema vem do grego *rhéma*, que significa simplesmente ‘palavra’. As palavras enunciadas isoladamente são incapazes de serem certificadas. Como ainda não participa de

---

<sup>19</sup> Em sentido amplo, Lógica é Semiótica.

<sup>20</sup> As proposições não são “os únicos exemplos possíveis de Dicissignos e sequer sendo os mais típicos, já que são Símbolos e não meros Índices, são, contudo, as mais estudadas” (SILVEIRA, 2007, p. 85).

afirmações, o rema é um signo de possibilidade qualitativa”. Para Silveira (2007, p. 81), “um mero predicado que não está sendo atribuído a nenhum sujeito será interpretado como um rema, dada sua possibilidade de atribuição”. Conforme Pinto (1995, p. 44), “o rema seria caracterizado como aquele signo cujo interpretante tem uma existência sabida, mas cujo sentido é obscuro. Em outras palavras, um rema é uma função proposicional, em que os termos seriam incógnitas”.

O dicissigno (ou signo dicente), tal como uma proposição, é um signo ao qual pode ser atribuída a qualidade de verdadeiro ou falso, ao contrário do rema, que é um signo de possibilidade. Pinto (1995, p. 21, grifo do autor) exemplifica: “Se o rema é uma função proposicional, do tipo  $x$  ama  $y$ , o dicissigno preenche as incógnitas (*Maria ama João*), tornando-se mais referencial”.

Participando de um discurso racional mais estendido, o signo deixa de ser um dicissigno para ser um argumento. Exemplo típico de argumento é o silogismo do tipo “A é B, B é C, então A é C” (NÖTH, 2003). Segundo Peirce (2000, p. 54), o Argumento é “um Símbolo, ou um Signo cujo Objeto é uma Lei ou Tipo Geral. Deve envolver um Símbolo Dicente, ou Proposição, que é denominado sua Premissa, pois o Argumento só pode sublinhar a lei sublinhando-a num caso em particular”<sup>21</sup>.

Peirce (2000) demonstra os três tipos de signos da terceira tricotomia por meio do seguinte silogismo:

“Todos os homens são mortais

Eliar era um homem

Portanto, Eliar era mortal”.

Têm-se aqui três proposições, das quais duas são premissas e uma é a conclusão. Há também três termos: homem, mortal e Eliar, chamados por Peirce de *remas*. O *argumento* é o próprio silogismo, e os *dicissignos* são as proposições (PEIRCE, 2000).

A característica essencial de um rema é a de que ele é um signo que deixa seu objeto e seu interpretante ser aquilo que pode ser (PEIRCE, 2000). No silogismo apresentado por Peirce, isso pode ser observado em quaisquer de seus termos. O rema “homem”, por

---

<sup>21</sup> “Como terceiridade, o signo tem sua relação genuína na classe dos argumentos, ou seja, um signo que, enquanto *Representamen*, constitui-se numa classe geral (legissigno), refere-se a uma classe geral de objetos (símbolos) e produz na mente interpretante uma lei geral (argumento)” (SILVEIRA, 2007, p. 129).

exemplo, é um signo de pura possibilidade, visto que se pode atribuir-lhe uma variedade de predicados (homem magro, homem rico, homem virtuoso).

Uma proposição é um signo que indica o objeto que denota, denominado de seu sujeito, sem interferir no interpretante (PEIRCE, 2000). Novamente se o silogismo de Peirce for analisado, ver-se-á que a proposição (dicissigno) “Todos os homens são mortais” tem por objeto “homens”: os homens são mortais. Veja-se também que, diferente do rema, à proposição pode-se atribuir o valor de verdadeiro ou falso, ou seja, é possível dizer se a proposição “Todos os homens são mortais” é verdadeira ou falsa, o que não se pode dizer do termo/rema “homens”.

Um argumento é um signo que representa distintamente o interpretante, que é a sua conclusão, é a conclusão do silogismo (PEIRCE, 2000). No exemplo de Peirce, o argumento é, conforme dito, o próprio silogismo, cuja conclusão (“Eliar era mortal”) é o interpretante do signo, o interpretante do argumento. Em síntese, quando se retira da proposição o seu sujeito, obtém-se um termo (rema), quando se retira do argumento a sua conclusão, obtêm-se suas premissas (proposições/dicissignos) (PEIRCE, 2000), observando-se que a própria conclusão é uma proposição.

Para Peirce (2000), um argumento visa determinar o acolhimento da conclusão nele inserida, conclusão essa que assume a condição de interpretante declarado do signo (“signo-argumento”). Nesse sentido, qualquer texto, este parágrafo por exemplo, é, em relação ao interpretante que deve produzir, um argumento. Isso porque se pretende com ele (com este parágrafo) gerar um efeito na mente de quem o está lendo, que é o de acolher a explanação ora feita acerca do conceito de argumento. Para tanto, o processo que o leitor realiza é inferencial, na medida em que todo ato de compreensão, todo raciocínio, porque tem começo, meio e fim, é inferencial. Todo tipo de associação, desde a mais simples até a mais complexa, é inferencial. Todavia, a inferência investigada pela Semiótica é aquela que exige consciência. Os estágios inferiores, com nenhum ou quase nenhum traço de consciência, são objeto da psicologia, não da Lógica (SILVEIRA, 2007).

Viu-se anteriormente que a Semiótica estuda as leis necessárias do pensamento para atingir a verdade, verdade essa que é almejada quando o objeto semiótico é representado pelo signo; isto é, quando o signo representa o objeto, o pensamento avança na tarefa de alcançar este. Assim, o propósito de todo signo é expressar a verdade, e “a lei pela qual um signo deve ser verdadeiro é a lei da inferência [...]”. A

relação ilativa é a relação semiótica primeira e mais alta” (SILVEIRA, 2007, p. 136). Contudo,

se a aproximação da verdade é a meta do processo cognitivo, Peirce nunca deixa de acentuar que o conhecimento pertence ao domínio da experiência, trazendo consigo a marca da contingência.

O fato de um raciocínio ser lógico, tendo sua asserção um caráter geral, não o capacita a alcançar a verdade absoluta, pois, por natureza, ele se constitui num ato particular. O conhecimento é um constante fazer-se e aperfeiçoar-se. Sua prática leva o pensador a reconhecer a radical precariedade da ciência e a adotar como legítima uma constante atitude de aprendiz (SILVEIRA, 2007, p. 136).

Na semiótica peirceana há espaço para apenas três tipos de inferências, as quais são investigadas pela Lógica Crítica: *abdução*, *dedução* e *indução*. “A divisão de toda inferência em Abdução, Dedução e Indução, quase pode ser apresentada como sendo a Chave da Lógica” (PEIRCE, 2000, p. 32). Para Silveira (2007), essas três espécies de inferências, ou argumentos, são tema de extrema relevância na obra de Peirce, pois foi por ele tratado de forma intensa desde 1867 a 1910 e se constitui no coroamento do estudo da Semiótica.

As inferências são também chamadas de argumentos porque se exteriorizam por raciocínios lógicos, silogismos (premissa maior, premissa menor e conclusão), que são, conforme visto, a típica forma de identificação da classe sígnica do argumento. Silveira (2007, p. 134) afirma que “o raciocínio é, por definição, uma cadeia de juízos onde as proposições mantêm entre si uma relação causal”, e lembra que “esta é a vigência do processo de significação do signo, a saber, a determinação de uma série infinita de interpretantes”.

No que tange, finalmente, às espécies de inferências, Peirce (2000, p. 6) discorre que a *abdução*, retrodução ou argumento originário,

é a adoção provisória de uma hipótese em virtude de serem passíveis de verificação experimental todas suas possíveis consequências, de tal modo que se pode esperar que a persistência na aplicação do mesmo método acabe por revelar seu desacordo com os fatos, se desacordo houver.



Para Peirce (2000), toda e qualquer descoberta científica é devida a essa forma de raciocínio. Isso porque, embora pela abdução não se tenha a garantia de que à previsão geral formulada na premissa se seguirá um resultado correto, é só por meio da verificação de hipóteses que teorias podem ser criadas (PINTO, 1995). Segundo Santaella (2004), conquanto seja a abdução um argumento frágil, pois dá origem apenas a hipóteses, que poderão ou não ser comprovadas,

essa fragilidade é, paradoxalmente, tudo de que depende a criação também na ciência, nela repousando o processo subsequente da investigação [...]. A despeito da fragilidade de sua forma lógica, é nela que reside a fundação de qualquer espécie de investigação, seja ela teórica, prática ou aplicada na ciência, na academia ou na vida cotidiana (SANTAELLA, 2004, p. 103).

De acordo com a autora, a abdução é a mais importante das descobertas teóricas de Peirce, por tentar responder à questão de como é possível haver lógica na formulação de hipóteses, lógica no acaso, e por seu caráter revolucionário, uma vez que desborda dos limites da lógica demonstrativa.

Silveira (2007) alega que a abdução ocorre quando o investigador se depara com fatos surpreendentes e supõe que eles sejam um caso de uma lei geral. “Sua conclusão tem o estatuto de uma mera possibilidade, não concluindo necessariamente a verdade” (SILVEIRA, 2007, p. 142). A hipótese científica resultado do processo abdutivo é levantada com o propósito de ser refutada caso seja falsa, o que

economiza, por eliminação de um vasto campo de possibilidades, um esforço que seria infrutífero se desconhecesse esta eliminação. Uma hipótese mais simples, se comprovada, evita um trabalho inútil de aperfeiçoamento, mas, se refutada, não só não corresponde a um desgaste maior, como poderá certamente indicar com maior segurança os aperfeiçoamentos que deverá sofrer (SILVEIRA, 2007, p. 143).

Nesse sentido, a hipótese resultante da abdução deve ser levada a teste experimental a fim de justificar aqueles fatos surpreendentes, teste esse que é operado, como se verá adiante, por meio da indução. Assim, a abdução “é meramente preparatória. É o primeiro passo do raciocínio científico, enquanto a indução é o passo conclusivo [...]. A abdução busca uma teoria, a indução busca fatos” (SANTAELLA, 2004, p. 94). Observa-se, assim, que quando se disse que a abdução também é

denominada argumento originário, é originário no sentido de ser o único tipo de argumento que começa uma nova ideia (PEIRCE, 2000).

O segundo tipo de inferência estudado pela Lógica Crítica é a *dedução*. A dedução é a espécie de raciocínio que parte da observação de um estado de coisas colocado nas premissas sob a forma de um diagrama e “percebe, nas partes desse diagrama, relações não explicitamente mencionadas, que se assegura, através de elaborações mentais sobre o diagrama, de que essas relações sempre subsistiriam, ou pelo menos subsistiram num certo número de casos” (PEIRCE, 2000, p. 5).

Na dedução, a passagem das premissas para a conclusão é estritamente necessária, independentemente da verdade ou da falsidade das hipóteses. Trata-se, assim, de um raciocínio matemático, ideal, cujas conclusões são também ideais (PEIRCE, 2000). Para Santaella (2004, p. 149), “o raciocínio dedutivo é hipotético, porque ele está fadado a levar à conclusão verdadeira sob a condição da verdade das premissas, mas, uma vez dada a verdade das premissas, a verdade da conclusão se segue”.

Como a dedução é um processo lógico cujo resultado independe da verdade das premissas, isto é, cujo resultado sempre é necessário, ela “não infere coisa alguma sobre a realidade, não se constitui num juízo de existência nem mesmo possível” (SILVEIRA, 2007, p. 169). Portanto, considerando-se as premissas “Todo duende é verde” e “Eu tenho um duende”, a conclusão “Meu duende é verde” é necessária, mesmo que o termo “duende” não seja possível de verificação na realidade (já que duendes não existem). Por isso que a dedução, podendo levar a resultados não verdadeiros, refutados na experiência, prepara o campo para a indução, conforme exposto a seguir.

Terceiro tipo de inferência, a indução “é o modo de raciocínio que adota uma conclusão como aproximada por resultar ela de um método de inferência que, de modo geral, deve no final conduzir à verdade” (PEIRCE, 2000, p. 6).

De acordo com Silveira (2007), o raciocínio indutivo começa com uma hipótese extraída abductiva e dedutivamente; após, dá-se início ao experimento, do qual uma amostra é escolhida ao acaso. Do que verificado na amostra retira-se um atributo que é aplicável para toda a classe. Peirce (2000, p. 6) exemplifica:

Um navio carregado de café entra num porto. Subo a bordo e colho uma amostra do café. Talvez eu não chegue a examinar mais do que cem grãos, mas estes foram tirados da parte superior, do meio

e da parte inferior de sacas colocadas nos quatro cantos do porão do navio. Concluiu, por indução, que a carga toda tem o mesmo valor, por grão, que os cem grãos de minha amostra. Tudo o que a indução pode fazer é determinar o valor de uma relação.

Com efeito, a indução “se efetua pela atribuição a uma classe geral distributiva de sujeitos um predicado que foi verificado com uma certa frequência numa amostra tomada ao acaso. A experiência é sua garantia” (SILVEIRA, 2007, p. 162). Nas palavras de Peirce (2000, p. 30), a indução

é um Argumento que emerge de uma hipótese, resultante de uma Abdução anterior, e de predições virtuais, sacadas por Dedução, dos resultados de possíveis experimentos, e tendo realizado os experimentos, conclui que a hipótese é verdadeira na medida em que aquelas predições se verificam, mantendo-se esta conclusão, no entanto, sujeita a prováveis modificações que se seguiriam a futuros experimentos.

Ainda de acordo com o filósofo norte-americano (PEIRCE, 2000, p. 218), “um experimento [...] é uma pergunta feita à natureza”. Assim, supondo o experimentador estar no caminho certo, ele pergunta à natureza se obterá determinado resultado. Para Peirce (2000, p. 218), “se a Natureza responder: ‘Não!’, o experimentador obteve um importante conhecimento. Se a Natureza disser: ‘Sim!’, as ideias do experimentador permanecem como estão, apenas um pouco mais profundamente enraizadas”.

Dessa forma, o processo indutivo faz com que o investigador deixe de assumir certas hipóteses, se elas não se verificarem na realidade experimental, ou continue testando-as, caso suas predições sejam confirmadas, até o alcance da verdade. Nesse aspecto, Santaella (2004, p. 164) discorre que “a grande vantagem da teoria peirceana do método está na sua visão dilatada da indução como um tipo de método que, se suficientemente persistido, levará à correção dos erros”. E resumindo muito bem a interligação e o funcionamento das espécies de inferências, dispõe a autora em tela que todas elas estão alicerçadas em uma hipótese obtida por “abdução e que pretende dar conta do fato surpreendente. A dedução tem por tarefa explicar a hipótese, deduzindo dela consequências necessárias e permitindo que a hipótese seja testada. A indução testa a hipótese” (SANTAELLA, 2004, p. 167).

Peirce (2000) ofereceu exemplos de silogismos que retratam os tipos de inferência, conforme demonstrado abaixo.

A *abdução* estaria retratada no silogismo:

“Todos os feijões daquela saca são brancos

Esses feijões são brancos

Logo, esses feijões são daquela saca”.

A *dedução*, no silogismo:

“Todos os feijões daquela saca são brancos

Esses feijões são daquela saca

Logo, esses feijões são brancos”.

Por fim, a *indução* estaria configurada no silogismo:

“Esses feijões são daquela saca

Esses feijões são brancos

Logo, todos os feijões daquela saca são brancos”.

Individualmente consideradas as proposições (dicissignos) desses silogismos, tem-se que a proposição “todos os feijões daquela saca são brancos” é uma regra (premissa maior); a proposição “esses feijões são daquela casa” constitui-se no caso (premissa menor); e a proposição “esses feijões são brancos” é o resultado (conclusão). Desse modo, a *abdução* é a inferência de um caso a partir de uma regra e um resultado; a *dedução* é a inferência de um resultado a partir de uma regra e um caso; e a *indução* é a inferência da regra a partir do caso e do resultado (SANTAELLA, 2004).

Analisando aqueles silogismos, Pinto (1995) assevera que a *abdução* difere da *dedução* e da *indução* na medida em que a hipótese que ela lança, por não ser baseada na experiência, como os dois outros tipos de inferência, é mais propícia ao erro, e que, não obstante isso, a *abdução* não deve ser relegada a segundo plano, muito pelo contrário, pois é por meio do raciocínio abduutivo que teorias científicas são criadas, uma vez que é pela *abdução* que se pode descobrir o desconhecido, voltada que é para o futuro.

Relacionando os três tipos de inferências, afirma Peirce (2000, p. 220, grifo nosso) que a

*Abdução* é o processo de formação de uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que apresenta uma ideia nova, pois a *indução* nada faz além de determinar um valor, e a *dedução* meramente desenvolve as consequências necessárias de uma hipótese pura.

A *Dedução* prova que algo deve ser; a *Indução* mostra que alguma coisa é realmente operativa; a

*Abdução* simplesmente sugere que alguma coisa pode ser.

*Sua única justificativa é que a partir de suas sugestões a dedução pode extrair uma predição que pode ser verificada por indução.*

Para Silveira (2007), a abdução faz parte da categoria fenomenológica da primeiridade, já que é um argumento referente à possibilidade de uma representação dos fatos; a indução, por ser um argumento que verifica as hipóteses com exemplares da classe de fenômenos representados, situa-se na categoria da secundidade; e a dedução é terceiridade, pois se constitui num argumento genuinamente geral que se sustenta exclusivamente no fato de o interpretante ser necessariamente uma conclusão lógica das hipóteses dispostas nas premissas. Concordando com esse entendimento, Pinto (1995) defende que a abdução é primeiridade, mas ressalva que, por envolver atividade sógnica, também está no nível da terceiridade, assim como o estão a dedução e a indução.

As espécies de inferências, argumentos ou raciocínios – abdução, dedução e indução –, depois de 1900 passaram a ser por Peirce concebidas como estágios de investigação, dando origem ao terceiro ramo da Semiótica, denominado Metodêutica ou Retórica Especulativa (SANTAELLA, 2004). Apesar da relevância da Metodêutica, sendo considerada por Peirce (2000) o mais vivo ramo da Lógica, ela não é, como dito inicialmente, objeto desta pesquisa.

## 2.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEMIÓTICA: RELAÇÕES NECESSÁRIAS

De acordo com conhecida definição de CI, esta é uma ciência interdisciplinar “relacionada com um corpo de conhecimentos referentes à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação”, o que inclui “a pesquisa sobre a representação da informação em ambos os sistemas, tanto naturais quanto artificiais, e o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem” (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa<sup>22</sup>).

---

<sup>22</sup> “Information science is [...] concerned with that body of knowledge relating to the origination, collection, organization, storage, retrieval, interpretation, transmission, transformation, and utilization of information. This includes the investigation of information

Segundo Moura (2006, p. 4), cumpre à CI “estabelecer uma abordagem científica consistente para o estudo dos vários fenômenos que cercam a noção de informação, sejam eles encontrados nos processos biológicos, na existência humana ou nas máquinas”. De acordo com a autora,

a Ciência da Informação dialoga necessariamente com as áreas que envolvem: a efetividade da comunicação humana, o conhecimento a informação e seus registros, as necessidades e os usos da informação, seus contextos sociais, institucionais e individuais. Esse diálogo é, contudo, entrecortado pela complexidade oriunda da multiplicidade de perspectivas postas na compreensão do fenômeno informacional (MOURA, 2006, p. 4).

Para o entendimento do fenômeno informacional, das questões acerca da natureza do conhecimento e das suas estruturas, assim como da comunicação e do uso da informação, temas esses que, a partir dos anos 60, se tornaram os principais problemas da pesquisa em CI (SARACEVIC, 1996), houve “tentativas de se formalizarem as propriedades da informação pela aplicação da teoria da informação, da teoria das decisões e outros construtos da ciência cognitiva, da lógica e/ou da filosofia; várias formas de estudos de uso e de usuários” (SARACEVIC, 1996, p. 46).

Conforme preceitua Capurro (2003), do ponto de vista epistemológico há três paradigmas da CI: o paradigma físico, o cognitivo e o social, os quais se constituem em “três grandes formas de se estudar a informação” (ARAÚJO, 2010, p 25).

O paradigma *físico*, intimamente relacionado com a teoria matemática da comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver<sup>23</sup> e

---

*representations in both natural and artificial systems, the use of codes for efficient message transmission” (BORKO, 1968, p. 3).*

<sup>23</sup> Shannon e Weaver propõem um sistema geral de comunicação, segundo o qual “a fonte, ponto de partida da comunicação, dá forma à mensagem que, transformada em ‘informação’ pelo emissor que a codifica, é recebida no outro extremo da cadeia. [...] Sua teoria absolutamente não leva em conta a significação dos sinais, ou seja, o sentido que lhe atribui o destinatário e a intenção que preside à sua emissão” (MATTELART; MATTELART, 1997, p. 60).

com a cibernética de Norbert Wiener<sup>24</sup>, trata a informação como um objeto (mensagem), que é transmitido pelo emissor a um receptor, o qual deve receber a mensagem de forma unívoca, processo que “implica numa analogia entre a veiculação física de um sinal e a transmissão de uma mensagem, cujos aspectos semânticos e pragmáticos intimamente relacionados ao uso diário do termo informação são explicitamente descartados” (CAPURRO, 2003, p. 16). Nesse paradigma exclui-se, portanto, o papel ativo do sujeito cognoscente (usuário), que se limita a ser um mero receptor (*receiver*) da mensagem.

O paradigma *cognitivo* “trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, [...] possuidor de ‘modelos mentais’ do ‘mundo exterior’ que são transformados durante o processo informacional” (CAPURRO, 2003, p. 18). Nesse paradigma, a informação serve tão somente para satisfazer uma necessidade do usuário, que até então se encontrava em um “estado cognitivo anômalo”, e é tida, assim, como algo separado dele. O usuário é considerado quase que de forma exclusiva como sujeito cognoscente, pondo para um segundo plano os condicionamentos sociais e materiais da sua existência (CAPURRO, 2003).

O paradigma *social* tem origem nos trabalhos de Jesse Shera, Birger Hjørland, Rafael Capurro e Soren Brier (CAPURRO, 2003). De acordo com esse paradigma, deve ser abandonada a “busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo” (CAPURRO, 2003, p. 19-20). Aqui apenas “tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo” (CAPURRO, 2003, p. 20). No paradigma social,

a avaliação de um sistema de informação não está baseada meramente no *matching* de um dado de entrada (*input*) com outro dado previamente registrado, mas que esse dado registrado é concebido como uma oferta frente à qual o

---

<sup>24</sup>Visando combater a entropia (desordem), Norbert Wiener, com a Cibernética, objetiva a circulação da informação de forma livre, na medida em que “a sociedade da informação só pode existir sob a condição de troca sem barreira” (MATTELART; MATTELART, 1997, p. 66).

usuário desempenhe um *papel eminentemente ativo* (CAPURRO, 2003, p. 20, grifo nosso).

Essa atividade deriva de conhecimentos e interesses prévios à busca, entrelaçados em uma rede social e pragmática que os envolve. “O assim chamado ‘estado cognitivo anômalo’ é na realidade um estado existencial anômalo” (CAPURRO, 2003, p. 20).

O “papel eminentemente ativo” que desempenha o usuário no paradigma social tem sustentação epistemológica na Hermenêutica e na Semiótica (CAPURRO, 2003), pois tal papel implica o trabalho de interpretação da informação, ou seja, “a seleção entre as possibilidades semânticas e pragmáticas da mensagem. Interpretar uma mensagem significa, em outras palavras, introduzir a perspectiva do receptor [...], torná-lo um parceiro ativo no processo de informação” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 169).

Nesse sentido, a CI deve

ser mais receptiva aos impactos sociais e culturais dos processos interpretativos e, também, às diferenças qualitativas entre diferentes contextos e mídias. Esta mudança significa a inclusão dos processos interpretativos como uma condição *sine qua non* dos processos de informação (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 194).

Embora a informação não costume ser, nas diferentes disciplinas que a investigam, associada ao *signo*, fato esse que tem relação com o entendimento defendido pelo paradigma físico de que o signo não armazena informação (MOREIRA, 2006), a maioria dos estudos que versam sobre a aplicação da Semiótica na CI destacam a relação existente entre informação e signo (RABER; BUDD, 2003; LARA, 2006; MONTEIRO, 2006; MOURA, 2006; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2007).

Para Almeida e Guimarães (2007, p. 9), “a informação é entendida como signo, pois qualquer processo de comunicação de um conteúdo é mediado por signos”. Segundo Lara (2006), a informação “é um signo construído intencionalmente para funcionar como elemento de comunicação documentária”. Pensar a informação por meio de uma perspectiva semiótica pode enriquecer a compreensão “desse fenômeno e contribuir para o aprimoramento das ações desenvolvidas pelos profissionais da informação que há muito se tornaram elemento indispensável na mediação entre usuário e informação” (MOURA, 2006, p. 15).

Para Barros e Café (2012, p. 19-20, grifo nosso), a CI tem,



nos *processos de significação*, um importante aspecto que impacta no dimensionamento e tratamento do seu objeto de estudo. Esses meandros da interpretação e *significação* tornam-se de interesse da Ciência da Informação, uma vez que ela necessita, especialmente no âmbito da organização e representação do conhecimento, interpretar e *resignificar* diferentes visões de mundo, que serão representadas por estruturas conceituais [...]. Além das técnicas e metodologias de extração de conceitos adotados pela CI, especialmente provindas da Linguística e da Terminologia, é necessária, ainda, uma exploração de como esses processos de *significação* ocorrem de forma precedente à aplicação das técnicas dentro e fora do âmbito da análise documental.

Conforme amplamente afirmado nesta pesquisa, a Semiótica é a ciência que investiga todos os tipos de signos e os processos significativos na natureza e na cultura. Em razão da impossibilidade de recortar o território da realidade empírica que o objeto da Semiótica, como ciência, abrange, “pois processos sógnicos estão em toda parte, atravessando áreas que pertencem às mais diversas ciências, das humanidades e ciências sociais até as ciências humanas” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 70), a Semiótica é necessariamente uma ciência inter, multi e transdisciplinar. E uma vez que toda e qualquer ciência lida com signos (conceitos e teorias são exteriorizados pela linguagem), a Semiótica assume a “posição de uma metadisciplina, que pode tomar as linguagens dessas outras disciplinas sob o seu domínio de estudo, independentemente delas, em si mesmas, estudarem processos sógnicos” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 75).

Todavia, é importante consignar que a Semiótica não adentra em territórios alheios. Embora penetre na biologia, na história, na física, na astronomia, na matemática, o objeto de estudo da Semiótica não é, por óbvio, igual ao destas ciências. “Para a semiótica, o que interessa são todos os tipos possíveis de signos, verbais, não verbais e naturais, seus modos de significação, de denotação e de informação; e todo o seu comportamento e propriedades” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 76).

A interdisciplinaridade entre Semiótica e CI, além de possível (pois a Semiótica investiga *todos* os tipos de signos), é desejada, “uma vez que a primeira explora os processos de significação com específica propriedade e a segunda tem, nos processos de significação, um importante aspecto que impacta no dimensionamento e tratamento do

seu objeto de estudo” (BARROS; CAFÉ, 2012, p. 18 e 31). Segundo lição de Raber e Budd (2003), ambas, Semiótica e CI, estão relacionadas, cada uma da sua maneira, com os signos que são usados na comunicação e ambas procuram responder a questões referentes à escolha de signos no processo comunicativo, assim como de determinadas interpretações.

A investigação semiótica adquire especial importância no âmbito da organização do conhecimento, entendida como o processo que “tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 8). Para Hjørland (2008), a organização do conhecimento, em sentido amplo, investiga como o conhecimento é socialmente organizado e como a própria realidade é organizada. Considerando que há uma natural afinidade nos domínios do conhecimento e da linguagem, pois a linguagem, escrita ou falada, é o principal meio pelo qual o conhecimento é comunicado (DAHLBERG, 2006; SMIRAGLIA, 2014), a compreensão do funcionamento dos processos sógnicos trazida pela Semiótica peirceana, sobretudo na investigação dos signos-símbolos, contribui para o entendimento do processo de organização do conhecimento, trazendo reflexos positivos para a organização e representação da informação, conforme será explicitado adiante nesta seção.

## **2.2.1 Acesso ao conteúdo informacional: a indexação no âmbito do Tratamento Temático da Informação (TTI)**

A CI, conforme visto, está relacionada com um corpo de conhecimentos referentes, em suma, à origem, propriedade, comportamento, uso, transmissão e recuperação da informação (BORKO, 1968). Dessa definição advêm pelo menos duas conclusões: a interdisciplinaridade do campo, decorrente também do próprio caráter estratificado do conceito de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001), e a proximidade daqueles elementos – sobretudo da *origem* – com o conhecimento, vale dizer, com os aspectos cognitivos dos usuários na aquisição e transmissão da informação (PINHEIRO, 2005), do que se verifica a inter-relação dos conceitos *informação* e *conhecimento* na área da CI.

Brascher e Café (2008, p. 4), apoiadas em Fogl (1979), asseveram que informação “é uma forma material da existência do conhecimento [...]. Existe e exerce sua função social por meio de um

suporte físico”. Comparando o conceito de informação com o de conhecimento<sup>25</sup>, afirmam as autoras (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 4) que, diferentemente deste, a “informação existe objetivamente fora da consciência individual e independente dela, desde o momento de sua origem”.

Seguindo essa linha, Guimarães (2009) ensina que um conhecimento, quando registrado, transforma-se em informação socializada, materializada em um documento<sup>26</sup>, com base no qual serão gerados conhecimentos individuais. E para a construção desses conhecimentos individuais (que, por sua vez, poderão dar origem a novo conhecimento registrado), é necessário que sobre a informação socializada (documento) sejam desenvolvidos processos de organização (GUIMARÃES, 2009).

Nesse sentido, a organização da informação é um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento registrado (informação socializada/documento) com o objetivo de facilitar o acesso a ele (GUIMARÃES, 2009). Para que esse objetivo seja alcançado, “é preciso realizar a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais [...]. A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5).

A descrição física está relacionada com o suporte informacional e envolve elementos do documento, “como o número de paginação, casa editora, autor, título, data, entre outros” (SOUSA; ALMEIDA, 2012, p. 24). A descrição de conteúdo “compreende a elaboração de resumos, a classificação e a indexação” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6). O produto do processo de descrição física e de conteúdo de um objeto informacional, vale dizer, o produto da *organização* da informação, é a *representação* da informação, que deve ser entendida, assim, “como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). A organização da informação impede que documentos sejam abnegados ao acaso e formem massas documentais com informações dispersas (SOUSA; ALMEIDA, 2012).

---

<sup>25</sup> Para as autoras, também com base em Fogl (1979), “conhecimento é o resultado da cognição [...]; é o conteúdo ideal da consciência humana” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 4).

<sup>26</sup> Ou, para Brascher e Café (2008), “objeto informacional”, que compreende todo tipo de informação registrada, tais como textos, imagens e registros sonoros.

A organização da informação voltada para o acesso ao *conteúdo* do objeto informacional (conteúdo documental) é que de fato possibilita o conhecimento individual, pois é o conteúdo que agrega valor ao conhecimento (GUIMARÃES, 2009). Daí por que grande parte das pesquisas e atividades no campo da CI ser relacionada não ao acesso rápido e eficaz “à grande massa de informações e documentos produzida diariamente, mas sim aos conteúdos informacionais que sejam relevantes e adequados aos diferentes usuários de um sistema de informação” (GALVÃO, 2003, p. 231).

Considerada sob esse aspecto (do conteúdo), a organização da informação é genericamente denominada de Tratamento Temático da Informação (TTI), denominação que se tornou conhecida com “a obra de Anthony Charles Foskett, *The subject approach to information*, originalmente publicada em 1969 e que, no Brasil, foi traduzida por A. A. Briquet de Lemos como ‘A abordagem temática da informação’” (GUIMARÃES, 2008, p. 78).

De acordo com Barité (1998, p. 124, tradução nossa), o TTI é o conjunto de disciplinas “que têm por objeto aspectos relacionados à análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos e suas inevitáveis interfaces com as teorias e os sistemas de armazenamento e recuperação da informação”<sup>27</sup>. Segundo Sousa e Almeida (2012, p. 24),

é preciso considerar o tratamento temático da informação como anterior ao processo de recuperação, uma vez que decorre da necessidade de representar o conteúdo dos documentos, para disponibilizá-los de maneira consistente e tratada, para posterior recuperação pela comunidade usuária.

No âmbito da CI, o TTI ocupa, portanto, posição nuclear, haja vista a ponte que realiza entre a produção da informação e o acesso ao seu conteúdo (GUIMARÃES, 2008), função essa que, comparada às atividades referentes à descrição física, é mais complexa, haja vista a dificuldade de automatizar o ato de interpretação de textos próprio de qualquer abordagem temática, que perquire o assunto documental (KOBASHI; FERNANDES, 2009; FOSKETT, 1973).

---

<sup>27</sup> “Llamamos Area de Tratamiento de la Información al conjunto más o menos orgánico de disciplinas o asignaturas integrantes de un plan de estudios en Bibliotecología, que tienen por objeto los aspectos vinculados al análisis, la descripción y la representación del contenido de los documentos, así como sus inevitables interfases con las teorías y los sistemas de almacenamiento y recuperación de la información” (BARITÉ, 1998, p. 124).

O TTI tem base em três vertentes teóricas: catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de matriz predominantemente norte-americana; indexação (*indexing*), de matriz predominantemente inglesa; e análise documental (*analyse documentaire*), de matriz predominantemente francesa (GUIMARÃES, 2009).

Em síntese, a *catalogação de assunto* visa, eminentemente, à construção de catálogos. Catalogação é o

processo técnico para registro e descrição de itens tendo em vista a organização de catálogos [...]. Em sentido mais amplo, a catalogação abrange não somente a descrição bibliográfica, mas também a análise temática com seus produtos, entre eles a identificação temática (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 70).

Guimarães (2009) preceitua que na catalogação de assunto confere-se maior relevância à construção do catálogo em si, de modo que não se tem muito claro como a determinação do assunto realmente ocorre.

A *indexação* vale-se de um conjunto de instrumentos para a construção de produtos com vistas a facilitar a pesquisa de informações contidas em documentos; apresenta uma perspectiva mais voltada ao usuário, portanto (GUIMARÃES, 2009)<sup>28</sup>. O indexador descreve o conteúdo documental empregando “um ou vários termos de indexação, comumente selecionados de algum tipo de vocabulário controlado” (LANCASTER, 2004, p. 6). Guimarães (2009) assevera que, assim como na catalogação de assuntos, na literatura especializada sobre indexação também não há muitos estudos acerca de como identificar e selecionar conceitos em documentos, pois os manuais tendem a focalizar na elaboração e utilização de linguagens documentárias.

Finalmente, a *análise documental*, diferentemente das duas outras vertentes, tem “foco no processo de TTI em si, vale dizer, na explicitação dos procedimentos voltados para a identificação e seleção de conceitos para posterior representação e geração de produtos” (GUIMARÃES, 2009, p. 109). Para tanto, utiliza abordagens advindas principalmente da linguística e da lógica e reconhece a existência de um conjunto de operações no processo de representação da informação,

---

<sup>28</sup> “Uma indexação de assuntos eficiente implica que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado num documento, mas também por que ele se reveste de provável interesse para determinado grupo de usuários” (LANCASTER, 2004, p. 9).

“aspecto que, por sua vez, pressupõe uma lógica interna, uma sequência coerente de etapas, cada qual com objetivos precípuos” (GUIMARÃES, 2009, p. 110).

É importante destacar que, conforme aponta Guimarães (2009), catalogação, indexação e análise documental revelam denominações distintas para fenômenos semelhantes, uma vez que todas estão abrangidas pelo TTI e tratam de questões referentes à análise, descrição e representação temáticas dos documentos; apenas dão ênfase a determinada parte do processo.

Desse modo, tem-se que a vertente norte-americana (*subject cataloguing*) enfatiza os catálogos enquanto produtos do processo de análise; a vertente inglesa (*indexing*) destaca os instrumentos de indexação (tesauros, cabeçalhos de assunto, terminologias); e a vertente francesa (*analyse documentaire*) confere relevância à investigação de todo o processo de análise, condensação e representação do conteúdo dos documentos (GUIMARÃES, 2008).

Almeida e Guimarães (2008, p. 5) ensinam que a análise documental, diferentemente da concepção anglo-americana, inclui

a indexação como uma etapa localizada no final do processo e não como a expressão que agrupa o conjunto de etapas do tratamento do conteúdo da informação. Essa distinção não influencia o sucesso do processo, no entanto, revela a ênfase de cada uma das correntes, ora nos produtos, ora nos processos de análise.

Nesse aspecto, autores influenciados pela doutrina inglesa<sup>29</sup> veem como idênticos o TTI e a indexação; autores ligados à escola francesa<sup>30</sup> “encaram a análise documental enquanto uma área (todo) na qual se insere a indexação propriamente dita (parte)” (GUIMARÃES, 2009, p. 111).

Seguidora da linha da análise documental, Cintra (1983, p. 5) afirma que “a operação denominada indexação é definida como a tradução de um documento em termos documentários, isto é, em descritores, cabeçalhos de assunto, termos-chave, que têm por função expressar o conteúdo dos documentos”. Nesse sentido, Sousa e Almeida (2012) asseveram que o processo de indexação consiste basicamente na representação do conteúdo temático, ou seja, do assunto do

---

<sup>29</sup> A exemplo de Foskett (1973) e Lancaster (2004).

<sup>30</sup> Cintra (1983), Chaumier (1988) e Kobashi (1996), dentre outros.

documento<sup>31</sup>. A indexação é considerada a parte mais importante da análise documental (CHAUMIER, 1988), na medida em que “condiciona os resultados de uma estratégia de busca”, de modo que “o bom ou mau desempenho da indexação reflete-se na recuperação da informação” (FUJITA, 2003, p. 62).

O número de etapas do processo de indexação de assunto é objeto de controvérsia entre os teóricos. Lancaster (2004), por exemplo, dispõe que as etapas são duas: análise conceitual e tradução. Kobashi (1996) defende que são três as etapas: leitura do texto, seleção do conteúdo informacional relevante e representação das informações selecionadas. Da mesma forma, Mai (2001) e Fujita (2003) afirmam que são três as etapas do processo de indexação. Para o autor dinamarquês (MAI, 2001), as etapas consistem na análise do documento, descrição do assunto e análise do assunto; já para a pesquisadora brasileira (FUJITA, 2003), consistem na leitura e compreensão do conteúdo do documento, identificação dos conceitos que representam o conteúdo, e seleção dos conceitos para recuperação. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992) também traz o processo de indexação em três etapas: exame do documento e estabelecimento do assunto do seu conteúdo, identificação dos conceitos presentes no assunto, e tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação. Chaumier (1988) assevera que o processo se desenvolve em quatro etapas: conhecimento do conteúdo do documento, escolha dos conceitos, tradução dos conceitos escolhidos e incorporação dos elementos sintáticos.

Independentemente do número de etapas, certo é que a indexação consiste na atividade que visa representar o conteúdo temático, o assunto, de um documento, por meio de termos de indexação, os quais são geralmente “extraídos de algum tipo de vocabulário controlado, como um tesouro [...], mas, em vez disso, podem ser termos ‘livres’ (por exemplo, extraídos do próprio documento)” (LANCASTER, 2004, p. 1). Vocabulário controlado, segundo definição de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 378), é um “conjunto de termos que, nos sistemas de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação como no da recuperação. A finalidade principal desse controle é fazer coincidir a linguagem do pesquisador com a do indexador”.

Indexar um documento é, portanto, traduzir o conteúdo desse documento em palavras que tornam viável sua recuperação; é traduzir “um documento de uma para outra linguagem, visando possibilitar a

---

<sup>31</sup> Daí também a denominação “indexação *de assunto*”.

recuperação da informação” (NAVARRO, 1988, p. 48). A linguagem para a qual a linguagem do documento é traduzida é denominada de *linguagem documentária* ou *linguagem de indexação* (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

De acordo com Kobashi (2007), a informação está presente em diferentes contextos e áreas do conhecimento e assume, assim, várias significações. Nesse sentido, as linguagens documentárias são fundamentais, na medida em que traduzem a informação e estabelecem a intercomunicação entre sistemas e usuários, cumprindo nítida função informativa.

As linguagens documentárias ou de indexação derivam das linguagens naturais, que são formadas “pela reunião de sinais empregados e reconhecidos facilmente pelo homem” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 227). A linguagem natural é aquela presente na fala e nos documentos em geral; após ser traduzida em sistemas de informação, converte-se em linguagem de indexação, propiciando, repita-se, o acesso ao conteúdo temático.

Podem ser apontadas semelhanças e diferenças entre linguagem natural e linguagem documentária. A semelhança mais nítida advém do fato mesmo de a linguagem documentária derivar da linguagem natural, isto é, “as LD trabalham com descritores e termos-chave que são entidades bastante semelhantes aos lexemas da LN, na medida em que nos sistemas dos quais fazem parte correspondem a unidades portadoras de forma e significado” (CINTRA, 1983, p. 9). Outra semelhança é que, assim como a linguagem documentária, a linguagem natural também pode servir de instrumento de indexação. Na indexação livre, por exemplo, os termos atribuídos não advêm “nem de lista obrigatória, preestabelecida, nem mesmo, em alguns casos, de palavras ou frases contidas no texto. Os termos são indicados pelo indexador, dada a circunstância de considerá-los mais apropriados à representação temática” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 194-195). Segundo lição de Moura, Silva e Amorim (2002, p. 7),

ao longo dos anos uma das saídas para representação temática dos documentos foi a utilização da linguagem natural. Ou seja, utilizavam-se as próprias palavras adotadas pelos autores na estrutura textual para representar os documentos nos sistemas de informação. Estratégia semelhante era adotada no momento de recuperar tais documentos. Essa tem sido sem dúvida uma estratégia interessante para manter um



nível de familiaridade linguística entre o usuário e o sistema. No entanto a experiência tem comprovado que se adotado por períodos longos esse método de representação acarreta problemas sérios para a consistência do sistema e, conseqüentemente, para o processo de recuperação da informação visto que:

- As palavras dos textos podem ter sentidos diferentes conforme a área do conhecimento;
- Palavras podem ser utilizadas em frases distintas expressando conceitos também distintos;
- Palavras diferentes utilizadas para expressar conceitos semelhantes;
- Influência de termos “da moda”;
- Dificuldade de recuperação de informações semelhantes que foram incorporadas ao sistema sob descritores distintos.

Assim, e no que diz respeito às diferenças entre linguagem natural e linguagem documentária, percebe-se que a principal delas tem cunho semântico. A linguagem natural é polissêmica, vale dizer, uma palavra pode ter vários sentidos, a depender do contexto em que é utilizada. A palavra “estação” tanto pode indicar “época do ano”, “temporada de moda” e “cada parada da Via Sacra”; é ela, portanto, polissêmica (CINTRA, 1983). A linguagem natural também se caracteriza pela homonímia (palavras com mesmo significante mas com significados diferentes – por exemplo “manga” fruta e “manga” parte de um vestuário) e pela sinonímia (o significado de “casa” pode ser expresso pelos termos “lar”, “moradia”, “habitação”). Diferentemente, a linguagem documentária visa à simplificação e à padronização de termos, fixando-lhes o significado (CINTRA, 1983), e com isso evitam-se “problemas de polissemia e sinonímia, reduzindo o tempo das operações de recuperação, aumentando a pertinência e a relevância e evitando ruído no sistema” (NAVARRO, 1988, p. 56).

Naves (2001) lembra que o principal responsável pelo sucesso ou não de um sistema de recuperação da informação é o indexador, pois ele está à frente de todo o processo de indexação. Segundo a autora (NAVES, 2001, p. 191), o termo indexador “é adotado para referir-se a todos aqueles que fazem o tratamento de assunto, cuja tarefa seria a de analisar o assunto de um item, descrevê-lo em termos próprios e traduzi-los para a linguagem específica do sistema”.

Exerce o indexador, portanto, papel muito relevante no processo de indexação. Mais do que a política de indexação seguida pelo sistema

e o perfil dos seus usuários, aspectos como a subjetividade do indexador, seu conhecimento compartilhado e de mundo e sua formação influenciam o processo e são fundamentais para a eficácia da recuperação da informação (NAVES, 2001). Esses aspectos referentes ao profissional indexador influem na denominada consistência (coerência) da indexação.

Para Lancaster (2004, p. 68), a consistência na indexação “refere-se à extensão com que há concordância quanto aos termos a serem usados para indexar o documento”. Nesse sentido, “a coerência interindexadores refere-se à concordância entre indexadores; a coerência intraindexador refere-se à extensão com que um indexador é coerente consigo mesmo” (LANCASTER, 2004, p. 68) “através do tempo, isto é, em diferentes fases” (PINHEIRO, 1978, p. 109). Em razão da alta subjetividade do processo de indexação, uma consistência absoluta é praticamente impossível (PINHEIRO, 1978).

Além da experiência e idiosincrasias do indexador, Lancaster (2004) indica outros fatores que influenciam na consistência da indexação, dentre eles a quantidade de termos atribuídos, o tamanho e a especificidade do vocabulário, e a relevância dada pelo indexador a aspectos primários ou secundários do documento.

Em relação à quantidade de termos atribuídos, tem-se que quanto mais termos se atribuem a um documento menos consistente será a indexação; por outro lado, se são atribuídos poucos termos, a probabilidade de um indexador discordar do outro diminui, aumentando a consistência (LANCASTER, 2004).

No que tange ao tamanho e à especificidade do vocabulário, “quanto maior o vocabulário, maior será a probabilidade de ser específico, e quanto maior for sua especificidade, mais difícil será utilizá-lo de modo coerente” (LANCASTER, 2004, p. 74-75). Por exemplo, dois indexadores podem facilmente concordar que um documento trata de direito civil, mas podem ter dúvidas a respeito do *ramo* do direito civil tratado.

Sobre os assuntos primários (de maior importância) e secundários (de menor importância) tratados no documento, Lancaster (2004) dispõe que há muito mais concordância quanto aos primeiros do que quanto aos segundos. De acordo com o autor,

se se pedisse aos indexadores que atribuissem termos, em ordem de ‘importância’ percebida, ao conteúdo temático do documento, provavelmente obter-se-ia razoável grau de concordância no que concerne aos termos do alto da lista. Em outras

palavras, é certo que haverá mais concordância quanto aos tópicos do documento considerados principais do que quanto aos tópicos considerados de menor importância que mereçam ser incluídos (LANCASTER, 2004, p. 70).

Esses três fatores que influenciam na consistência interindexadores se relacionam de perto com os princípios da especificidade e da exaustividade da indexação.

O princípio da especificidade dispõe que se deve descrever o conteúdo documental da maneira mais específica possível. Lancaster (2004, p. 34, grifo do autor) exemplifica: “um artigo que trate do cultivo de laranjas será indexado sob LARANJAS e não sob FRUTAS CÍTRICAS ou FRUTAS”.

No que tange ao princípio da exaustividade, implica no

emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo. [...] Quanto mais termos forem utilizados para indexar um documento mais acessível ele se tornará e, provavelmente, mais vezes será recuperado (LANCASTER, 2004, p. 27).

Porém, uma indexação exaustiva pode propiciar sejam recuperados, além dos assuntos primários, também os secundários, de forma que esse tipo de indexação tende a trazer resultados satisfatórios no caso de buscas que cubram todo o assunto documental (LANCASTER, 2004).

Como visto, esta pesquisa tem como um dos objetivos verificar a consistência interindexadores do processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos sob o ponto de vista da Semiótica de Charles Peirce. Para tanto, faz-se necessário discorrer sobre a aplicação da Semiótica peirceana, especificamente os ramos da Gramática Especulativa e da Lógica Crítica, ao processo de indexação.

## **2.2.2 Semiótica aplicada ao processo de indexação**

Apesar de ser por vezes tida apenas como uma atividade técnica, que se vale de instrumentos para a construção de produtos documentários, a indexação é, antes de tudo, um processo intelectual. Assim considerada, a principal questão que se impõe é como o indexador extrai, seleciona e traduz as informações constantes em documentos para fins de representação, possibilitando o acesso a conhecimentos registrados. Nesse aspecto, a explicação acerca do

processo de indexação deve enfatizar as operações mentais que dão origem a signos que visam representar a informação, e, sendo um processo representacional, a indexação demanda interações com outros campos que têm a linguagem como seu objeto, tais como a linguística, a lógica e a semiótica (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013).

A semiótica, foi visto, é a ciência que estuda todos os tipos de signos, sua composição, o modo como interagem, como adquirem e transmitem significados e como representam seu objeto. No contexto da indexação de assunto, assume a Semiótica, portanto, grande relevância, na medida em que a indexação visa representar a informação documental, fazendo desta um campo fértil para o agir sógnico, que tem na mente do indexador seu espaço de produção e reprodução. A indexação constitui-se, na verdade, em um processo de *interpretação* tanto no sentido denotativo quanto no sentido peirceano do termo.

Nesta seção abordar-se-á o processo de indexação do ponto de vista da Semiótica de Peirce, mais precisamente do ponto de vista dos ramos da Semiótica denominados Gramática Especulativa e Lógica Crítica, sobre os quais se tratou nas seções 2.1.2 e 2.1.3.

Aplicando a Semiótica peirceana à indexação de assunto, Mai (1997, 2001) afirma que nesse processo cada elemento é considerado um signo e o processo em si é tido como um número de interpretações que sofrerão influência do contexto social e cultural do indexador. Assim, “o resultado da representação fica à mercê daqueles elementos que o indexador, a partir de sua visão de mundo, considera relevantes, o que caracteriza um processo eminentemente interpretativo” (EVANGELISTA; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014, p. 420), em que são construídas representações documentais, produzindo-se novos signos a partir de um documento (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012).

Pretende-se aqui tratar do processo semiótico de indexação sob o ângulo do indexador. E isso tem de estar bem claro, porque a Semiótica pode servir de

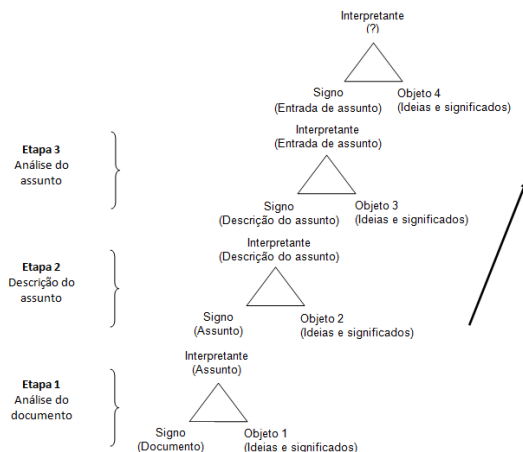
pano de fundo nas discussões que englobam os processos de significação tanto por parte dos *profissionais da CI*, no processo de segmentação do conteúdo para a construção de representações do conhecimento e da informação, como no processo de significação que afeta o *usuário* no momento de interagir com os sistemas de busca (BARROS; CAFÉ, 2012, p. 30, grifo nosso).

Mai (1997, 2001) visualiza o processo de indexação como composto de quatro elementos e três etapas: o documento (elemento), a

análise do documento (etapa), o assunto (elemento), a descrição do assunto (etapa), a descrição do assunto (elemento), a análise do assunto (etapa), a entrada de assunto (elemento). Segundo o pesquisador dinamarquês, “quando cada elemento no processo de indexação de assunto é considerado um signo, cada etapa é uma ligação no processo da semiose ilimitada” (MAI, 1997, p. 58, tradução nossa<sup>32</sup>).

A figura abaixo demonstra esse raciocínio:

Figura 6: Semiose ilimitada no processo de indexação



Fonte adaptada: Mai (2001)

Vê-se que a semiose ilimitada – que é o produto do processo natural do signo, a geração infinita de interpretantes (MOURA, 2006) – pode ser constatada dentro do processo de indexação, em que cada elemento age como signo e cada etapa funciona como um ato de interpretação ligando os signos em um processo sequencial infundável<sup>33</sup>, que é representado pelo ponto de interrogação no último interpretante da figura.

Para Mai (2001), a primeira etapa do processo (análise do documento) consiste em analisar o documento para determinar seu assunto. Nela, o documento que está sendo interpretado funciona então como signo, o objeto é o conjunto de ideias e significados associados ao

<sup>32</sup> “When each element in the subject indexing process is regarded as a sign, each step is a link in the unlimited semiosis process” (MAI, 1997, p. 58).

<sup>33</sup> Apenas para fins didáticos é que Mai (2001) distingue o processo de indexação em elementos e etapas, os quais, segundo o autor, não fazem parte de fenômenos estanques.

documento, e o produto da etapa é o assunto (interpretante), que por sua vez age como signo da segunda etapa.

A segunda etapa (descrição do assunto) começa com o assunto, que era o interpretante no passo anterior, isto é, o signo agora é o assunto do documento que o indexador alcançou na primeira etapa. O interpretante da relação sónica, que é o produto da segunda etapa, é a descrição do assunto, mais formalizado e condensado do que o assunto que resultou da primeira etapa. O objeto são as ideias e significados associados ao assunto (signo) (MAI, 2001).

Na terceira e última etapa do processo de indexação (análise do assunto), o indexador parte da descrição do assunto para chegar à entrada de assunto. Nesta etapa o signo é, então, a descrição do assunto, interpretante da etapa anterior, e o produto é a entrada de assunto, que é, portanto, o interpretante da descrição do assunto. Novamente o objeto são as ideias e significados, porém agora associados à descrição do assunto (signo) (MAI, 2001).

É importante observar que nessa derradeira etapa o indexador converte a descrição do assunto em uma entrada de assunto conforme as exigências do sistema de informação que está sendo utilizado. Vale dizer, a entrada de assunto é o resultado da descrição do assunto após a tradução desta em uma linguagem de indexação adotada pelo sistema com o qual o indexador trabalha (MAI, 2001).

Discorrendo sobre os estudos de Mai (1997, 2001), Almeida e Guimarães (2008, p. 6) concluem que as etapas do processo de indexação não são

simples indicações rígidas das fases por que passa qualquer documento para ser representado, elas devem identificar uma dinâmica de ações mentais produzidas por um indexador em sua interação com os documentos, as ideias e os usuários do sistema. Essa dinâmica, imersa em um universo de interpretações, leva-nos a considerar que cada um dos elementos pode ser examinado como signos resultantes das etapas de indexação, as quais também fazem parte deste universo e como tais devem ser igualmente consideradas signos. Além do mais, os elementos do processo merecem uma classificação sónica que demonstre, efetivamente, a redução gradual da representação do documento após as etapas de análise.

Essa “redução gradual da representação do documento” a que fazem referência os autores também é justificada pela aplicação da

semiose ilimitada peirceana ao processo de indexação. Segundo Mai (2001), nesse processo diminui-se o esforço interpretativo do indexador à medida que as etapas avançam, isto é, do *documento* (primeiro elemento do processo) à *entrada de assunto* (último elemento) a interpretação perde em complexidade. Se não, veja-se.

O *documento* é formado por um conjunto de frases e parágrafos e tido como produto de convenções, de modo que seu significado depende do contexto social e cultural em que está inserido.

O *assunto*, segundo elemento do processo de indexação, são as impressões e ideias presentes na mente do indexador acerca do documento (MAI, 2001).

A *descrição do assunto* é a formalização dessas impressões e ideias. É tudo o que o indexador considera relevante para ser representado por uma linguagem de indexação (MAI, 2001).

Por fim, a *entrada de assunto*, quarto elemento do processo de indexação, constitui-se em um ou mais termos de indexação verbal ou uma notação em um sistema de classificação (MAI, 2001).

Nota-se que o primeiro elemento do processo a ser analisado pelo indexador é o documento, que é considerado por Mai (2001) um *argumento* (o qual se refere ao seu objeto por meio de leis, hábitos ou convenções sociais), o mais complexo dos signos na classificação peirceana. Segundo o autor (MAI, 2001), o argumento<sup>34</sup> é dependente de compreensões e ações dos intérpretes, tais como o são os textos em geral, cuja interpretação varia de acordo com cada tipo de leitor. Nesse sentido, o documento, “primeira representação em contato com o indexador” (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008, p. 12), “é visto como um produto de certas convenções, e seus significados devem ser entendidos em um contexto social e cultural” (MAI, 2001, p. 612, tradução nossa<sup>35</sup>), o que suscita um grande número de interpretação e consequente imprevisibilidade no resultado interpretativo.

Segundo elemento do processo de indexação, o assunto (conjunto de impressões e ideias acerca do documento) é qualquer coisa que o

---

<sup>34</sup>Perceba-se que o termo “argumento” está aqui sendo utilizado como uma das dez classes de signos (10ª classe), e não como a relação do signo com o interpretante (terceira tricotomia) tal como explicitado no Quadro 1. Nessa relação, contudo, o documento também é um argumento (e não um rema ou um dicissigno).

<sup>35</sup>“The document is therefore seen as a product of certain conventions, and its meanings are to be understood in a social and cultural context” (MAI, 2001, p. 612).

indexador associa ao documento. Assim, além dos dados constantes do próprio documento analisado, o indexador pode associar o assunto com outros tipos de textos, com o fato de que seu irmão poderia fazer uso do documento, com alguma discussão que teve com amigos no dia anterior etc. (MAI, 2001). O assunto é considerado, no âmbito da classificação peirceana, um *símbolo dicente*, o que quer dizer que seu objeto é um símbolo e o interpretante é um dicente (ou dicissigno) (MAI, 2001).

O objeto do signo assunto é um símbolo porque as ideias e significados do objeto são representados por meio de diversas associações. O interpretante do assunto, que equivale à descrição do assunto (signo na terceira etapa), é um dicissigno porque para o indexador o assunto se refere a uma fração de todas as possíveis ideias e significados do documento, o que pode ser representado mentalmente por sentenças ou proposições, as quais caracterizam o signo dicente (MAI, 2001). O assunto, portanto, sendo um símbolo dicente, é um signo menos complexo que o argumento e requer, assim, interpretação menos complexa que a dele (MAI, 2001).

O terceiro elemento do processo de indexação, a descrição do assunto, consiste nos tópicos ou elementos, presentes no assunto, que o indexador considera importantes para serem formalmente representados em uma linguagem de indexação. Dentro da classificação sênica peirceana, a descrição do assunto é considerada um *legissigno indicial dicente* (MAI, 2001). Explica-se.

Como signo (*representamen*), a descrição do assunto é um legissigno porque representa por meio de convenções (nesse sentido, os signos (*representamens*) dos dois elementos anteriores (documento e assunto) também são legissignos). O objeto, que nesse caso é o conjunto de ideias e significados relacionados à descrição do assunto, é um índice (MAI, 2001). Isso porque o assunto a que chegou o indexador na primeira etapa afeta diretamente a interpretação da descrição do assunto. Isto é, mesmo que o indexador tenha escrito algumas sentenças condensando o assunto à descrição do assunto, o conjunto de ideias e significados que o indexador associa com o assunto afeta diretamente a interpretação daquelas sentenças (MAI, 2001). Assim, sendo a definição de índice a de que ele aponta para o seu objeto e é influenciado por ele, o objeto da descrição do assunto é indicial. O interpretante da descrição do assunto, por sua vez, é a entrada de assunto, que é formalizada em algumas expressões ou termos de indexação e é, portanto, um dicente (dicissigno). Perceba-se que a produção do interpretante da descrição do assunto (a entrada de assunto) será menos dependente do indexador que



a interpretação dos três elementos anteriores (descrição do assunto, assunto e documento), pelo que requer um nível de interpretação menos complexo (MAI, 2001)<sup>36</sup>.

Vê-se, dessa forma, que a semiose ilimitada mostra

como elementos posteriores do processo de indexação de assunto dependem das etapas anteriores do processo, e como o referente muda na medida em que o processo progride.

Cada elemento do processo pertence a diferentes categorias de signos, requer diferentes níveis de interpretação e refere-se ao seu objeto de maneira diferente. O primeiro elemento do processo exige alto nível de interpretação e refere-se ao seu objeto por meio de convenções, enquanto elementos posteriores requerem grau mínimo de interpretação e referem-se a seus objetos apontando para eles.

[...]. Consta-se que as etapas posteriores do processo de interpretação requerem um grau menor de interpretação do que as etapas anteriores e, portanto, que estas são mais decisivas para o resultado do processo do que aquelas (MAI, 1997, p. 63, tradução nossa<sup>37</sup>).

---

<sup>36</sup> Acerca do quarto elemento, a entrada de assunto, Mai (2001) assevera que sua categorização em uma das dez classes peirceanas depende do exato contexto em que a entrada é interpretada e de quem a interpreta. Afirma o autor (MAI, 2001) também que tal categorização está fora dos propósitos de sua investigação, que se limita ao processo de indexação no qual a entrada de assunto constitui-se no produto final.

<sup>37</sup> “When the subject indexing process is analyzed with the concept of unlimited semiosis the high degree of individuality of the process is stressed. It is shown how later elements of the subject indexing process depends on earlier steps taken in the process, and how the referent changes as the process takes place. Each element of the subject indexing process belongs to different categories of signs. Each element requires different levels of interpretation and refers to its object differently. The first element of the process requires a high level of interpretation and refers to its object through conventions, whereas later elements requires minimal interpretation and refers to their objects by pointing to these objects. [...]. It is argued that later steps in the process require less interpretation than former steps, and hence that the former steps are more critical for the result of the process than latter steps” (MAI, 1997, p. 63).

Nesse sentido, Almeida e Guimarães (2008, p. 14) afirmam que no processo de indexação é perceptível que,

no decorrer da semiose, os signos tornam-se menos complexos, ao contrário da característica do interpretante que depois de sucessivas representações produz um signo equivalente ou mais desenvolvido pelo objeto. Há, conseqüentemente, uma perda de informação ao passo que saímos das ideias expressas em um documento e rumamos no sentido de uma entrada de assunto.

É interesse notar que o produto do processo de indexação, com a entrada de assunto, não cessa o trabalho de significação, pois o usuário, ao efetuar a busca, terá um entendimento acerca dos termos de indexação, o qual gerará um objeto e um interpretante, e assim por diante, *ad infinitum*, evidenciando a semiose ilimitada inerente à ação de qualquer signo (MAI, 1997, 2001; BARROS; CAFÉ, 2012). Desse modo, apesar de a indexação facilitar o trabalho do usuário pesquisador, não lhe garante um caminho único, pois “as entradas de assuntos resultantes do processo de indexação não significam o fim do processo de significação, mas o início de outras tantas fases de interpretação” (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008, p. 15).

Ainda sobre o tema, discorrem os autores:

a proposta da semiose já antecipa que o final do processo nunca cessa em definitivo, mas apenas há ocasiões em que o signo estabiliza-se. Isso explicaria as razões pelas quais depois de passar por todas as etapas de análise e tradução um documento não consegue assegurar a univocidade da interpretação empreendida pelo usuário. Às vezes nem mesmo podemos assegurar que outro profissional dotado da mesma competência e experiência reproduza uma dada interpretação (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008, p. 11).

A noção de objeto do signo tem grande relevância para a compreensão da dinâmica da significação do assunto (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008).

Foi visto que um signo representa um objeto para uma pessoa e essa relação signo-objeto é feita por meio de um interpretante, que é um novo signo criado na mente da pessoa que analisa o primeiro signo.

No processo de indexação, o objeto (ideias e significados relacionados ao signo) precisa ser representado pelo indexador a fim de

ser compreendido (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008), e essa representação é feita pela intermediação de um novo signo (interpretante), que nos estudos de Mai (1997, 2001) constitui-se, repita-se, no assunto, na descrição do assunto e na entrada de assunto, nessa ordem, a depender do objeto que se quer representar.

Observa-se também que o objeto tende a ser diferente em cada uma das etapas da indexação. Assim, o documento, o assunto, a descrição do assunto e a entrada de assunto, na posição de signos, não necessariamente se referem, para o indexador, às mesmas ideias e significados (objeto), o que pode ajudar a explicar a incerteza relacionada ao processo (MAI, 1997, 2001).

É necessário lembrar que enquanto analisa o documento a ser representado, o indexador assume a posição de *interpretante dinâmico*, que é o efeito singular que o signo efetivamente produz em um intérprete particular. Antes da interpretação por um intérprete particular, o documento tem somente potencial para ser interpretado, para provocar algum efeito no intérprete. Como visto, esse potencial para ser interpretado é chamado *interpretante imediato*. Tal fato pode ser a razão por que é quase impossível

para qualquer pessoa ou, neste caso, qualquer indexador, determinar todas as ideias e significados que podem ser associados a qualquer documento particular, uma vez que sempre haverá ideias e significados potenciais que diferentes pessoas em diferentes tempos e lugares poderão encontrar no documento (MAI, 2001, p. 606, tradução nossa<sup>38</sup>).

Como foi visto, o processo de indexação é interpretativo também no sentido semiótico, pois “cada etapa requer ações interpretativas que têm a função de ligar um signo ao outro de forma intencional” (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008, p. 14), isto é, não há um instante na indexação dedicado à interpretação: todo o processo é interpretativo. Com isso, “a capacidade de um assunto representar o conteúdo de um documento sempre terá como pano de fundo a imprevisibilidade própria da dinâmica dos signos e sua potencialidade vicária” (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008, p. 15), inerente à semiose.

---

<sup>38</sup> “It would be nearly impossible, of course, for any single person or, in this case, any single indexer, to determine all of the ideas and meanings which might be associated with any particular document, since there might always be potential ideas and meanings which different people at different times and places might find in the document” (MAI, 2001, p. 606).

Dizer que a indexação é um processo interpretativo no sentido peirceano também é assumir que o indexador sofre influência de fatores internos e externos para representar um documento (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012). E isso nos remete aos conceitos peirceanos de hábito e experiência colateral.

Conforme exposto na seção 2.1.2, um hábito significa que

se certas ações são realizadas sobre objetos que respondem a uma certa descrição, resultados de uma espécie geral serão observáveis [...]. A regra ou hábito é um padrão de ações que, sob certas condições apropriadas, será repetido indefinidamente no futuro (SAVAN, 1976 apud SANTAELLA, 2008a, p. 79).

Nesse sentido, o hábito é o que força o indexador a agir de certa maneira e o que ajuda a explicar a forma como ele procede à indexação (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012), de modo que, pode-se dizer, deve haver mudança de hábito se este não visar à qualidade da representação documental<sup>39</sup>.

No que tange à experiência colateral, que é a familiaridade do intérprete com aquilo que o signo denota, tem-se que, tal como o hábito, ela guia a interpretação do indexador; quer dizer, o produto do processo de indexação depende das experiências colaterais do indexador (EVANGELISTA; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014). Além disso, o indexador “necessita da obtenção de experiência colateral sobre as áreas de atuação em seu ambiente de trabalho, pois é indispensável que domine os referentes dessas áreas de conhecimento” (REDIGOLO; ALMEIDA, 2012, p. 11).

Cabe consignar, ainda, que, conquanto no processo de indexação textual haja predominância, em relação à segunda tricotomia peirceana, de símbolos – o que é confirmado pelo simples fato de que todo texto é formado por um conjunto de palavras, frases e parágrafos, os quais são interpretados durante o processo –, pode-se neste vislumbrar também a ação de índices e ícones.

Primeiro porque, como se viu, o próprio símbolo traz em si componentes indiciais e icônicos, e isso é justificado pela capacidade de uma palavra, por exemplo, fazer referência a um existencial (aspecto indicial) e pela impossibilidade de a palavra obter sentido se não estiver disposta em uma sequência gramatical lógica (aspecto icônico). E

---

<sup>39</sup>Para Lancaster (2004, p. 93), “qualidade de indexação significa o mesmo que ‘eficácia de recuperação’ da indexação”.

segundo porque o símbolo, por ser um signo genuíno (PEIRCE, 2000), exige os demais elementos da tríade sógnica (objeto e interpretante) para poder significar, de tal modo que, referindo-se a um objeto, o símbolo é necessariamente um ícone, pois tem com o objeto algum grau de semelhança (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2007).

Assim, no processo de indexação observa-se que, com base nos estudos de Mai (1997, 2001) e tomando-se o documento como signo, o seu objeto serão as ideias e significados relacionados a ele, os quais possuem, desse modo, alguma semelhança com o documento, do que se pode inferir certo aspecto icônico do processo. Ademais, os produtos do processo de indexação, tais como as entradas de assunto, podem agir também como índices, na medida em que, na teoria de Peirce, um índice “estabelece uma conexão dinâmica com o seu objeto representado, apenas uma representação de relação e de referência” (MONTEIRO, 2006, p. 51). Há, portanto, clara relação do índice peirceano com o produto do processo de indexação, pois o produto sugere o conteúdo de um documento, mas não é o conteúdo documental em si (EVANGELISTA; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014).

Apesar da indiscutível importância para a compreensão semiótica do processo de indexação, a investigação de Mai (1997, 2001) se restringe ao primeiro ramo da Semiótica, o da Gramática Especulativa, que está limitado aos tipos e classes de signos, não abordando questões referentes à dinâmica do raciocínio lógico envolvido no processo. Para Almeida, Fujita e Reis (2013, p. 237),

a abordagem de Mai, que consiste nos quatro elementos e nas três etapas, não é suficiente para entender a indexação do ponto de vista da semiótica peirceana, pois é necessário considerar os tipos de inferências ou argumentos. [...] Nós defendemos que o processo de indexação é inferencial, isto é, os tipos de inferências constituem-se a lógica do processo mesmo antes de sua manifestação linguística (tradução nossa<sup>40</sup>).

Pensa-se que a aplicação da Semiótica peirceana ao processo de indexação não deve mesmo estar fundamentada apenas no ramo da

---

<sup>40</sup> “Mai’s approach consisting of four elements and three processes is not enough to understand indexing from the viewpoint of Peircean semiotics, as it is necessary to consider the types of inference or argument. [...] We hold that the indexing process is inferential, i.e., the types of inference are the rationales of the process even before its linguistic manifestation” (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 237).

Gramática Especulativa. Isso porque a indexação, como qualquer atividade intelectual, exige inferências por parte do indexador, exige cognições prévias, pelo que uma abordagem da Lógica Crítica pode, nesse aspecto, melhor dar conta de explicar o processo.

Nesse sentido, embora o entendimento de que toda e qualquer cognição é determinada por cognições prévias também esteja incutido na Gramática Especulativa (basta lembrar, por exemplo, que o objeto determina o signo, isto é, para que um signo represente algo para alguém, este alguém deve ter tido uma experiência anterior com o objeto que o signo representa), na Lógica Crítica tal entendimento é ainda mais patente, na medida em que esse ramo da Semiótica investiga os tipos de inferências ou raciocínios, que, por natureza, sempre decorrem de cognições prévias, pois somente se existir um raciocínio anterior é que se pode inferir algo. Segundo Peirce (2000, p. 261), deve-se, “sem qualquer outra suposição exceto a das razões da mente, reduzir toda ação mental à fórmula do raciocínio válido”, ao silogismo.

Veja-se que em Peirce (2000) todo pensamento é inferencial. Essa compreensão, aliás, constitui-se a base da sua Semiótica, que na verdade tem como objeto de estudos, conforme visto, a semiose, isto é, a ação do signo de ser interpretado em outro signo *ad infinitum*. Ao se associar a uma outra coisa por semelhança (ícone), contiguidade (índice) ou causalidade (símbolo), o signo relembra a coisa, ocasionando, em sendo o signo em questão um argumento, uma associação de ideias, na qual “um juízo ocasiona outro juízo, do qual é o signo. Ora, isto não é nada mais, nada menos do que a inferência” (PEIRCE, 2000, p. 281).

Dessa forma, uma vez que a Lógica Crítica investiga os tipos de inferências, tem-se que esse ramo da Semiótica não pode ser deixado a segundo plano no contexto do entendimento do processo de indexação. Pelo contrário. Como todo o esforço feito por Peirce na sua teoria semiótica foi o de demonstrar que nossos pensamentos derivam de inferências de algo externo, “pela razão muito simples de que não há inferência possível sem signos” (SANTAELLA, 2004, p. 43), a Lógica Crítica assume relevância crucial para a compreensão semiótica do processo de indexação, permeado que é, sendo uma atividade intelectual, por todos os tipos de inferências (EVANGELISTA; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014).

A tese defendida por Peirce (2000), já foi dito, é a de que toda cognição é determinada por uma cognição prévia. Disso conclui o filósofo norte-americano que “não há absolutamente uma primeira cognição de um objeto, mas, sim, que a cognição surge através de um

processo contínuo” (PEIRCE, 2000, p. 261). Esse processo contínuo é expresso nas formas de inferências válidas (abdução, dedução e indução), de modo que “toda ação mental, por mais informal ou errática que pareça, sempre se conformará a uma dessas formas ou a uma mistura delas, o que é, de resto, mais comum” (SANTAELLA, 2004, p. 49).

Com base nesse raciocínio, está correto afirmar que tanto pessoas comuns quanto cientistas e indexadores chegam a conclusões por meio de inferências (EVANGELISTA; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2014). Assim, “defender o processo de indexação como uma atividade inferencial é assumir que o raciocínio do indexador está disposto em três distintos e interdependentes tipos de argumentos: abdutivo, dedutivo e indutivo” (ALMEIDA, 2010, p. 113). Portanto, as operações mentais do indexador geram as classes *argumento*, *símbolo dicente* e *legissigno indicial dicente* não apenas por meio de interpretação documental, como dispõe Mai (1997, 2001), mas também e principalmente por inferências (ALMEIDA, 2010).

No processo de indexação, a inferência abdutiva fica evidenciada sempre que o indexador se depara com assuntos novos para os quais não existem termos representativos nas linguagens de indexação, o que exigirá dele a *formulação de hipóteses criativas*, que serão continuamente avaliadas pelo sistema de informação (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013). Pode-se dizer, assim, que

a característica semiótica fundamental da indexação reside na capacidade de indexadores gerarem suposições ou ideias criativas como os pontos focais da representação de assunto. Nesse sentido, o processo de indexação se assemelha à atividade intelectual de investigação, na medida em que também é exigido do indexador o poder criativo do cientista, no contexto da identificação de potenciais assuntos de um documento (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 238, tradução nossa<sup>41</sup>).

---

<sup>41</sup> “The fundamental semiotic characteristic of indexing lies in the ability of indexers to generate suppositions or creative ideas as the focal points of subject representation. In this sense, the indexing process resembles the intellectual activity of investigation, in that the creative power of the scientist is also required of and indexer in the context of the identification of potential subjects of a document” (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 238).

A dedução no processo de indexação ocorre quando o indexador compara com outros assuntos as hipóteses de indexação formuladas para determinado documento. Por exemplo, se o documento versa sobre paleontologia, conclui-se por dedução que ele trata também sobre fósseis. Se ao final, no processo de recuperação, a dedução mostrar-se plausível, justificada está a escolha daquelas hipóteses (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013). Portanto, acredita-se que “o indexador sabe o assunto de um documento não só porque ele compõe a estrutura textual em conteúdos centrais, mas porque este conhecimento deriva da competência semiótica do indexador em inferi-lo a partir de hipóteses” (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 238, tradução nossa<sup>42</sup>).

Por fim, a indução desempenha papel fundamental na indexação, pois é por meio dela que a qualidade da indexação é assegurada, na medida em que é pela indução que as hipóteses de indexação, depois de passarem por teste dedutivo, são levadas a comprovação pelo indexador, que diariamente verifica e compara a realidade no contexto de um sistema de informação (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013). Observa-se, assim, que a análise do assunto, última etapa do processo de indexação segundo Mai (1997, 2001), não é um simples procedimento que segmenta o conteúdo, mas uma fase que cumpre a função de testar as representações documentais sugeridas hipoteticamente (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013), e, assim como ocorre com a investigação científica, a indução no processo de indexação também carrega implícitos os dois outros tipos de inferências, a abdução e a dedução.

Resumindo bem o caráter inferencial da indexação e as funções desempenhadas pelos tipos de raciocínios/argumentos peirceanos, discorrem Almeida, Fujita e Reis (2013, p. 239):

Por abdução, queremos dizer o processo de leitura (percepção) e de criação de hipóteses de representação de assunto. Dedução, em nossa opinião, trata da seleção de termos representativos de acordo com a generalização intelectual das consequências. E, por último, entendemos que a indução envolve as funções de testar e comparar possíveis assuntos para a linguagem de indexação, a linguagem do usuário e a linguagem do sistema de informação, com o objetivo de continuamente

---

<sup>42</sup> “*The indexer knows the subject of a document not only because he composes the textual structure into central contents, but because this knowledge derives from the indexer's semiotic competence in inferring it starting from hypotheses*” (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 238).



avaliar e melhorar as representações de assunto (tradução nossa<sup>43</sup>).

A indexação, viu-se, é basicamente o processo por meio do qual se visa à representação do conteúdo temático de um documento para sua posterior recuperação pelo usuário de um sistema de informação.

Também foi visto que as linguagens documentárias ou de indexação é que melhor permitem a recuperação da informação, na medida em que buscam a simplificação e a padronização de termos, evitando problemas como a polissemia e a sinonímia, típicos da linguagem natural, e ruídos no sistema. Para Moura, Silva e Amorim (2002, p. 8), “por pretender delimitar significado, transformando palavras em termos, a linguagem de indexação é na atualidade considerada a ferramenta mais adequada para auxiliar os profissionais da informação na [...] recuperação da informação”. Essa delimitação do significado a que fazem referência as autoras é possível pelo fato de ambas as linguagens, a natural e a de indexação, serem sistemas semióticos distintos (LARA, 2006).

Enquanto a linguagem natural “funciona verdadeiramente como signo – desencadeando interpretantes e associações de interpretantes num processo aberto” (LARA, 2006, p. 25) caracterizado pela semiose ilimitada –, a linguagem documentária tem seus interpretantes controlados (LARA, 2006). Isso porque,

pelos objetivos pragmáticos da LD de desempenhar a função informativa, não se pode desejar que a semiose dispare aleatoriamente. Ao contrário, a função da comunicação documentária é criar condições para que os signos intencionalmente construídos orientem a interpretação segundo os objetivos do sistema visado. Não se deseja que os signos da LD, ou os termos que conduzem o usuário ao conjunto de textos indexados num sistema de informação,

---

<sup>43</sup>“By abduction, we mean the process of reading (perception) and the creation of hypothetical suggestions of subject representation. Deduction, in our view, deals with the selection of representative terms according to the intellectual generalization of the consequences. And lastly, we understand that induction involves the functions of testing and comparing potential subjects to the indexing language, the user's language, and the language of the information system, aiming to continually evaluate and improve subject representations” (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013, p. 239).

sejam interpretados a partir da experiência individual de cada um (LARA, 2006, p. 25).

Controlar o interpretante documentário significa propor semelhança de forma e de significado entre os signos da linguagem de especialidade e o código documentário. A operação visa “sugerir uma possibilidade interpretativa que não é individual, mas organizada por uma comunidade de práticas ao longo da experiência com os conceitos de uma área de especialidade ou de atividade” (LARA, 2006, p. 26).

Assim, a indexação em linguagem documentária, por ser essa linguagem “um interpretante que sugere hipóteses de interpretação” (LARA, 2006, p. 26), diminui a probabilidade de inconsistência do processo, em razão dos limites interpretativos impostos aos indexadores. Por outro lado, a indexação em linguagem natural, ao não impor limites ao interpretante, abre espaço a diversas e diferentes interpretações por parte dos indexadores e a consequentes problemas na recuperação da informação pelo usuário.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos visam explicitar as escolhas feitas pelo pesquisador no que tange à caracterização, ao contexto e ao *corpus* da pesquisa, bem como às etapas necessárias à sua realização, tendo em vista os objetivos propostos.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Creswell (2010, p. 44),

se um conceito de fenômeno precisa ser entendido porque pouca pesquisa foi realizada a respeito, então ele merece uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é exploratória e conveniente quando o pesquisador não conhece as variáveis importantes a serem examinadas. Esse tipo de abordagem pode ser necessária porque o tópico é novo, porque o tópico nunca foi tratado com uma determinada amostra ou grupo de pessoas e porque as teorias existentes não se aplicam à amostra ou ao grupo particular que está sendo estudado.

Assim, haja vista a ausência de pesquisas acerca da elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos, sobretudo sob uma perspectiva semiótica, a presente investigação caracteriza-se, em relação aos seus objetivos, como exploratória, e as formas de coleta, análise e interpretação de dados tiveram abordagem qualitativa.

Do mesmo modo, uma vez que o objetivo geral desta pesquisa está relacionado à aplicação semiótica ao processo de indexação, a postura teórica adotada é a fenomenológica (LANIGAN, 1984), o que caracteriza a pesquisa também como descritiva. Isso porque “proceder a uma análise fenomenológica é substituir as construções explicativas pela descrição do que se passa efetivamente do ponto de vista daquele que vive a situação concreta” (GOLDENBERG, 1999, p. 31). Para Triviños (1995, p. 128), “a pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva”. Nesse aspecto, vale destacar que a “fenomenologia não é mais uma novidade e tampouco pode ser reduzida às preocupações humanistas e existenciais. Constitui-se um modo original de reflexão epistemológica que depois levará à revisão das práticas científicas em geral” (CASTRO; GOMES, 2011, p. 160).

No que pertine aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como documental. A pesquisa documental “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002). Para tanto, foi utilizado um documento acórdão com base no qual os participantes elaboraram um cabeçalho e responderam às questões da entrevista.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o guia de entrevista semiestruturada. Esse tipo de entrevista, para Trivínos (1995, p. 146), “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. Ainda de acordo com Trivínos (1995, p. 146), a entrevista semiestruturada “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, e [...] oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”.

### 3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em Florianópolis.

O TJSC é um órgão do Poder Judiciário catarinense<sup>44</sup>. Atualmente é composto de 69 desembargadores e 23 juízes de direito substitutos de segundo grau<sup>45</sup>. Estes substituem os desembargadores nas

---

<sup>44</sup> São também órgãos do Poder Judiciário de Santa Catarina: os Tribunais do Júri, os Juízes de Direito e os Juízes Substitutos, a Justiça Militar, os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos, os Juízes de Paz (art. 77 da Constituição do Estado de Santa Catarina).

<sup>45</sup> Desembargador é um juiz que é promovido para atuar em tribunal de justiça. O juiz ascende ao tribunal, tornando-se desembargador, por antiguidade ou merecimento. Para tanto, precisa ter passado por todas as entrâncias, isto é, por todos os degraus da carreira (art. 93, III, da Constituição Federal). Também podem se tornar desembargadores, atendidos alguns requisitos (art. 94 da Constituição Federal), membros do Ministério Público e advogados. O juiz de direito substituto de segundo grau também desempenha suas funções no tribunal de justiça, embora não possa ser considerado desembargador. Em Santa Catarina, o provimento do cargo ocorre por remoção, “observado o critério de merecimento, dentre os juízes de direito integrantes da primeira metade da lista nominativa de antiguidade da última entrância” (Lei Complementar Estadual n. 122/1994, art. 2º).

suas férias, impedimentos e afastamentos, como também exercem a função de cooperadores<sup>46</sup>.

No TJSC, cada desembargador possui 7 assessores: 1 assessor de gabinete, 4 assessores jurídicos, 1 oficial de gabinete e 1 secretário jurídico. Cada juiz de direito substituto de segundo grau conta com 5 assessores: 1 assessor de gabinete, 3 assessores jurídicos e 1 secretário jurídico. Os assessores devem possuir formação em direito.

A principal atribuição dos assessores (assessor de gabinete, assessor jurídico, oficial de gabinete e secretário jurídico) é elaborar projetos de decisões judiciais, especialmente de acórdãos. Os assessores de gabinete e os assessores jurídicos exercem as mesmas funções; a única diferença entre eles é a denominação do cargo.

O autor desta investigação é assessor (secretário jurídico) de desembargador que integra a Segunda Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O fato de trabalhar em local em que são produzidos acórdãos e, conseqüentemente, cabeçalhos de ementas teve influência na sua escolha por esse ambiente de pesquisa.

### 3.3 *CORPUS* DA PESQUISA

Segundo Creswell (2010, p. 26), “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Assim, o pesquisador qualitativo, devendo interpretar determinada realidade social, lida com materiais linguísticos para tratar do seu problema de pesquisa, materiais esses que são o *corpus* de sua pesquisa.

De acordo com Aarts (1991), *corpus* é uma amostra de textos corridos, em qualquer extensão, escritos, orais ou na forma intermediária. Para Barthes (2006, p. 104), *corpus* “é uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno do qual ele vai trabalhar”.

A arbitrariedade do pesquisador qualitativo significa que é ele quem escolhe o *corpus* da pesquisa, considerando o tempo disponível dos indivíduos que, do seu ponto de vista, sejam essenciais para o esclarecimento do assunto em foco, a facilidade para se encontrar com

---

<sup>46</sup>“Os juízes de direito de segundo grau, enquanto no exercício da função de cooperador perante o órgão julgador, não receberão distribuição, apenas os feitos que lhes forem transferidos pelos relatores” (Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, art. 53, § 7º).

eles, dentre outros fatores que o pesquisador considera *pertinentes* para a investigação (TRIVIÑOS, 1995; BARTHES, 2006). O número de representações que se pretende efetuar sobre um fenômeno determinará o tamanho do *corpus* de pesquisa, vale dizer, determinará o número de pessoas ou materiais a serem explorados (BAUER; AARTS, 2002). Goldenberg (1999, p. 50) assevera que esse é um dos pontos em que a pesquisa qualitativa difere da quantitativa, pois na primeira a representatividade “está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a ‘descrição densa’ dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica”.

À vista do exposto, tem-se que o *corpus* da presente pesquisa é representado por dados extraídos de entrevistas realizadas com assessores de desembargadores, assim como por cabeçalhos por eles confeccionados com base em um documento acórdão publicado escolhido pelo pesquisador.

Considerando a complexidade das categorias e codificações que seriam realizadas (seção 3.4.2.2), optou-se por entrevistar apenas 4 (quatro) assessores. Quanto a isso, vale destacar que um grande número de entrevistados não resulta necessariamente em melhor qualidade da pesquisa, seja pela infinitude das representações da realidade, seja porque as representações de um tema de interesse comum não surgem nas mentes dos indivíduos de forma solipsista, mas são compartilhadas, são o resultado de processos sociais (GASKELL, 2002). Nesse aspecto, a amostragem foi do tipo intencional. Para Gil (2002, p. 145), “uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa”.

Todos os entrevistados contavam, no mínimo, 1 (um) ano de assessoria no órgão julgador atuante no ramo do direito (direito civil, direito comercial, direito público, direito penal) referente ao acórdão paradigma escolhido, com o qual as entrevistas estiveram relacionadas. Esse critério é justificado pelo fato de que, do ponto de vista semiótico, o assessor (indexador) deve possuir experiência colateral na área em que atua, corrigindo e atualizando distorções do interpretante (BARROS; CAFÉ; ALMEIDA, 2013). Visando alcançar isenção nas respostas dos entrevistados, foi investigado apenas um assessor por gabinete.

A fim de atender ao segundo objetivo específico da pesquisa (verificar semioticamente a consistência interindexadores do processo de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos), e haja vista o

tempo exíguo de que dispunha o pesquisador para a realização das entrevistas, optou-se por apresentar aos participantes apenas um acórdão (APÊNDICE A). O documento foi extraído de forma aleatória da base de dados jurisprudencial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (<http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/>) dentre aqueles pertencentes a um mesmo ramo do direito (também escolhido de forma aleatória) e que o pesquisador considerou coerentes<sup>47</sup> e gramaticalmente bem redigidos.

Por fim, apesar de que desembargadores e juízes de direito de segundo grau também possam elaborar cabeçalhos de ementas de acórdãos, essa tarefa é geralmente incumbida a seus assessores. Ademais, o acesso a essas autoridades é sempre mais dificultoso, e a tentativa de entrevistá-las poderia prejudicar o cumprimento do cronograma de pesquisa. Por essa razão, escolheu-se pesquisar apenas os assessores.

### 3.4 ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, conforme segue.

#### 3.4.1 Etapa 1: Elaboração do instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados (guia de entrevista – APÊNDICE B) foi elaborado conforme demonstrado a seguir.

Primeiramente, é importante consignar que em qualquer análise semiótica deve-se ter claro quais objetivos ela pretende atingir e, conseqüentemente, saber até onde se pode ir na pesquisa do objeto dinâmico (que independe da ação do signo; obtido por experiência colateral) e no processo interpretativo em si (SANTAELLA, 2008b).

Também cumpre asseverar que

não há nenhum critério apriorístico que possa infalivelmente decidir como uma dada semiose funciona, pois tudo depende do contexto de sua

---

<sup>47</sup> De acordo com Koch e Travaglia (2006, p. 21), “a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto. Este sentido, evidentemente, deve ser do todo, pois a coerência é global”.

atualização e do aspecto pelo qual ela é observada e analisada. Enfim, não há receitas prontas para a análise semiótica. Há conceitos, uma lógica para sua possível aplicação. Mas isso não dispensa a necessidade de uma heurística por parte de quem analisa e, sobretudo, da paciência do conceito e da disponibilidade para auscultar os signos e para ouvir o que eles têm a dizer (SANTAELLA, 2008b, p. 43).

Nesse aspecto, e considerando o fato de que o que define signo, objeto e interpretante é a posição que cada um desses três elementos ocupa na semiose – vale dizer, no processo interpretativo –, para a elaboração do guia de entrevista aderiu-se à perspectiva de Mai (1997, 2001) acerca do processo de indexação, segundo a qual o documento age como *signo*, as ideias e significados relacionados ao documento são o *objeto*, e o efeito interpretativo que o documento produz na mente do indexador que, com isso, ao final do processo, realiza a sua representação por meio de, por exemplo, termos de indexação é o *interpretante*.

Para a confecção do guia de entrevista partiu-se, portanto, do pressuposto de que no processo de elaboração de cabeçalhos de ementas o texto do acórdão atua como signo, as entradas do cabeçalho como interpretantes e o objeto são as ideias e significados relacionados ao signo, ao texto do acórdão.

O guia de entrevista foi composto das seguintes questões:

- 1) Descreva o procedimento que você realizou desde o momento em que teve contato com o acórdão até o momento em que começou a elaborar o cabeçalho da ementa.
- 2) Descreva, em linhas gerais, no que você se apoiou para elaborar o cabeçalho.
- 3) Discorra sobre as razões que determinaram a escolha de cada entrada do cabeçalho.
- 4) Você acha que em um outro momento poderia elaborar um cabeçalho para esse mesmo acórdão com outras entradas/termos?

Foram também elaboradas questões complementares, que se encontram, juntamente com as questões que ora se apresentam, no APÊNDICE B.

No que diz respeito à primeira questão, ela foi elaborada com o intuito de atestar o entendimento de Mai (1997, 2001) de que o processo de indexação é interpretativo e formado por etapas semióticas. Também por meio dessa questão quis-se evidenciar alguns elementos semióticos



peirceanos presentes no processo, tais como hábito, experiência colateral e tipos de inferência. Essa primeira questão não almejava uma resposta especificamente sobre o interpretante (as entradas do cabeçalho da ementa), pois se pede do entrevistado discorrer sobre o procedimento anterior à confecção do cabeçalho.

Quanto à segunda questão, objetivou-se explicitar o processo semiótico envolvido na elaboração do cabeçalho da ementa do acórdão. Também se pretendeu apontar igualmente a presença de possíveis hábitos e de experiências colaterais no processo.

Na terceira questão, partindo do interpretante (cada entrada do cabeçalho), o investigado discorreu sobre o(s) signo(s) (partes do acórdão) respectivo(s).

Com a quarta questão objetivou-se especificamente perquirir a existência da inferência indutiva peirceana no processo de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013).

Visou-se, com as quatro questões do guia de entrevista, alcançar o primeiro objetivo específico desta pesquisa (*Identificar elementos da semiótica peirceana no processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos*) e, parcialmente, o segundo (*Verificar semioticamente a consistência interindexadores desse processo*) e o terceiro (*Analisar o uso da linguagem natural nos cabeçalhos de ementas de acórdãos sob o ângulo semiótico*) objetivos específicos, os quais foram atingidos por completo com a análise e cotejo dos cabeçalhos de ementas elaborados pelos participantes da pesquisa.

O pré-teste do guia de entrevista foi realizado no dia 18 de dezembro de 2015, com dois participantes. Com ele o guia de entrevista sofreu poucas alterações, entre elas a adição de questões complementares, para tornar mais claras as respostas dos participantes, e a inclusão da quarta questão, para perquirir a presença, no processo de elaboração dos cabeçalhos, da inferência indutiva.

### 3.4.2 Etapa 2: Coleta e análise dos dados

A coleta de dados foi realizada nos dias 18 de maio (**participante 1**), 19 de maio (**participante 2**), 23 de maio (**participante 3**) e 22 de junho (**participante 4**) do ano de 2016. As entrevistas ocorreram na sala 02 da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros, que está localizada no Térreo da Torre I do prédio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis. A escolha por

esse local se deu em razão de ausência de ruído que pudesse prejudicar a coleta de dados, pela necessidade de os entrevistados se sentirem confortáveis para responder às questões, além de ser um local situado no mesmo prédio onde trabalham o pesquisador e os participantes.

Todos os entrevistados recrutados já conheciam o pesquisador, o que facilitou a concordância deles em participar da pesquisa.

No dia e horário marcados, o pesquisador, utilizando-se do seu *notebook* pessoal, apresentou ao participante documento do *Microsoft Word* com instrução acerca da elaboração do cabeçalho da ementa do acórdão (APÊNDICE C). O acórdão com base no qual os entrevistados confeccionaram os cabeçalhos constou daquele mesmo documento, logo após a instrução.

O participante foi instruído a elaborar o cabeçalho com o número de entradas que achasse necessário e a fazê-lo de forma natural, da maneira como costuma fazer no dia a dia, sem o auxílio, portanto, de nenhum tipo de vocabulário controlado. O pesquisador esclareceu que “cabeçalho” é a parte da ementa que vem em caixa-alta e que as “entradas” do cabeçalho são as palavras, expressões e/ou frases curtas que o compõem. Também foi informado ao participante que a pesquisa não seria uma avaliação, ou seja, que ele não seria avaliado pelo modo como elaboraria o cabeçalho.

Dadas as instruções, o pesquisador se retirou da sala, deixando seu contato de *WhatsApp* para o participante a fim de que este o enviasse mensagem assim que terminasse a confecção do cabeçalho. Finalizada a elaboração do cabeçalho, entregou-se ao participante termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE D), o qual foi por ele lido e assinado, e deu-se início à entrevista.

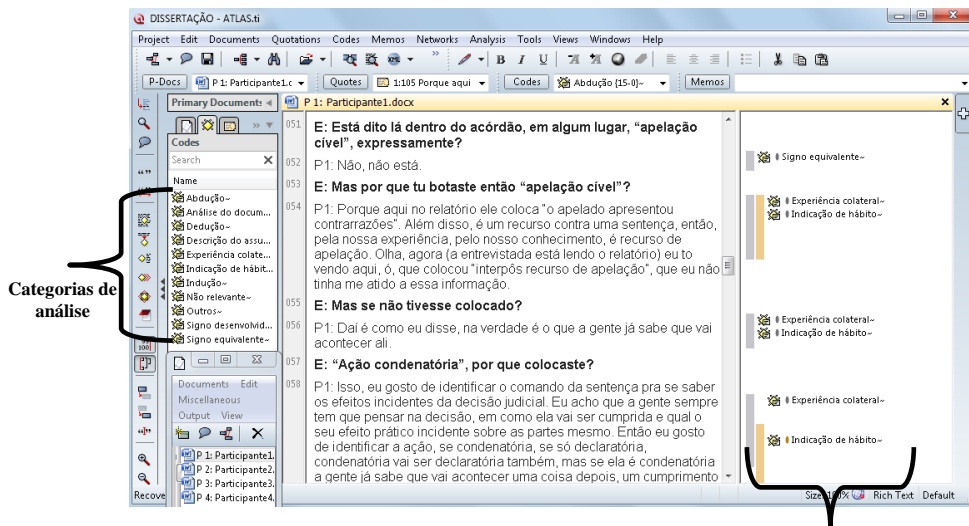
O pesquisador registrou as entrevistas na íntegra por meio de gravação em áudio, para posterior transcrição e análise, bem como efetuou anotações à mão dos pontos que considerou relevantes. Cada entrevista durou, em média, 15 minutos.

#### 3.4.2.1 Preparação dos dados para análise

Para a análise dos dados, primeiramente os participantes receberam código de identificação, da seguinte forma: Participante1, Participante2, Participante3 e Participante4. As entrevistas foram transcritas pelo pesquisador em documentos do *Microsoft Word*, com supressão do nome dos entrevistados, e importadas para o *software*

“Atlas.ti 7 Qualitative data analysis”, cuja licença (n. 76424-B67DE-5EC8S-9BEA3-10BTW) de 6 meses foi adquirida pelo pesquisador.

Figura 7: Imagem da tela do software Atlas.ti 7



Com o *Atlas.ti* é possível selecionar a resposta do participante (palavras, expressões ou frases) e codificá-la, conforme se pode perceber do lado direito da figura, com categorias definidas prévia ou posteriormente à análise, como se nota do lado esquerdo da ilustração.

### 3.4.2.2 Análise dos dados

Por meio da análise dos dados pretendeu-se transformar as informações obtidas com a coleta em respostas à questão de pesquisa. Os dados foram interpretados levando-se em consideração a teoria encontrada na literatura, no caso, a teoria semiótica de Charles Sanders Peirce (seção 2.1) e estudos acerca da semiótica aplicada ao processo de indexação (seção 2.2).

Para a análise dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo, o qual, segundo Hsieh e Shannon (2005), tem a finalidade de examinar dados textuais, preocupando-se mais em analisar a linguagem e classificar grande quantidade de texto em categorias que representam significados similares do que simplesmente contar palavras. Dentre os tipos de métodos de análise de conteúdo elencados pelos autores (análise de conteúdo convencional, análise de conteúdo dirigida e análise de

conteúdo sumativa), optou-se pela análise de conteúdo dirigida, cujo objetivo é “validar ou estender conceitualmente um quadro teórico ou uma teoria” (HSIEH; SHANNON, 2005, p. 1.281, tradução nossa<sup>48</sup>).

Ainda segundo os autores (HSIEH; SHANNON, 2005), na análise de conteúdo dirigida, os códigos, extraídos da teoria utilizada na pesquisa, são definidos antes e durante a análise dos dados. Assim, pode-se começar a codificar imediatamente com categorias pré-definidas (codificação dedutiva), e à medida que a codificação acontece novos códigos podem ser identificados (codificação indutiva), formando categorias ou subcategorias dos códigos existentes. Nesse sentido, Saldaña (2013) dispõe que o processo de codificação é mais cíclico do que linear, pois exige que se reflita a respeito do significado dos dados por meio de muitas leituras e releituras, codificações e recodificações.

Foram cinco as categorias pré-definidas extraídas do referencial teórico para codificação das entrevistas, categorias essas que também serviram para a elaboração do guia de entrevista. São elas: Semiose, Experiência colateral, Hábito, Interpretante e Inferência.

Quadro 2: Categorias iniciais de análise

<b>Categoria 1</b>	Semiose
<b>Categoria 2</b>	Experiência colateral
<b>Categoria 3</b>	Hábito
<b>Categoria 4</b>	Interpretante
<b>Categoria 5</b>	Inferência

A codificação realizada foi a descritiva (SALDAÑA, 2013), que resume em uma palavra ou expressões – na maioria das vezes um substantivo – o tópico básico de uma passagem de dados qualitativos. Para o propósito desta pesquisa, “passagem de dados qualitativos” são as falas dos entrevistados, que vieram exteriorizadas em uma palavra, em uma ou mais de uma oração (frase com verbo, ainda que subentendido) ou em um ou mais de um parágrafo. Ocorreu de uma fala receber mais de uma codificação, e as perguntas, avisos e comentários do pesquisador não foram codificados (SALDAÑA, 2013).

Inserções explicativas nas falas dos participantes foram sinalizadas por colchetes; descrição do seu comportamento, por

---

<sup>48</sup> “The goal of a directed approach to content analysis is to validate or extend conceptually a theoretical framework or theory” (HSIEH; SHANNON, 2005, p. 1.281).

parênteses; e descontinuidade de pensamento foi simbolizada por reticências, como demonstrado nos exemplos abaixo:

**P1:** *É, nisso aí eu tive uma dificuldade nesse [acórdão] em específico, porque, pra mim, o voto não correspondia, a meu ver, às alegações do relatório.*

**P2:** *Acho que, deixa eu ver (procurando no arquivo)... Ó (lendo o arquivo), no caso, a fraude, preceitua o artigo tal, o 17 do estatuto do protetivo... tá aqui, aí por isso que eu fui, até nas minhas ementas mesmo eu não uso “fraude” porque a gente não tem costume de usar isso no gabinete.*

Como é próprio da análise de conteúdo dirigida, no decorrer da análise das entrevistas algumas categorias foram redefinidas e subcategorias surgiram (codificação indutiva), como se pode observar do seguinte quadro:

Quadro 3: Categorias e subcategorias finais após codificação dedutiva e indutiva

<b>Aspectos da semiose</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do documento</li> <li>• Descrição do assunto</li> </ul>
<b>Experiência colateral</b>
<b>Indicação de hábito</b>
<b>Interpretante</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Signo equivalente</li> <li>• Signo desenvolvido</li> <li>• Abdução</li> <li>• Dedução</li> <li>• Indução</li> </ul>
<b>Outros</b>
<b>Não relevante</b>

A categoria “Outros” compreende informações não diretamente relacionadas com os objetivos da pesquisa, respostas curtas com significado de “sim” ou “não” ou já mencionadas em outro momento pelo entrevistado. Vejam-se exemplos dessa categoria:

**P1:** [...] daí eu lendo o voto eu vi que o relator não foi nesse sentido. Inclusive, no meu modo de ver, ele falou menos do que ele deveria ter falado, assim né, das teses que eu identifiquei na apelação ele poderia ter falado outras coisas, mas não falou. (resposta não relacionada com os objetivos da pesquisa)

**P2:** Não que eu me lembre, acho que não. (resposta curta)

**P3:** [...] até vi que tem uma “parte” repetida [no cabeçalho], que eu odeio, “partes” ali, “parte” depois. (o entrevistado retoma esse raciocínio em outro momento da entrevista, isto é, em outro momento ele fala dessa “repetição”)

Na categoria “Não relevante” constam interjeições como “uhum”, “ah” e “ô”, e falas que não influenciaram na resposta dada, tais como:

**P1:** Ai que coisa doida!

**P3:** Pergunta interessante (risos).

As demais categorias e subcategorias (Aspectos da semiose: Análise do documento e Descrição do assunto; Experiência colateral; Indicação de hábito; Interpretante: Signo equivalente, Signo desenvolvido, Abdução, Dedução e Indução) serão explicitadas na próxima seção.

## 4 RESULTADOS

A primeira parte dos resultados desta pesquisa (seção 4.1) relaciona-se com o seu primeiro objetivo específico: (a) *Identificar elementos da semiótica peirceana no processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos*. A segunda parte (seção 4.2) compreende o segundo objetivo: (b) *Verificar semioticamente a consistência interindexadores desse processo*. E a terceira parte (seção 4.3) abrange o terceiro objetivo específico: (c) *Analisar o uso da linguagem natural nos cabeçalhos de ementas de acórdãos sob o ângulo semiótico*.

### 4.1 ELEMENTOS SEMIÓTICOS IDENTIFICADOS

Primeiramente é importante lembrar que em qualquer análise semiótica deve-se ter bem claro até onde se deseja ir no processo interpretativo. Como bem exposto por Santaella (2008b), não existem critérios definidos sobre como proceder à interpretação dos signos, de modo que o investigador é de certa forma livre para eleger que elementos semióticos utilizará para efetuar a perquirição sêmica, e os resultados da pesquisa dependerão, consequentemente, do que ele escolheu para ser analisado.

Tendo-se isso em conta, na análise das entrevistas identificaram-se dedutiva e/ou indutivamente quatro elementos semióticos, alguns dos quais estão relacionados a outros elementos, conforme demonstrado a seguir.

#### 4.1.1 Aspectos da semiose

Na semiótica peirceana, a semiose é a função do signo de ser interpretado em outro signo. Assim, um signo sempre significa outro signo (seu interpretante), o qual dá origem a outro signo (outro interpretante), e assim indefinidamente. Viu-se que, com base nesse raciocínio, Mai (1997, 2001) considerou cada elemento do processo de indexação (documento, assunto, descrição do assunto e entrada de assunto) como signo, e a ação de cada signo, de cada elemento, resulta em uma etapa. As etapas consistem na análise do documento, na descrição do assunto e na análise do assunto.

Vale um esclarecimento: apesar de toda a teoria de Peirce girar em torno da semiose, optou-se aqui por utilizar, na análise da categoria

“aspectos da semiose”, os conceitos de “análise de documento” e “descrição de assunto” propostos por Mai (1997, 2001) porque o autor os contextualiza na teoria semiótica e evidencia o fenômeno da semiose no processo de indexação.

Segundo Mai (2001), na primeira etapa do processo de indexação, análise do documento, o indexador analisa o documento (signo) para determinar-lhe o assunto (interpretante). Na segunda etapa, descrição do assunto, partindo do assunto (signo/interpretante) o indexador chega à descrição do assunto (interpretante). Finalmente, na terceira etapa, *análise do assunto*, o indexador obtém a entrada de assunto (interpretante) com base no interpretante da etapa anterior (descrição do assunto), que ao mesmo tempo cumpre a função de signo desta etapa.

A entrada de assunto (interpretante da terceira etapa) é o resultado da descrição do assunto após a tradução desta em uma linguagem de indexação (MAI, 2001). Assim, esta pesquisa se ateve apenas às duas primeiras etapas (análise do documento e descrição do assunto), pois os cabeçalhos das ementas dos acórdãos foram confeccionados em linguagem natural, sem nenhum tipo de controle de vocabulário, de modo que a terceira etapa não se mostra presente.

A etapa da *análise do documento* (no caso o documento é um acórdão) ficou explicitada no relato dos entrevistados, conforme se constata dos exemplos abaixo (em negrito):

*E: Então tá. Pergunta sobre o cabeçalho tá. Eu queria que tu descrevesse o procedimento que utilizaste desde o momento que tiveste contato com o acórdão até o momento que começaste a elaborar o cabeçalho.*  
[...]

***P1: Depois eu comecei a ler o relatório pra entender o que tava sendo alegado em apelação. Daí eu verifiquei algumas teses como eu faria o acórdão, até comecei a escrever algumas coisas no cabeçalho, voltei a falar sobre isso, isso e isso, como eu estivesse fazendo o voto. Daí eu comecei a ler o voto e eu vi que a dinâmica do acórdão não seguiu a mesma dinâmica que eu seguiria.***

***E: Ao ter contato com o acórdão qual foi o procedimento que você realizou? Você observou o documento de forma geral, por exemplo, o assunto, o ramo do direito (direito civil, direito penal), a decisão?***



**P2:** *Sim, eu vi a decisão inteira, se foi negado, se foi dado parcial ou não, vi qual que era a matéria pra poder colocar o ramo que eu ia especificar na ementa, isso é muito importante pra mim, pra poder lá diferenciar, pra quem for pesquisar, na verdade, conseguir ver que parte que ele tem.*

**E:** *Antes de começar a elaborar o cabeçalho da ementa, agora, o que tu fizeste?*

**P3:** *Eu li todo o texto, o relatório, o voto, claro, pra pegar principalmente os pontos principais pra me inteirar do caso.*

**E:** *Te baseaste nos títulos do acórdão, parágrafos, pra fazer o cabeçalho?*

**P4:** *Me baseei, primeiro parágrafo do relatório pra mim ele já dizia o nome da ação e do que se trataria, então me baseei nisso. Posteriormente, eu vi qual foi a linha de raciocínio adotada durante o acórdão, pra também não fugir e não ficar indo e voltando.*

A etapa da descrição do assunto, a qual, partindo do assunto, interpretante da etapa anterior, resulta em expressões ou palavras-chaves que o indexador considera relevantes (MAI, 2001), foi verificada nos seguintes trechos das entrevistas (em negrito):

**E:** *Então tá. Pergunta sobre o cabeçalho tá. Eu queria que tu descrevesse o procedimento que utilizaste desde o momento que tiveste contato com o acórdão até o momento que começaste a elaborar o cabeçalho.*  
[...]

**P1:** *depois eu comecei a ler o relatório pra entender o que tava sendo alegado em apelação. Daí eu verifiquei algumas teses como eu faria o acórdão, até comecei a escrever algumas coisas no cabeçalho, voltei a falar sobre isso, isso e isso, como eu estivesse fazendo o voto. Daí eu comecei a ler o voto e eu vi que a dinâmica do acórdão não seguiu a mesma dinâmica que eu seguiria.*

**E:** *Então tá, descreva o procedimento que você realizou desde o momento em que teve contato com o acórdão, né, o relatório e o voto, até o momento que começou a elaborar o cabeçalho da ementa, ou seja,*

*pra responder até o momento que começastes tá, a elaborar o cabeçalho da ementa.*

**P2:** *Eu li primeiro, né, o acórdão, eu procurei me atentar nos pontos mais marcantes dele e me situei qual matéria que era, né, daí foi aí que eu fui ver que tipo de recurso que era, se era apelação ou se era agravo, aí eu vi que era apelação, aí eu iniciei, apelação, a matéria que é a matéria principal que seria a inscrição indevida e daí eu fui pros pontos principais do acórdão que eu achei importante né, os pontos principais que eu achei que valia a pena colocar na ementa.*

**E:** *Você leu o acórdão inteiro antes de começar a elaborar o cabeçalho?*

**P3:** *Isso, fui rascunhando, né, e daí depois eu li o voto pra saber efetivamente o que eu deveria colocar na ementa.*

**E:** *Eu queria que tu descrevesse pra mim o procedimento que realizaste desde o momento que tiveste contato com o acórdão até o momento em que começaste a elaborar o cabeçalho da ementa, assim ó, essa parte é antes de começar a escrever o cabeçalho, tá? Perguntas complementares: Tu observaste o documento de forma geral? por exemplo, o assunto, o ramo de direito, direito penal, a decisão?*

[...]

**P4:** *Algumas vezes parte da minha ementa ela já está pronta porque eu li e percebi que aquela informação não poderia faltar no cabeçalho da ementa justamente por ser uma informação importante, então eu terminando de ler o processo, aqui não teve um processo, mas teve um relatório que pra mim seria o momento que eu terminaria de ler o processo. Eu faço o relatório normalmente, leio uma vez o relatório de novo, eu passo junto com o processo, então eu li o relatório e assim que eu terminei o relatório já havia algumas palavras...*

Veja-se que as duas etapas do processo de indexação – análise do documento e descrição do assunto – estão presentes nas respostas dos entrevistados. Delas se pode inferir que, analisando o documento acór-

dão (signo), os participantes chegaram ao assunto (interpretante) sobre o qual o acórdão tratava e, com base no assunto (agora signo), confeccionaram as entradas do cabeçalho (interpretante).

#### 4.1.2 Experiência colateral

Conforme foi visto, a experiência colateral é a familiaridade do intérprete, no caso o indexador, com aquilo que o signo (documento) representa. É sua familiaridade com o objeto dinâmico do signo. Um signo terá sentido para um intérprete se este estiver munido previamente dos possíveis objetos daquele signo. A experiência colateral independe da existência do signo e, assim, não faz parte do interpretante.

Nas entrevistas constatou-se a presença da experiência colateral sempre que o participante demonstrou conhecimento ou familiaridade com o que passagens do documento (signo) representavam. Confirmam-se (em negrito):

*E: Mas por que tu botaste então “apelação cível” [no cabeçalho]?*

***PI: Porque aqui no relatório ele coloca “o apelado apresentou contrarrazões”. Além disso, é um recurso contra uma sentença, então, pela nossa experiência, pelo nosso conhecimento, é recurso de apelação. Olha, agora (a entrevistada está lendo o relatório) eu tô vendo aqui, ó, que colocou “interpôs recurso de apelação”, que eu não tinha me atido a essa informação.***

*E: Essa expressão, “ação condenatória”, tu achas que está lá dentro [do acórdão] também? ou se não tivesse tu irias colocar?*

***PI: Se não tivesse, eu iria colocar. Porque aqui até o autor identificou como “ação declaratória cumulada com indenização por danos morais”, e daí, na identificação da sentença, do dispositivo da sentença, o relator coloca que acolheu os pedidos iniciais para condená-la ao pagamento de indenização. Então a gente já sabe que essas ações, na verdade, elas querem uma declaração como termo diretamente antecedente à condenação, e o objetivo em si, desse tipo de ação, é a condenação.***

*E: Em seguida, ou concomitantemente, você fez anotações sobre os pontos que considera relevantes?*

*P2: Eu até ia fazer, eu até ia marcar de amarelo, mas daí como era um acórdão mais simples, uma matéria que eu já tô bem acostumada, então não foi necessário, mas eu faria isso se o acórdão fosse muito diferente, eu faria essa anotação pra eu fragmentá-lo.*

*E: Discorra sobre as razões que determinaram a escolha de cada entrada do cabeçalho. “Apelação cível”, de onde tiraste?*

*P2: Por falar “sentenciante” eu tô partindo do pressuposto que é uma sentença, tá, e daí sentenciante singular, senão falaria uma decisão singular. Falou “sentença”, aí eu vi que era uma apelação.*

*E: Descreva em linhas gerais no que você se apoiou para elaborar o cabeçalho? Perguntas complementares: Você se apoiou nas informações contidas no próprio documento?*

*P3: Me apoiei também naquilo que eu tenho de prática lá em cima [no gabinete]. Quando eu vi que era uma inscrição indevida, eu já tinha mais ou menos noção do que eu poderia precisar colocar na ementa, que às vezes é uma informação que não está no processo, mas que eu consigo algum nome de instituto jurídico que eu só tenho conhecimento porque tenho conhecimento do direito ou alguma outra informação que, embora não constasse ali, já fosse da minha prática.*

*E: Por que tu botaste isso então, “princípios da proporcionalidade e razoabilidade”, se não está lá dentro [do acórdão]?*

*P4: Porque é assim que eu entendo que tem que ser fixado o quantum compensatório, o valor da indenização, ele tem que ser proporcional ao dano causado e ao dano sofrido, né, tipo tanto da ótica do autor quanto da ótica do réu e tem que ser razoável, não pode fugir dos limites que se entende adequados. Não está lá dentro [do acórdão], mas pra mim me parece um princípio geral assim, sabe? E da leitura do que tá dito no parágrafo, que existe um parágrafo*

*que trata do quantum, obviamente que eu não inventei, mas da leitura deste parágrafo lá dentro eu entendi que foi fixado de acordo com esses parâmetros, então é uma forma que eu entendo rápida de sintetizar o que foi escrito talvez em dois parágrafos.*

*E: Próxima entrada: “sentença de procedência”. Alguma vez o juiz lá dentro [do acórdão] falou “sentença de procedência”?*

*P4: Não, mas no relatório tá dizendo que condenou a ré a pagar, e o pedido era do autor, então caracterizou uma sentença de procedência. Acho importante porque aí eu vou saber se vou prover total, integralmente ou parcialmente o recurso.*

Percebe-se também nessas transcrições a indicação de hábito (ver próxima seção). Isso tem explicação no fato de que a familiaridade com o objeto do assunto representado (experiência colateral) influencia pensamentos futuros, noção que está presente naquele conceito.

#### 4.1.3 Indicação de hábito

Foi visto que o hábito, em Peirce (2000), serve de guia para as ações dos indivíduos. Assim, se uma ação se repetir sob certas condições, essa ação é denominada de hábito e influenciará a natureza do agir e pensar futuros, e de diferentes hábitos surgirão novas formas de ação (SANTAELLA, 2004).

No processo de indexação, o hábito pode explicar o modo de agir do indexador; pode explicar por que ele indexa de certa forma. Desse modo, diante de um documento (signo) que tem de indexar, o indexador é impelido pelo hábito a indexá-lo de uma maneira, até que dúvidas sobre como representar determinada informação forcem-no a agir de maneira diferente. Quer dizer, investido de hábitos com os quais está de acordo, o indexador torna-se disposto a agir de conformidade com eles.

Como a perquirição sobre o hábito é tema de extrema complexidade no âmbito da semiótica peirceana, na codificação das entrevistas utilizou-se a expressão “*indicação de hábito*”, deixando-se propositamente em aberto a sua efetiva ocorrência. Nesse sentido, seguem exemplos de *possíveis* hábitos dos entrevistados na indexação do acórdão que lhes foi submetido:

*E: “Valor fixado em quinze mil reais que se mostra adequado”. Da onde tu pegaste isso daí?*

*P1: Do relatório e do próprio voto, ele também fala do valor. Só pra demonstrar pros julgadores qual é o valor fixado, que é de quinze mil reais e que então ele se mostra adequado. Não especifiquei a forma de pensar e o raciocínio que o julgador teve nessa fixação do dano, porque **isso é muito batido assim, é uma matéria muito conhecida**, então eu simplesmente [coloquei] que se mostra adequado pra verificação da adequação ou não do valor, **isso é conhecido assim**.*

*E: Há necessidade de botar “sentença mantida” aí? tu achas?*

*P1: Cara, eu acho até que pode ser que não, sabe? No caso em tela assim, mas eu, o meu raciocínio né, é que **eu gosto de dizer que, ó, a sentença, como ela foi escrita, ela tá mantida**. Porque aqui identifica que eu não fiz nada de ofício. Isso acontece muito às vezes na adequação do termo a quo dos juros de mora ou da correção monetária. Às vezes acontece essas coisas, **então eu gosto de expor para as partes que a sentença está sendo mantida**.*

*E: Tu achas que essa expressão, “inscrição indevida”, está lá no acórdão exatamente assim?*

*P2: Lá tá “negativação”, mas seria negativação “do nome” né, que seria isso que abalaria, que daria direito aos danos morais pra ele. Foi o voto todo baseado nisso, então nesse sentido da negativação pra mim **é um termo técnico que a gente usa quando...** eu entendo como um termo técnico a negativação “do nome”.*

*E: Você se apoiou na sua experiência geral em elaborar cabeçalhos de ementas para elaborar esse cabeçalho?*

*P3: Ajudou, ajuda, até porque, de uma certa forma, **a gente já tem o conhecimento da matéria, mas também, como a gente conversou, a gente seguiu mais ou menos o padrão que tá sendo utilizado agora no gabinete, orientação do gabinete para fazer ementas, para elaboração de ementas**.*

[...]

**P3:** Para poder as partes, para os interessados saberem exatamente o que aconteceu. O que eu sinto: Nem sempre eu consigo colocar no cabeçalho, sem ficar um pouco prolixo, todas as questões relevantes. **O que é que eu coloco:** uma chamada com uma explicação mais comum, acho que, na verdade, é o objetivo da subementa, né, fazer uma explicação mais detalhada.

**E:** Próxima entrada: “insurgência da ré”.

**P3:** Insurgência da ré, isso. [Retirei do] relatório também, retirado do relatório. Até é como eu te falei, **é um padrão que a gente utiliza no gabinete.**

**E:** “Inteligência do artigo”, achas que aparece lá dentro [do acórdão]?

**P3:** Não, não.

**E:** Por que tu botaste então?

**P3:** **Questão de estilo também (risos). Eu acho que não é nem bem um estilo, acho que são palavras que a gente acaba incorporando ao jargão, que a gente utiliza algumas expressões, às vezes até alguns vícios, né.**

**E:** “Recurso conhecido e desprovido”. Está assim lá dentro [do acórdão], recurso “conhecido”?

**P3:** Hum, não. Acho que não. **Isso até é uma coisa que a gente traz do..., que eu até trouxe do gabinete. É um estilo que a gente sempre coloca.**

**E:** Descreva em linhas gerais no que você se apoiou para elaborar o cabeçalho? Perguntas complementares: Você se apoiou nas informações contidas no próprio documento?

**P4:** **Me apoiei também naquilo que eu tenho de prática lá em cima [no gabinete]. Quando eu vi que era uma inscrição indevida eu já tinha mais ou menos noção do que eu poderia precisar colocar na ementa, que às vezes é uma informação que não está no processo, mas que eu consigo algum nome de instituto jurídico que eu só tenho conhecimento porque tenho conhecimento do direito ou alguma outra informação que, embora não constasse ali, já fosse da minha prática.**

*E: É assim que o termo aparece lá dentro do acórdão?*

**P4:** *Não, não é assim que aparece. Poderia ser “evidenciada” ao invés de “caracterizada”. Na verdade, é uma palavra que a gente usa bastante lá em cima [no gabinete], então talvez eu coloquei mesmo pelo vício de utilizar esta palavra. O “caracterizado” me pareceu mais pertinente pra dizer do que o “evidenciado”, porque aquilo é porque é, e não porque alguém me mostrou [...].*

*E: “Valor fixado de acordo com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade”. Essa expressão, do jeito que está aí, tu achas que está lá dentro [do acórdão]?*

**P4:** *Não, essa expressão nós usamos bastante lá, no nosso gabinete. É meio que um padrão. Quando fixamos um quantum compensatório a regra, e não consigo visualizar hoje uma exceção, é que ele obedeça os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.*

#### 4.1.4 Interpretante

Outro elemento semiótico identificado nas entrevistas foi o interpretante. Dele derivaram cinco outros elementos: signo equivalente, signo desenvolvido, abdução, dedução e indução.

Novamente é importante esclarecer que, apesar de que em todo o processo de indexação de documentos textuais o indexador lida com símbolos, que são signos triádicos genuínos, isto é, só podem ser compreendidos mediante a presença do interpretante – de modo que, sob esse aspecto, todas as categorias/elementos desta pesquisa deveriam ser subcategorias da categoria interpretante –, trouxe-se esta categoria, subdividida naquelas cinco, separadamente das outras três (aspectos da semiose, experiência colateral e indicação de hábito) por razões didáticas, para analisar determinadas questões que de outra forma poderiam ser difíceis de ser analisadas, como é exemplo os tipos de inferências no processo de indexação.

Em uma de suas definições sobre o interpretante, Peirce (2000) o define como um *signo equivalente* ou *mais desenvolvido* do que o signo observado. Para efeito desta pesquisa, como já se destacou, signo é o documento acórdão e interpretante são as entradas dos cabeçalhos das ementas dos acórdãos. Partindo-se desses pressupostos, das entrevistas



analisadas constatou-se que muitas das entradas dos cabeçalhos são *signos equivalentes*, ou seja, entradas que são reprodução ou quase reprodução de informação que apareceu de forma explícita no acórdão. Por exemplo:

*E: Vamos para a próxima entrada: “sentença de procedência”.*

***P1: Sim, o relator falou claramente no primeiro parágrafo que foi procedente.***

*E: Vamos lá pra segunda entrada então: “inscrição indevida”.*

***P2: “Inscrição indevida” porque diz que foi inscrito lá indevidamente.***

*E: Por que tu botaste ali “artigo 333/1973 do CPC” (próxima entrada)?*

***P2: Porque é... porque tá no voto ali e é o que era do código antigo né, pra extintivo, modificativo...***

*E: Discorra sobre as razões que determinaram a escolha de cada entrada do cabeçalho. “Apelação cível” tiraste da onde?*

***P3: Do processo (risos). É uma apelação cível.***

*E: Mas como tu sabes que é uma apelação cível?*

***P3: Recurso de apelação, primeiro parágrafo.***

*E: “Ônus da requerida”, da onde tu tiraste?*

***P3: Porque no acórdão diz o voto que era um ônus da ré comprovar se é relação negocial, fato impeditivo, extintivo, então eu puxei pra dizer que era uma coisa, uma obrigação dela [...].***

No que tange ao interpretante como *signo desenvolvido*, esteve presente sempre que o entrevistado justificou a entrada do cabeçalho não dizendo que apenas a transcreveu do texto do acórdão (signo equivalente), mas que a incluiu com base na sua experiência sobre o assunto. Tem-se, portanto, como signo desenvolvido a entrada (interpretante) que não constou do texto do acórdão, mas que foi incluída pelo indexador por conta de inferências e do seu conhecimento acerca da matéria. Seguem exemplos:

*E: Essa expressão, “ação condenatória”, tu achas que está lá dentro [do acórdão] também? ou se não tivesse tu irias colocar?*

***P1: Se não tivesse, eu iria colocar. Porque aqui até o autor identificou como “ação declaratória cumulada***

*com indenização por danos morais”, e daí, na identificação da sentença, do dispositivo da sentença, o relator coloca que acolheu os pedidos iniciais para condená-la ao pagamento de indenização. Então a gente já sabe que essas ações, na verdade, elas querem uma declaração como termo diretamente antecedente à condenação, e o objetivo em si, desse tipo de ação, é a condenação.*

*E: Como assim? Me explica mais um pouquinho. Lá dentro [do acórdão] não tá “conhecido”, tu botaste aí “conhecido”...*

*P2: Eu coloquei “conhecido” porque, se ele não vai ser conhecido, ele não vai ser julgado o mérito. No caso aqui foi julgado o mérito e por isso que eu coloquei que ele foi conhecido.*

*E: “Negligência manifesta”, está lá no voto assim?*

*P3: Ele não fala em “manifesta”, fala em “negligência”, “negligência” e “ilicitude” também ele coloca no voto.*

*E: Por que colocaste “manifesta” então?*

*P3: Porque me pareceu bem gritante, né. Aqui no caso pelo que eu vi [a negligência] foi gritante.*

*E: Próxima entrada: “sentença de procedência”. Alguma vez o juiz lá dentro [do acórdão] falou “sentença de procedência”?*

*P4: Não, mas no relatório tá dizendo que condenou a ré a pagar, e o pedido era do autor. Então caracterizou uma sentença de procedência. Acho importante porque aí eu vou saber se vou prover total, integralmente ou parcialmente o recurso.*

*E: “Inexistência de relação jurídica”, por que colocaste?*

*P4: Porque se a atuação fraudulenta não restou comprovada e o réu está cobrando uma dívida, que foi contraída mediante fraude, não há relação jurídica entre o autor e o réu. É uma consequência de não se reconhecer o fato de um terceiro que eu reconheço a inexistência de uma relação jurídica.*

Na categoria do interpretante, também foram incluídas as subcategorias abdução, dedução e indução, que são os tipos de

inferências objeto de estudo da Lógica Crítica, segundo ramo da Semiótica. As espécies de inferências foram inseridas na categoria do interpretante porque os fundamentos da Lógica Crítica são baseados na terceira tricotomia de Peirce, que versa sobre a relação entre o signo e o interpretante final. As inferências derivam especificamente do terceiro elemento da terceira tricotomia, o argumento.

Como foi visto, a *abdução* é a forma de raciocínio da qual derivam hipóteses que podem ou não ser verificadas experimentalmente. É, portanto, o único tipo de inferência que pode dar origem a uma teoria. Na indexação, a abdução pode ser constatada no processo de criação de hipóteses de representação de assunto pelo indexador. Em outras palavras, quando o indexador lê o documento a ser indexado almejando a identificação dos seus potenciais assuntos, está efetuando um processo abdutivo (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013).

Nesse sentido, nas entrevistas a abdução sobressaiu nas seguintes passagens:

*E: Então tá. Pergunta sobre o cabeçalho tá. Eu queria que tu descrevesse o procedimento que utilizaste desde o momento que tiveste contato com o acórdão até o momento que começaste a elaborar o cabeçalho.*

***P1:** Certo. Como não foi eu que fiz o acórdão, então eu comecei a ler o relatório, identifiquei a ação e eu já fui jogando palavras lá no cabeçalho, porque, como não fui eu que fiz, eu já fui lançando a informação que eu tinha no relatório, fui passando pra cima e fiz anotações das teses que, de apelação, então eu fiz anotações, terminei de ler, quando eu li...*

*[...]*

***P1:** depois eu comecei a ler o relatório pra entender o que tava sendo alegado em apelação. Daí eu verifiquei algumas teses como eu faria o acórdão, até comecei a escrever algumas coisas no cabeçalho, voltei a falar sobre isso, isso e isso, como eu estivesse fazendo o voto. Daí eu comecei a ler o voto e eu vi que a dinâmica do acórdão não seguiu a mesma dinâmica que eu seguiria.*

*[...]*

***P1:** Porque eu sempre faço assim em todos os votos que eu faço. Até hoje eu não me desliguei disso assim, eu leio o processo e então eu vou identificando os*

*tópicos do processo numa anotação. Depois disso eu faço o voto e depois eu faço a ementa de uma vez só, e o cabeçalho de uma vez só [...].*

*E: Então tá, descreva o procedimento que você realizou desde o momento em que teve contato com o acórdão, né, o relatório e o voto, até o momento que começou a elaborar o cabeçalho da ementa, ou seja, pra responder até o momento que começastes tá, a elaborar o cabeçalho da ementa.*

*P2: Eu li primeiro, né, o acórdão, eu procurei me atentar nos pontos mais marcantes dele e me situei qual matéria que era, né, daí foi aí que eu fui ver que tipo de recurso que era, se era apelação ou se era agravo, aí eu vi que era apelação, aí eu iniciei, apelação, a matéria que é a matéria principal que seria a inscrição indevida e daí eu fui pros pontos principais do acórdão que eu achei importante né, os pontos principais que eu achei que valia a pena colocar na ementa.*

*E: Antes de começar a elaborar o cabeçalho da ementa, agora, o que tu fizeste?*

*P3: Eu li todo o texto, o relatório, o voto, claro, pra pegar principalmente os pontos principais pra me inteirar do caso.*

*E: Eu queria que tu descrevesse pra mim o procedimento que realizaste desde o momento que tiveste contato com o acórdão até o momento em que começaste a elaborar o cabeçalho da ementa, assim ó, essa parte é antes de começar a escrever o cabeçalho, tá? Perguntas complementares: Tu observaste o documento de forma geral? por exemplo, o assunto, o ramo de direito, direito penal, a decisão?*

*P4: Não, na verdade, primeiro eu li o relatório e a partir do relatório já começo a formular a ementa em minha cabeça. A solução jurídica no caso normalmente depois que eu leio o processo, eu já começo a formular ela, inclusive a minha ementa nem sempre ela é construída após eu ter feito o voto.*

*E: Uhum.*

***P4: Algumas vezes parte da minha ementa ela já está pronta porque eu li e percebi que aquela informação não poderia faltar no cabeçalho da ementa justamente por ser uma informação importante [...].***

A *dedução* é a espécie de raciocínio em que a passagem das premissas para a conclusão é estritamente necessária, independentemente da verdade ou da falsidade das premissas/hipóteses. No processo de indexação, segundo Almeida, Fujita e Reis (2013), a dedução se verifica quando o indexador infere uma hipótese de indexação de assunto com base em outros assuntos. Sendo a conclusão do raciocínio dedutivo necessária, considerando certas premissas o indexador naturalmente chega a uma hipótese de indexação.

Nas falas dos entrevistados a inferência dedutiva apareceu diversas vezes, a exemplo das transcrições abaixo:

***E: Essa expressão, “ação condenatória”, tu achas que está lá dentro [do acórdão] também? ou se não tivesse tu irias colocar?***

***P1: Se não tivesse, eu iria colocar. Porque aqui até o autor identificou como “ação declaratória cumulada com indenização por danos morais”, e daí, na identificação da sentença, do dispositivo da sentença, o relator coloca que acolheu os pedidos iniciais para condená-la ao pagamento de indenização. Então a gente já sabe que essas ações, na verdade, elas querem uma declaração como termo diretamente antecedente à condenação, e o objetivo em si, desse tipo de ação, é a condenação.***

***E: “Ato ilícito demonstrado”. Por que usaste isso?***

***P1: Porque pra mim, se ele não comprovou que houve a contratação, então ocorreu um ato ilícito, alguém fez alguma coisa que não deveria, né.***

***E: Discorra sobre as razões que determinaram a escolha de cada entrada do cabeçalho. “Apelação cível”, de onde tiraste?***

***P2: Por falar “sentenciante” eu tô partindo do pressuposto que é uma sentença, tá e daí sentenciante singular, senão falaria uma decisão singular, falou “sentença”, aí eu vi que era uma apelação.***

***E: Aparece isso lá dentro [do acórdão], será? Essa expressão, “aplicação do Código Consumerista”?***

**P2:** Não, não. Mas fala do... “Ctrl L” (apertando a tecla “Ctrl L”), do “equiparação” (referindo-se já à próxima entrada). Não tem “equiparação”, será que ele tá diferenciando maiúsculo de minúsculo? inventei isso será?

**E:** Talvez “consumidor”, né... Tá, não faz mal se não tá escrito alguma coisa de “consumidor”, mas o que te levou a escrever isso ali [no cabeçalho]?

**P2:** Ah, porque aqui ó, achei o parágrafo que fala.

**E:** Uhum.

**P2:** Ele tem este parágrafo aqui ó (lendo o arquivo), que “é de corroborar... no conceito do consumidor... equiparado àquele que é vítima do evento”, então pra fazer essa equiparação e fala no estatuto protetivo, artigo 17, pra mim é o Código de Defesa do Consumidor.

**E:** “Ônus da requerida”, da onde tu tiraste?

**P3:** Agora não me recordo... porque no acórdão diz o voto que era um ônus da ré comprovar se é relação negocial, fato impeditivo, extintivo, então eu puxei pra dizer que era uma coisa, uma obrigação dela, pra depois concluir que o autor, em contrapartida, desincumbe-se a contento de demonstrar o fato constitutivo do seu direito, justamente porque o voto também foca muito esta questão, que o autor conseguiu comprovar, ele se desincumbiu do ônus dele, do CPC, do artigo 333, inciso primeiro, do CPC/73.

**E:** E essa frase, “autor que, em contrapartida, desincumbe-se a contento de demonstrar o fato constitutivo do seu direito”, está lá dentro [do acórdão]? Exatamente assim tu achas?

**P3:** Não, acho que não. O voto faz referência ao 333... ao art. 333, inciso primeiro, do CPC.

**E:** E o que é que tem esse artigo aí? Com base nele tu escreveste isto?

**P3:** Sim.

**E:** Próxima entrada, “inscrição do nome do autor no sistema de proteção ao crédito”. Tu achas que está assim, exatamente assim, lá dentro [do acórdão], “inscrição do nome do autor...”?

**P4:** *Esse é o motivo que ensejou a indenização por danos morais. Não, não está assim. Não me recordo qual que é o termo, mas eu tenho certeza que não tá assim.*

**E:** *“Inexistência de relação jurídica”, por que colocaste?*

**P4:** *Porque se a atuação fraudulenta não restou comprovada e o réu está cobrando uma dívida, que foi contraída mediante fraude, não há relação jurídica entre o autor e o réu, é uma consequência de não se reconhecer o fato de um terceiro que eu reconheço a inexistência de uma relação jurídica.*

**E:** *“Ilegalidade da cobrança”, por que utilizaste?*

**P4:** *Em decorrência da “inexistência de relação jurídica” [entrada anterior].*

**E:** *“Ato ilícito configurado”, por que tu usaste isso aí?*

**P4:** *Porque por conta disso ele foi condenado a pagar “compensação pecuniária” [entrada posterior].*

**E:** *“Compensação pecuniária devida”, por que tu botaste ali [no cabeçalho]?*

**P4:** *Por conta do ato ilícito.*

Finalmente, a indução é o raciocínio derivado de uma hipótese extraída abduativa e dedutivamente; a hipótese é levada a experimento e deste uma amostra é tomada ao acaso. Após a amostra ser testada, o resultado é aplicado a uma classe geral de sujeitos. Se no decorrer dos experimentos se constatar que a hipótese é falsa, ela será refutada (SILVEIRA, 2007).

No processo de indexação, a indução é verificada sempre que hipóteses de indexação são comparadas pelo indexador no contexto do sistema de informação que utiliza, visando melhorar as representações de assunto em linguagem de indexação (ALMEIDA; FUJITA; REIS, 2013).

Como na indexação realizada pelos entrevistados (indexação livre) não existe padrão para comparar as representações, tem-se que a indução apareceu nos trechos das falas em que reconhecem a possibilidade de indexarem o mesmo acórdão com entradas diferentes, como que testando e comparando hipóteses de representação. Vejam-se:

**E:** *Você acha que em outro momento, amanhã, depois de amanhã, poderia elaborar um cabeçalho para esse mesmo acórdão com outras entradas/termos?*

**P1:** *Eu acho que a gente sempre muda alguma coisa, até eu fiz ele, voltei, reli, mudei algumas palavras, eu acho que a gente sempre modifica um pouco que a gente escreve assim, até tem um momento que não, chega!, não vou mais mexer nisso aqui porque eu já me dediquei muito, né. Então eu acho que eu poderia mudar algumas coisas, sim.*

**E:** *Que fatores poderiam levá-la a utilizar outras entradas e termos?*

**P1:** *É porque a gente vai lendo outras coisas parecidas ou semelhantes ao que tu vens fazendo e algumas palavras acabam entrando no teu vocabulário assim. Então a gente acaba mudando com o tempo mesmo. Eu leio outra ementa de outro relator e gostei da forma que ele escreveu aqui, ficou mais claro, ficou mais resumido, eu acho que isso é bem importante também, ser mais sintético possível na ementa mesmo apresentando todas as informações, então eu tento sempre sintetizar. Então eu acho que o estudo diário, o conhecimento diário pode alterar o nosso modo de escrever, sim. A gente quer na ementa identificar exatamente o que tá fazendo, o que tá dizendo o voto, então eu acho que se eu descobrisse uma palavra melhor eu utilizaria.*

**E:** *Excelente, legal. (indo pra quarta pergunta) Agora tu achas que se tu fosse elaborar este mesmo... se eu te desse esse mesmo acórdão daqui a três dias, se eu desse daqui a um mês, vamos supor, 20 dias, tu achas que irias fazer a mesma coisa [o mesmo cabeçalho]?*

**P2:** *Não, ele ia ter alguma coisa que ia tá diferente.*

**E:** *Mas por que tu achas isso?*

**P2:** *Porque talvez no dia eu teria usado mais palavras do texto... às vezes assim quando eu faço o voto que eu tô, assim, muito concentrada, eu faço uma ementa mais elaborada [...].*

**E:** *Agora a última pergunta. Tu achas que se tu fosses elaborar um cabeçalho para este mesmo acórdão num outro dia, poderias elaborar um cabeçalho com outras entradas/termos?*

**P3:** *Sim, acho que sim.*



*E: Por quê?*

*P3: Porque, como é que eu vou te falar, Junior [pesquisador], é..., passando a mesma ideia, mas teria como colocar de outra forma também, eu acho. Vou ser sincera, talvez se eu tivesse mais tempo, mais calma, talvez eu pudesse dar mais uma aprimorada, mas a base dele seria essa.*

*E: Por que tu achas que talvez tu poderias dar uma aprimorada?*

*P3: Por exemplo, aqui ó (apontando para o cabeçalho), “partes” e “parte” (risos), repetição.*

*E: Questão de repetição?*

*P3: Questão de repetição. Também poderia dar uma aprimorada, por exemplo, ali do “quantum indenizatório”..., não gosto muito de “quantum indenizatório”, vou botar “montante indenizatório”, até pra evitar palavras latinas, aquela coisa. Poderia colocar aqui (apontando para o cabeçalho), por exemplo, “pedido”, “pedidos”, “pedido recursal”, “pedido subsidiário”, poderia fazer uma entrada diferente.*

Discorreu-se, nesta seção, sobre os elementos semióticos identificados no processo de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos. Partindo-se das premissas de que o acórdão representado pelas entradas do cabeçalho é um signo (argumento), de que as ideias e significados relacionados ao acórdão são o objeto e de que as entradas são os interpretantes, verificou-se que o processo é constituído por etapas e que cada uma é constituída de atividade semiótica. Nesse aspecto, constatou-se a presença de experiência colateral e de possível hábito na indexação, e por muitas respostas dos entrevistados ficou evidenciado que o processo é inferencial, com destaque para a ocorrência da inferência dedutiva.

#### 4.2 VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA INTERINDEXADORES E SEMIÓTICA

A consistência na indexação refere-se à extensão com que há concordância sobre os termos usados para indexar um documento. No que tange à consistência interindexadores, é o grau de concordância

entre diferentes indexadores sobre os termos utilizados (LANCASTER, 2004).

Aos participantes da pesquisa foi entregue um mesmo documento acórdão (APÊNDICE A) e solicitado que realizassem sua indexação por meio de entradas no cabeçalho da ementa, sem auxílio de nenhum tipo de vocabulário controlado, em linguagem natural. Por “entradas” entendem-se palavras, expressões e/ou frases curtas, que representam determinado assunto do acórdão.

Da análise dos cabeçalhos constatou-se que, ao todo, foram atribuídas 66 entradas: 19 pelo Participante 1; 9 pelo Participante 2; 20 pelo Participante 3; e 18 pelo Participante 4. A indexação realizada foi livre, do que derivou essa alta exaustividade.

Como resultado, verificou-se que a concordância acerca da atribuição das entradas mostrou-se baixíssima. Apenas no que diz respeito à primeira entrada do cabeçalho (“*apelação cível*”), houve concordância total entre os indexadores. Observou-se concordância na entrada “*sentença de procedência*”, mas somente entre o Participante 1 e o Participante 4. Houve também concordância entre o Participante 1 e o Participante 3 no que tange à entrada “*recurso conhecido e desprovido*”.

Constatou-se, por outro lado, relativa concordância entre os indexadores sobre a escolha dos assuntos por eles representados nos cabeçalhos, conforme demonstrado no quadro 4 abaixo. A primeira coluna indica os assuntos, alcançados indutivamente pelo pesquisador, comparando os cabeçalhos elaborados pelos participantes; a segunda coluna identifica o participante que elaborou a(s) entrada(s); e a terceira coluna demonstra a(s) entrada(s) do cabeçalho confeccionada(s) pelo participante para cada assunto. Identificaram-se 13 ocorrências de assuntos comuns em, pelo menos, três dos cabeçalhos (num total de quatro). Destaca-se que, para que se pudesse verificar a consistência, nesse quadro apenas aparecem os assuntos que foram representados por, no mínimo, três participantes. Assim, se um assunto do acórdão foi representado no cabeçalho por apenas dois participantes ou menos, ele não constará do quadro.

Quadro 4: Assuntos comuns com suas entradas

Assuntos	Participantes	Entrada(s) nos cabeçalhos
Classe processual	Participante 1	Apelação cível
	Participante 2	Apelação cível
	Participante 3	Apelação cível
	Participante 4	Apelação cível
	Participante 1	Ação condenatória
	Participante 2	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Nome da ação	Participante 3	Ação declaratória c/c indenização por danos morais
	Participante 4	Ação declaratória c/c pedido de indenização por danos morais
Motivo da ação	Participante 1	Dano moral por indevida inscrição nos órgãos de proteção ao crédito
	Participante 2	Inscrição indevida
	Participante 3	Inscrição em órgão de proteção ao crédito
	Participante 4	Inscrição do nome do autor no sistema de proteção ao crédito
Tipo de sentença	Participante 1	Sentença de procedência
	Participante 2	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 3	Procedência na origem
	Participante 4	Sentença de procedência
Indicação de quem entrou com o recurso	Participante 1	Recurso da concessionária de serviços públicos ré
	Participante 2	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 3	Insurgência da ré
	Participante 4	Recurso da ré
Lei aplicada ao caso	Participante 1	Aplicabilidade do código de defesa do consumidor
	Participante 2	Aplicação do código consumerista
	Participante 3	Aplicabilidade ao caso, ademais, do código de defesa do consumidor
	Participante 4	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Não existência/comprovação de relação jurídica/contratual	Participante 1	Contratação não comprovada pela credora
	Participante 2	Ausência de prova da contratação do serviço pela empresa
	Participante 3	Relação negocial entre as partes não comprovada
	Participante 4	Inexistência de relação jurídica
Ônus da prova	Participante 1	Ônus probatório cumprido pelo autor e não desconstituído pelo réu – art. 333 do CPC de 1973
	Participante 2	Art. 333/1973 do CPC
	Participante 3	Ônus da requerida. Autor que, em contrapartida, desincumbe-se a contento de demonstrar o fato constitutivo do seu direito. Inte-

		ligência do art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil – CPC/1973
	Participante 4	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Alegação de que houve fraude	Participante 1	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 2	Fraude
	Participante 3	Fraude de terceiro. Circunstância que não afasta a responsabilidade da parte de arcar com os prejuízos imateriais sofridos pelo ofendido
	Participante 4	Atuação fraudulenta não comprovada
Ocorrência do dano moral	Participante 1	Dano moral incidente
	Participante 2	Abalo anímico configurado
	Participante 3	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 4	Ato ilícito configurado
Valor do dano moral	Participante 1	<i>Quantum debeatur</i> – Valor fixado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que se mostra adequado
	Participante 2	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 3	<i>Quantum indenizatório</i> . Arbitramento em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
	Participante 4	<i>Quantum compensatório</i>
Pedido de redução do valor	Participante 1	Minoração descabida
	Participante 2	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 3	Pedido subsidiário formulado com o intento de obter a sua redução. Rejeição. Montante condenatório arbitrado em conformidade com os critérios adotados para tal mister
	Participante 4	Pedido de minoração. Valor fixado de acordo com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Manutenção da verba que se impõe
Resultado do julgamento	Participante 1	Recurso conhecido e desprovido
	Participante 2	Recurso conhecido e não provido
	Participante 3	Recurso conhecido e desprovido
	Participante 4	Recurso desprovido

Observa-se que, com exceção das entradas “*apelação cível*”,

“*sentença de procedência*” e “*recurso conhecido e desprovido*”, nas quais, como já dito, houve certo grau de coerência (o que pode ser explicado pelo fato de serem termos atribuídos a assuntos primários do documento), todas as demais entradas não apresentaram consistência entre si.

Tomam-se como exemplos as entradas para os assuntos “*Ocorrência do dano moral*” e “*Valor do dano moral*”. Nas entradas relativas ao primeiro, não houve coincidência em nenhuma das palavras empregadas (“*dano moral incidente*”, “*abalo anímico configurado*” e “*ato ilícito configurado*”); Nas entradas correspondentes ao segundo, coincidiu apenas a primeira palavra (“*quantum*”).

Tem-se que uns dos fatores que acarretaram a baixíssima coerência interindexadores foram tanto a especificidade quanto a exaustividade da indexação.

Em relação à especificidade, veja-se que, por exemplo, enquanto para o assunto “*Alegação de que houve fraude*” o participante 2 o representou apenas com a entrada “*Fraude*”, o participante 3 o representou de forma bem mais específica, com a entrada “*Fraude de terceiro. Circunstância que não afasta a responsabilidade da parte de arcar com os prejuízos imateriais sofridos pelo ofendido*”, provocando inconsistência na indexação.

Quanto à exaustividade, reitera-se que os participantes efetuaram indexação livre, do que resultou o grande número de termos atribuídos, principalmente pelos participantes 1 (19 termos), 3 (20 termos) e 4 (18 termos), e quanto mais termos se atribuem a um documento menos consistente tende a ser a indexação.

Outro fator que pode explicar a pouca consistência interindexadores foi a utilização, por parte dos pesquisadores, de entradas não controladas. Nesse sentido, é interessante observar as entradas relacionadas ao assunto “*Motivo da ação*”, nas quais não se constata nenhum tipo de padronização: ora a palavra “*órgão*” veio no singular, ora no plural; um participante escreveu “*indevida inscrição*”, outro, “*inscrição indevida*”; ora apareceu “*órgão de proteção ao crédito*”, ora “*sistema de proteção ao crédito*”; e a locução “*inscrição do nome do autor*” constou apenas de uma entrada.

Do ponto de vista semiótico, a baixa coerência na indexação realizada pelos participantes decorreu da própria dinâmica do signo; decorreu do fato de que da análise de um signo surgem outros signos. A indexação, vista de um ângulo semiótico, é a atividade de produzir

novos signos (entradas/termos atribuídos) com base em um signo (documento indexado).

Conforme abordado no referencial teórico (seção 2.1), um signo é tudo aquilo que representa algo (objeto) para alguém, determinando na mente dessa pessoa outro signo, denominado de interpretante.

No caso da indexação realizada pelos participantes, como visto, as entradas foram elaboradas em linguagem natural e serviram de interpretantes, de modo que a inconsistência nos cabeçalhos das ementas foi resultante disto: diferentes intérpretes (indexadores) interpretaram um signo (no caso o documento acórdão) de maneiras diferentes, alcançando diferentes interpretantes (interpretantes dinâmicos). Em outras palavras, o acórdão com base no qual os participantes da pesquisa elaboraram os cabeçalhos serviu como signo que, como tal, apenas representa o objeto do acórdão, não é o objeto, de forma que os participantes tiveram percepções próprias acerca do documento, o que, aliado ao fato de terem indexado de forma livre (conforme será explorado na próxima seção), deu origem a muitas diferentes entradas, diminuindo a consistência interindexadores.

Um elemento semiótico identificado nas entrevistas e que também explica a baixa consistência na elaboração dos cabeçalhos foi a experiência colateral (seção 4.1.2). Constatou-se que os participantes interpretaram o acórdão com base na experiência prévia que tinham dos objetos (denominados objetos dinâmicos) dos assuntos tratados no documento. Como cada participante pode ter experiência própria com o que o objeto do documento denota e uma vez que o interpretante é indiretamente determinado pelo objeto, apareceram diferentes entradas (interpretantes) nos cabeçalhos para um mesmo assunto, o que acarretou a baixa coerência.

Outro elemento semiótico que influenciou para a incoerência da indexação foi a possível presença de hábito (seção 4.1.3). Nas respostas dos entrevistados constatou-se que muitas entradas foram puramente reflexos de suas ações reiteradas, ou seja, os participantes atribuíam termos de forma automática, habitual, e, nesse aspecto, mostraram que não têm preocupação com a representação da informação, fato esse que também acarretou a baixa inconsistência na indexação.

Igualmente se depreenderam das respostas dos entrevistados as espécies de inferências estudadas por Peirce (seção 4.1.4, parte final). Ao contrário, contudo, da preocupação da CI, que é a de representar a informação visando sua recuperação, testando indutivamente hipóteses de indexação, os participantes elaboraram as entradas dos cabeçalhos

com base na sua experiência em indexar acórdãos que trataram de assuntos semelhantes ou as inferindo de outros assuntos contidos no acórdão que estava sendo indexado, sem nenhuma preocupação com a recuperação da informação, e isso evidentemente contribuiu para a baixíssima consistência interindexadores.

#### 4.3 USO DA LINGUAGEM NATURAL NOS CABEÇALHOS SOB UMA PERSPECTIVA SEMIÓTICA

Os participantes da pesquisa elaboraram os cabeçalhos das ementas em linguagem natural. Portanto, os termos por eles atribuídos nos cabeçalhos não foram extraídos de nenhuma lista padronizada e não houve, dessa forma, tradução daquela linguagem em linguagem documentária. Como resultado, conforme visto, indexaram um mesmo acórdão com baixíssima consistência, o que pode ser atribuído à própria dinâmica que o documento, como signo, à falta de controle do significado, impõe: a geração *ad infinitum* de interpretantes, no caso, as entradas dos cabeçalhos.

De acordo com o que foi abordado na seção 2.2.1, a representação temática de documentos em linguagem natural traz sérios obstáculos para a consistência do sistema e, conseqüentemente, para a recuperação da informação, em razão de problemas como a polissemia, a homonímia e a sinonímia.

O quadro a seguir aponta para o problema de sinonímia causado pelo uso de linguagem natural na elaboração dos cabeçalhos das ementas pelos participantes:

Quadro 5: Exemplos de sinonímia nos cabeçalhos

Assuntos	Participantes	Entrada(s) nos cabeçalhos
Motivo da ação	Participante 1	Dano moral por indevida inscrição nos órgãos de proteção ao crédito
	Participante 2	Inscrição indevida
	Participante 3	Inscrição em órgão de proteção ao crédito
	Participante 4	Inscrição do nome do autor no sistema de proteção ao crédito
Indicação de quem entrou com o recurso	Participante 1	Recurso da concessionária de serviços públicos ré
	Participante 2	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 3	Insurgência da ré
	Participante 4	Recurso da ré

Lei aplicada ao caso	Participante 1	Aplicabilidade do código de defesa do consumidor
	Participante 2	Aplicação do código consumerista
	Participante 3	Aplicabilidade ao caso, ademais, do código de defesa do consumidor
	Participante 4	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Não existência/comprovação de relação jurídica/contratual	Participante 1	Contratação não comprovada pela credora
	Participante 2	Ausência de prova da contratação do serviço pela empresa
	Participante 3	Relação negocial entre as partes não comprovada
	Participante 4	Inexistência de relação jurídica
Ocorrência do dano moral	Participante 1	Dano moral incidente
	Participante 2	Abalo anímico configurado
	Participante 3	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
	Participante 4	Ato ilícito configurado

Depreende-se desse quadro que para o assunto “*Motivo da ação*”, um participante dispôs no cabeçalho “*órgão de proteção ao crédito*”, outro “*sistema de proteção ao crédito*” (*órgão* sinônimo de *sistema*); em relação ao assunto “*Indicação de quem entrou com o recurso*”, constam as entradas “*Insurgência da ré*” e “*Recurso da ré*” (*insurgência* sinônimo de *recurso*); no assunto “*Lei aplicada ao caso*”, “*código de defesa do consumidor*” e “*código consumerista*”; em “*Não existência/comprovação de relação jurídica/contratual*”, apareceram “*relação negocial*”, “*relação jurídica*” e “*contratação*”, todos sinônimos; finalmente, no assunto “*Ocorrência do dano moral*” constam as expressões, também sinônimas, “*Dano moral*”; “*Abalo anímico*” e “*Ato ilícito*”.

Diferentemente, portanto, da indexação em linguagem documentária, a indexação em linguagem natural pode acarretar uma variedade enorme de representações de um mesmo item, e isso também é explicado pelo sistema semiótico de que esse tipo de linguagem se reveste.

Como se viu na seção 2.1.2, um signo pode apresentar vários interpretantes dinâmicos, tantos quantos forem os seus observadores, que atualizam o nível de significado que está contido no próprio signo (interpretante imediato). Ao entrar em contato com um documento, o indexador que o indexa em linguagem natural fica propenso, pela natureza desta, a infinitas interpretações, pois não há nenhum tipo de



controle sobre os interpretantes gerados no processo. Em outras palavras, a linguagem natural é um sistema de signos linguísticos caracterizado pela semiose ilimitada.

Por outro lado, a linguagem documentária, em razão da sua função informativa ou referencial (pois traduz a informação e estabelece a intercomunicação entre sistema e usuário), faz parte de um sistema semiótico cujos interpretantes são controlados. Assim, a linguagem documentária faz com que a representação e a recuperação da informação não fiquem à mercê das interpretações múltiplas do indexador e do usuário, uma vez que delimita a interpretação e cria, dessa maneira, condições para que a informação seja acessada de acordo com o sistema em questão, e não conforme a experiência de cada um (LARA, 2006). Enquanto a linguagem natural não tem função específica e funciona em distintos contextos, desencadeando interpretantes vários, a linguagem documentária possui função informativa, operando no controle dos significados por meio de referências à terminologia da área de especialidade de um sistema de informação (LARA, 2006).

O fato de os participantes da pesquisa terem elaborado as entradas dos cabeçalhos das ementas em linguagem natural e de a indexação resultante do processo ter apresentado baixíssima consistência vai na contramão da função da ementa de propiciar, como produto documentário do acórdão, a recuperação da informação constante desse documento, e isso corrobora o entendimento de Guimarães (2004b) de que os cabeçalhos, confeccionados que são em linguagem natural, acabam não cumprindo papel relevante nas ementas dos acórdãos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi investigar a contribuição da Semiótica peirceana (ramos da Gramática Especulativa e da Lógica Crítica) para a compreensão do processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos. Para tanto, três objetivos específicos foram perseguidos.

O primeiro deles, identificar elementos da semiótica peirceana na elaboração de cabeçalhos de ementas, foi atingido com a análise das entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa. Partindo do pressuposto de que o documento acórdão agiu como signo e de que as entradas a que chegaram os participantes funcionaram como interpretantes, constatou-se a presença de experiência colateral, demonstrando os participantes familiaridade com o que o documento acórdão representava, e de possíveis hábitos, que na indexação explicam o modo de agir do indexador. Também se observou que algumas entradas dos cabeçalhos (interpretantes) foram reproduções (signo equivalente) ou quase reproduções (signos desenvolvidos) de passagens do documento indexado, o que é típico da indexação livre, e que no processo de elaboração de cabeçalhos de ementas de acórdãos podem ser visualizados aspectos dos três tipos de inferências estudados por Peirce (abdução, dedução e indução).

A verificação semiótica da consistência interindexadores do processo de elaboração de ementas de acórdãos fez o segundo objetivo específico da pesquisa. Como já esperado – pois os participantes elaboraram os cabeçalhos sem o auxílio de instrumentos de indexação e a indexação realizada foi livre, que resultou em uma alta exaustividade e problemas com a especificidade –, a consistência da indexação mostrou-se muito baixa. Sob um ângulo semiótico, vimos que a pouca consistência interindexadores é resultado da própria dinâmica do documento como signo. Em contato com um mesmo documento (acórdão), os participantes tiveram compreensões diferentes acerca dele e alcançaram diferentes interpretantes, do que derivaram as diferenças de representações nos cabeçalhos. Ademais, a baixa consistência tem explicação no fato de todo pensamento ser inferencial e uma atividade particular, pois sendo a indexação produto de um processo interpretativo-inferencial e, portanto, peculiar, cada participante a realizou conforme suas percepções e experiências colaterais com os assuntos que estavam sendo representados.

A pesquisa também sugeriu que a consistência interindexadores poderia não ter sido tão baixa se tivessem os participantes elaborado os cabeçalhos usando uma linguagem documentária, na qual há controle da semiose, que é a produção de interpretantes. Com o alcance do terceiro objetivo específico, que visou analisar o uso da linguagem natural nos cabeçalhos de ementas de acórdãos sob o ângulo semiótico, ficou visível que essa linguagem funciona como verdadeiro signo, no sentido de que é propícia ao desencadeamento de interpretantes num processo aberto, sem controle de significado. Conjeturamos, com isso, que a linguagem documentária, porque controla a produção de interpretantes, impondo-lhes um limite de representação, é mais adequada quando se trata de atingir a coerência interindexadores.

Tem-se, assim, que a contribuição da Semiótica de Charles Peirce para a compreensão do processo de elaboração, em linguagem natural, de cabeçalhos de ementas de acórdãos esteve em confirmar que, em sendo esse processo subjetivo, a consistência absoluta é uma tarefa hercúlea, haja vista os diferentes interpretantes dinâmicos que podem se originar do processo. Além disso, a semiótica peirceana mostrou-se fundamental para a compreensão de que todas as etapas da indexação envolvem interpretações que suscitam objetos diferentes decorrentes tanto da etapa em que a interpretação se desenvolve quanto de fatores cognitivos e subjetivos do indexador. Isso pode explicar, considerando que não só o indexador mas também outros atores de um sistema de informação são intérpretes, a dificuldade de se proceder a uma representação da informação que permita sua recuperação de forma eficaz.

O estudo da Semiótica de Peirce também contribuiu para o alcance do entendimento de que a indexação de assunto necessariamente depende de cognições prévias do indexador, as quais variam de profissional para profissional, e de formulações de hipóteses de representação que, após testes dedutivos, são continuamente experimentadas até que se consiga chegar o mais perto possível do que se poderia chamar de “verdade da indexação”, uma indexação que, além de consistente, pudesse representar o documento de maneira que ele fosse sempre facilmente recuperado. Todavia, como o alcance da verdade semiótica nunca é concretizado, a verdade da indexação, isto é, a verdade sobre o objeto do documento a ser representado também nunca será alcançada, especialmente porque, pertencendo ao domínio da experiência, de caráter humano e particular, a indexação é inelutavelmente falível.

A análise semiótica sinalizou, ainda, que, por serem elaborados em linguagem natural, permeada que é de signos munidos de toda carga de semiose, de produção incessante de interpretantes, os cabeçalhos de ementas de acórdãos não possuem função relevante em um sistema de informação. Nesse sentido, a indexação em linguagem documentária – por mais que não cesse o trabalho interpretativo do usuário, que ao efetuar uma busca se deparará com entradas de indexação, as quais, como signos, gerarão outros interpretantes na sua mente – é, em termos de consistência interindexadores, a que melhor cumpre a função de ser a ponte entre o conteúdo temático de um documento e os usuários, por controlar os interpretantes oriundos do processo, fazendo com que a representação e a recuperação da informação não sejam exclusivamente o resultado das experiências semióticas dos indexadores.

Pensamos, portanto, que todos os tribunais do país, e não apenas alguns, devem ter uma política de indexação que indique o uso de linguagem documentária para a representação dos seus acórdãos, a fim de que os milhares de usuários que cotidianamente acessam os seus *sites* em busca de informação jurídica não dependam, para encontrá-la, da representação feita de forma livre nos cabeçalhos das ementas.

Por fim, é fato que na aplicação do direito os operadores jurídicos se valem, além da jurisprudência, divulgada por acórdãos, de outras fontes de informação jurídica, tais como lições doutrinárias e, sobretudo, leis. A lei é fonte primária do direito, no sentido de que constitui o principal meio de que dispõem os operadores jurídicos (juízes, desembargadores, advogados) para o ajuizamento de ações ou para a resolução de litígios. Vislumbra-se, nesse aspecto, a necessidade de construção de linguagens documentárias que deem conta de representar e recuperar os variados exemplares dessa fonte de informação jurídica com o estudo de regras sintáticas, semânticas e pragmáticas da linguagem simbólica de que são formados, construção que pode vir instrumentalizada por futura pesquisa dedicada à investigação da Semiótica de Charles William Morris, especialmente em razão do forte enfoque dado pelo filósofo norte-americano ao aspecto pragmático da linguagem, que se relaciona com o utente/usuário.

Posso dizer que tive um longo e difícil trajeto até aqui, nas considerações finais desta dissertação. Trajeto *longo* porque desde a graduação em direito já vinha paquerando a semiótica. A paquera começou de forma casuística. Achei bonito o nome “semiótica” e fui procurar saber do que se tratava. Fiquei apaixonado, casei com ela e hoje vivo um casamento tormentoso, cheio de conflitos, por culpa mais

dela, que às vezes é incompreensível. Trajeto *difícil* porque, além do problema em si de compreender os conceitos abstratos da semiótica, o tema indexação até então tinha sido completamente novo para mim, de sorte que sua apreensão exigiu muitas horas de estudos.

Trajeto longo e difícil, sim, mas também muito agradável e provocador. A semiótica provoca dúvidas que nos impulsam, que nos fazem querer saber o porquê. Quantas vezes, estudando, me deparei contemplando uma maçã (não sei por que sempre tinha que ser uma maçã) e me questionando se de fato aquilo que eu via era realmente uma maçã ou uma representação dela? Esse tipo de questionamento, de dúvida, para mim agradável porque assim paradoxalmente consigo sair da zona de conforto, é que me fez chegar até estas linhas. Aplicando a semiótica ao processo de indexação tive a oportunidade de combinar formas de saberes que, conquanto se assemelhem no ponto em que lidam com signos, diferenciam-se no modo de compreensão, um filosófico outro técnico, o que, por conta da complexidade enfrentada, me dá a sensação de que posso avançar mais, sempre com dúvida da certeza e com certeza da dúvida.

## REFERÊNCIAS

AARTS, Jan. Intuition-based and observation-based grammars. In: AIJMER, Karin; ALTENBERT, Bengt (Org.). **English corpus linguistics: studies in honour of Jan Svartvik**. New York: Longman, Harlow, 1991. p. 44-62.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação e do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 2010.

\_\_\_\_\_; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; REIS, Daniela Marjorie dos. Peircean semiotics and subject indexing: contributions of speculative grammar and pure logic. **Knowledge organization**, v. 40, n. 4, p. 225-241, 2013.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Peirce e a ciência da informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Análise peirceana do processo de indexação: em busca de fundamentos para a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ancib, 2008.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676: métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**. Rio de Janeiro, 1992.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BARITÉ, Mario. Propuesta de un marco referencial para la docencia en el area de procesamiento de la información. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3 / ENCUESTRO DE DOCENTES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2, out. 1998, Santiago (Chile). p. 121-128.

BARROS, Camila Monteiro de; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Estudos da semiótica na ciência da informação: relatos de interdisciplinaridades. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 18-33, 2012.

BARROS, Camila Monteiro de; CAFÉ, Lígia Maria Arruda; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Informação musical e interpretação: contribuições semióticas para o campo da organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 39-63.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ancib, 2008. p. 1-14.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mar. 2015. p. 1-51.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 1998. p. 5-7.



CAMPESTRINI, Hildebrando. **Como redigir ementas**. São Paulo: Saraiva, 1994.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

\_\_\_\_\_; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTRO, Thiago Gomes de; GOMES, William Barbosa. Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 153-161, abr./jun. 2011.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de linguística para estudos de indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A ementa nos acórdãos. **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, v. 21, dez. 2004, p. 106-120.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília/DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science?. **Knowledge organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DIDIER JR., Fredie et al. **Curso de direito processual civil**: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 10. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2015. v. 2.

EVANGELISTA, Isadora Victorino; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; ALMEIDA, Carlos Cândido. A semiótica como subsídio para a representação do conhecimento: uma análise conceitual sobre o tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 413-429.

FARIAS, Priscila Lena. Os conceitos de hábito e mudança de hábito em C. S. Peirce. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, v. 1, n. 1, p. 12-16, 1999.

FOGL, J. Relations of the concepts ‘information’ and ‘knowledge’. **International Forum on Information and Documentation**, The Hague, v. 4, n. 1, p. 21-24, 1979.

FOSKETT, Antony Charles. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1973.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. A análise, a síntese, a representação da informação e a gestão do conhecimento nas empresas. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 230-239. Estudos avançados em ciência da informação. v. 2.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 64-89.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. (Orient.). **A ementa como resumo do acórdão: aspectos metodológicos da condensação documental em jurisprudência no Brasil**. Projeto de pesquisa. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2015 – atual.

\_\_\_\_\_. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 3, p. 105-117, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise documentária em jurisprudência**: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Elaboração de ementas de atos normativos: elementos de análise documentária como subsídio teórico à técnica legislativa. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004a. p. 9-32.

\_\_\_\_\_. **Elaboração de ementas jurisprudenciais**: elementos teórico-metodológicos. Brasília/DF: Conselho da Justiça Federal, 2004b.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)?

**Knowledge Organization**, v. 35, n. 2, p. 86-102, 2008.

HSIEH, Hsiu-Fang; SHANNON, Sarah E. Three approaches to qualitative content analysis. **Qualitative Health Research**, v. 15, n. 9, p. 1277-1288, 2005.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, dez. 2007.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Joliza Chagas. Pragmática linguística e organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: PPGCI/UFPB, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANIGAN, Richard. **Semiotic phenomenology of rhetoric: eidetic practice in Henry Grattans discourse on tolerance**. Washington, DC, The Center for Advanced Research in Phenomenology / University Press of America, 1984.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 223-226, set./dez. 1993.

\_\_\_\_\_. É possível falar em signo e semiose documentária?. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 11, n. esp., 2006.

MAÇOLI, Fábio. **Análise documentária das ementas cíveis**: uma experiência com acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Campinas/SP, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

MAI, Jens-Erik. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. **Journal of Documentation**, v. 57, n. 5, p. 591-622, 2001.

\_\_\_\_\_. The concept of subject in a semiotic light. In: SCHWARTS, C.; RORVIG, M. (Ed.). **Digital collections**: implications for users, funders, developers and maintainers. Medford, NJ: Information Today, 1997. p. 54-64.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. 3. ed., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MONTEIRO, Silvana Drumond. Semiótica peirciana e a questão da informação e do conhecimento. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da Informação, Florianópolis, v. 11, n. esp., p. 43-57, 2006.

MOREIRA, Solange Silva. O ícone e a possibilidade de informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 2, 2006, p. 30-42.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 2, 2006, p. 1-17.

\_\_\_\_\_; SILVA, Ana Paula. Identificação e análise das contribuições da semiótica e da semiologia para a construção de linguagens de indexação –1998-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4, 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2000.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. AMORIM, Valéria Ramos. A concepção e o uso das linguagens de indexação face às contribuições da semiótica e da semiologia. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 217-251, 2002.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 22. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NAVARRO, Sanderlei. Interface entre linguística e indexação: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 46-62, jan./jun. 1988.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Estudo de fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2001.

NETTO, José Teixeira Coelho. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. **O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. A força das decisões judiciais. **Revista de Processo**, ano 38, n. 216, p. 13-34, fev. 2013.

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Semiótica e filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce**. São Paulo: Cultrix, 1993.

PERELMAN, Chaïm. **The realm of rhetoric**. London: University of Notre Dame Press, 1982.

PIMENTEL, Kalyani Muniz Coutinho. **Ementas jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2015.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Medidas de consistência da indexação: interconsistência. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 109-114, 1978.

\_\_\_\_\_. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, 2005.

PINTO, Julio. **1, 2, 3 da semiótica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

RABER, Douglas; BUDD, John M. Information as sign: semiotics and information science. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 5, p. 507-522, 2003.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REDIGOLO, Franciele Marques; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Algumas contribuições da perspectiva filosófico-semiótica de Peirce para a análise de assunto. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jun. 2012.

SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researches**. 2. ed. Los Angeles, CA: Sage, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que é semiótica**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008b.

\_\_\_\_\_.; Nöth, Winfried. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da. **Curso de semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SMIRAGLIA, Richard P. **The elements of knowledge organization**. Cham: Springer, 2014.

SOUSA, Brisa Pozzi de; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Um olhar semiótico sobre o processo de indexação: a questão da representação e do referente. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 23-34, 2012.

TEIXEIRA, José Carlos Abreu. **Cabeçalhos de assunto (manual para estudantes)**. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 1979.

THELLEFSEN, Torkild Leo; BRIER, Søren; THELLEFSEN, Martin. Problems concerning the process of subject analysis and the practice of indexing. **Semiotica**, v. 144, n. 1/4, p. 177-218, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.



**APÊNDICE A – Acórdão utilizado para a confecção do cabeçalho****RELATÓRIO**

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba interpôs recurso de apelação contra a sentença que, nos autos da ação declaratória c/c indenização por danos morais, contra si ajuizada por Jorge Felipe Aires, acolheu os pedidos iniciais para condená-la ao pagamento de indenização na quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), acrescida de correção monetária a contar da data do arbitramento e de juros de mora a partir do evento danoso, bem como ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Em suas razões, aduziu a demandada que o sentenciante singular deixou de observar as imagens das telas do seu sistema anexadas aos autos, as quais demonstram os débitos de responsabilidade do apelado pelo consumo de energia, e que a inscrição ocorreu pela inadimplência do autor ao não realizar o pagamento de sua conta de consumo de energia elétrica.

Disse que não houve qualquer ilicitude na sua conduta e que se o recorrido não reconhece a dívida é porque os débitos são provenientes de atuação fraudulenta de outras pessoas que solicitaram e usufruíram dos serviços prestados, o que torna impossível de ser identificado diante das diligências normais adotadas, de modo que incide na hipótese a excludente de responsabilidade por fato exclusivo de terceiro.

Destacou que, mesmo em se tratando de relação de consumo, não cabe a inversão do ônus da prova, pois é de incumbência da parte autora comprovar suas alegações.

Assim, alegou que deve ser considerada na presente situação a excludente de responsabilidade para que seja julgada improcedente a demanda, ou, ao menos, reduzido o *quantum* fixado, por não se poder admitir a imputação de danos sequer existentes, pois agiu de acordo com as normas estabelecidas pela Aneel.

O apelado apresentou contrarrazões.

**VOTO**

Tratam os autos de recurso de apelação cível interposto pela Companhia de Energia Elétrica do Estado da Bahia – Coelba contra a sentença que declarou inexistente o débito objeto da inscrição negativa-

dora do nome do autor e a condenou ao pagamento de indenização por danos morais na quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Pretende a insurgente a reversão do julgado ou, de maneira subsidiária, a redução da verba indenizatória fixada.

Adianta-se que o recurso não comporta agasalhamento.

Na petição inicial da ação declaratória c/c indenização por danos morais, afirmou o demandante desconhecer a dívida pela qual foi inscrito, contraída no Estado da Bahia, e que somente obteve conhecimento da inscrição quando da negativa de concessão de crédito no comércio.

Asseverou que, após ter conhecimento da inscrição, entrou em contato com a acionada objetivando esclarecimentos acerca do débito pelo qual foi inscrito e, mesmo não reconhecendo a dívida, realizou o pagamento do valor de R\$ 43,25 (quarenta e três reais e vinte e cinco centavos) sob a promessa de que seu nome seria retirado dos cadastros de inadimplentes pela demandada.

Informou que o pagamento foi realizado em 12-4-2013, porém dois meses após seu nome ainda se encontrava negativado, o que motivou o ingresso da presente demanda.

É de se corroborar as razões adotadas na sentença quanto ao enquadramento do apelado no conceito de “consumidor”, equiparado àquele que é vítima do evento (no caso, a fraude), conforme preceitua o art. 17 do Estatuto Protetivo (“para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento”).

Aliás, é o entendimento esposado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, nos termos dos acórdãos assim sumariados:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. FRAUDE. UTILIZAÇÃO DOS DADOS DA APELADA EM CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO. FATO INCONTROVERSO. RELAÇÃO DE CONSUMO. EQUIPARAÇÃO. DANO MORAL DECORRENTE DA INSCRIÇÃO DO NOME DA PARTE EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MATERIAIS NÃO COMPROVADOS.

A vítima de fraude praticada por terceiro perante fornecedor de produtos ou serviços equipara-se ao conceito de consumidor, consoante dispositivo do art. 17 do CDC, na medida em que foi afetada pelo evento. Assim, temos que a responsabilidade do réu é objetiva. A utilização, por terceiros, dos dados pessoais da apelada na contratação de empréstimo, que, observe-se, não mantém qualquer relação com a instituição financeira, configura conduta ilícita da recorrente, eis que se

trata de empresa possuidora, portanto, de inúmeros recursos disponíveis para o afastamento de fraudes como a deduzida nos autos” (Ap. Cív. n. 2004.01.1.088928-2, 2ª Turma Cível, rela. Des. Carmelita Brasil, DJe 14-12-2006).

“DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. FRAUDE DE TERCEIROS. DÍVIDA INEXISTENTE. COBRANÇA INDEVIDA. CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. LANÇAMENTO ABUSIVO. DANO MORAL. COMPENSAÇÃO. QUANTUM. FIXAÇÃO COM RAZOABILIDADE.

1. A INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DO CONSUMIDOR NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, POR SI SÓ, É SUFICIENTE PARA ENSEJAR INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, NÃO SENDO NECESSÁRIO QUE O PREJUDICADO TENHA QUE COMPROVAR PREJUÍZO, PORQUE ESTE EMERGE DA SIMPLES RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. PRECEDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS” (Ap. Cív. n. 2008.01.1.159721-3, 1ª Turma Cível, rel. Des. João Batista Teixeira, DJe 30-5-2011).

Desse modo, não persiste qualquer dúvida acerca da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor no caso vertente, muito menos do deferimento ao autor da inversão do ônus da prova, sobretudo quando verificada sua hipossuficiência, retratada na incapacidade ou na dificuldade de comprovar suas argumentações, ou quando verossímil sua alegação de desconhecimento da dívida.

Consideradas as concepções do Diploma Consumerista, há que se averiguar se, na hipótese, existe ou não um ilícito por parte da demandada ao registrar o nome do autor no Sistema de Proteção ao Crédito.

Compulsando os autos, constata-se que não há nenhum contrato realizado entre o autor e a concessionária acionada. O documento anexo às fls. 49-53 não pode ser considerado como contrato de renegociação da dívida do autor, pois tal ajuste não tem sequer a assinatura deste.

Assim, ausentes provas a respeito da contratação que afirma a apelante ter existido, não há base jurídica a legitimar a inserção do nome do apelado no cadastro negativador, nos termos do documento de fl. 12, negativing essa que se mostra temerária e completamente abusiva, gerando a produção de danos de cunho moral.

Ademais, incumbia à empresa demandada comprovar os fatos impeditivos do direito invocado na inicial, demonstrando que o demandante realmente havia contratado os serviços por ela disponibilizados no mercado.

Aliás, como prescreve o art. 333 do Código de Processo Civil de 1973, "o ônus da prova incumbe [...] ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito" (inc. I), e "ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor" (inc. II).

Manifestando-se acerca do tema, anota Luiz Rodrigues Wambier:

"O ônus da prova pode ser conceituado como a conduta que se espera da parte, para que a verdade dos fatos alegados seja admitida pelo juiz e possa ele extrair daí as conseqüências jurídicas pertinentes ao caso. Já que há interesse da parte em demonstrar a veracidade dos fatos alegados, porque somente assim poderá esperar sentença favorável, ônus da prova significa o interesse da parte em produzir a prova que lhe traga conseqüências favoráveis" (*Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. v. 1, p. 446).

Na hipótese presente, demonstrou o recorrido os elementos constitutivos do direito que invocou, deixando delineada a inexistência de débitos contraídos com a recorrente, como também a indevida negativação de seu crédito.

Porém, o mesmo não ocorreu com a apelante, a quem cabia, com exclusividade, a apresentação de algum fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor; limitou-se ela a meras alegações, sem apresentar provas idôneas, capazes de comprovar os fatos que invocou.

Desse modo, por não ter a empresa apelante trazido aos autos as provas necessárias à comprovação dos fatos que sustentou em sua defesa, alternativa outra não poderia direcionar o julgamento levado a cabo que não a declaração de inexistência de débito pleiteada pelo demandante.

Comprovada restou, pois, a conduta negligente e ilícita da apelante, por traduzir-se ela em uma verdadeira coação para obter a cobrança, do autor, de valores que na verdade nunca foram contratados.

Assim, detectada a irregularidade da negativação do nome do apelado nos bancos de dados do SPC, dúvidas não pairam acerca da culpa exclusiva da concessionária de energia elétrica pelo sofrimento de danos de ordem moral a ele acarretados (CC, arts. 186 e 927).

No tocante ao arbitramento da indenização, registra-se que foi ela fixada na quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Requer a recorrente sua minoração.

É sabido que, em relação ao valor indenizatório dos danos morais, deve ele constituir-se em um montante que represente advertência ao lesante, por não se aceitar o comportamento assumido ou

o evento lesivo advindo. Assim, a fixação do *quantum* reparatório há que se balizar por critérios que imponham um certo temor ao seu causador, a fim de evitar a prática reiterada desses atos. Ao mesmo tempo, o valor adotado não pode ser demasiadamente elevado a ponto de estimular um enriquecimento sem causa da vítima do dano.

Nesse ponto, de valia é trazer à baila o escólio de José Raffaelli Santini:

“Na verdade, inexistindo critérios previstos por lei a indenização deve ser entregue ao livre arbítrio do julgador que, evidentemente, ao apreciar o caso concreto submetido a exame fará a entrega da prestação jurisdicional de forma livre e consciente, à luz das provas que forem produzidas. Verificará as condições das partes, o nível social, o grau de escolaridade, o prejuízo sofrido pela vítima, a intensidade da culpa e os demais fatores concorrentes para a fixação do dano, haja vista que costumeiramente a regra do direito pode se revestir de flexibilidade para dar a cada um o que é seu. [...] Melhor fora, evidentemente, que existisse em nossa legislação um sistema que concedesse ao juiz uma faixa de atuação, onde se pudesse graduar a reparação de acordo com o caso concreto. Entretanto, isso inexistente. O que prepondera, tanto na doutrina, como na jurisprudência, é o entendimento de que a fixação do dano moral deve ficar ao prudente arbítrio do juiz” (*Dano moral*: doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Agá Júris, 2000. p. 45).

Sobre o tema, assentou o Supremo Tribunal Federal:

“O valor da indenização há que ser eficaz, vale dizer, deve, perante as circunstâncias históricas, entre as quais avulta a capacidade econômica de cada responsável, guardar uma força desencorajada de nova violação ou violações, sendo perceptível ao ofensor, e, ao mesmo tempo, de significar, para a vítima, segundo sua sensibilidade e condição sociopolítica, uma forma heterogênea de satisfação psicológica da lesão sofrida. Os bens ideais da personalidade, como a honra, a imagem, a intimidade da vida privada, não suportam critério objetivo, com pretensões de validade universal, de mensuração do dano à pessoa” (RE n. 447.584-7/RJ, rel. Min. Cezar Peluso, j. 28-11-2006).

Na mesma esteira, expôs o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO MANTIDO POR ENTIDADE DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL. [...]”

A indevida inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito gera o dever de indenizar o dano moral causado. A quantificação do valor da indenização não é arbitrária e deve levar em

consideração a situação econômica das partes, mormente do causador do dano para atender o caráter pedagógico da condenação indenizatória. Correção monetária que passa a incidir quando da sentença e juros de mora contados desde a data do fato danoso, conforme Súmula 54 do STJ. Apelação conhecida e improvida” (Ap. Cív. n. 70039593546, rel. Des. Victor Luiz Barcellos Lima, j. 3-5-2012).

No caso em exame, o responsável pela indenização é a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, detentora de capital social autorizado de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais); o lesado, por sua vez, está desempregado e sofreu profundo abalo moral, pois os reflexos nocivos decorrentes da inserção indevida do nome de alguém em cadastros de restrição estigmatizam as pessoas, que passam a carregar a pecha de maus pagadores. Por essas razões, entende-se que o valor fixado deve ser mantido em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

Este é o voto.

**APÊNDICE B – Guia de entrevista****GUIA DE ENTREVISTA**

Nome do participante: \_\_\_\_\_

1) Descreva o procedimento que você realizou desde o momento em que teve contato com o acórdão até o momento em que começou a elaborar o cabeçalho da ementa.

Perguntas complementares:

1.1) Ao ter contato com o acórdão, qual foi o procedimento que você realizou?

1.1.1) Você observou o documento de forma geral? por exemplo, o assunto, o ramo do direito (direito civil, direito penal), a decisão etc.?

1.1.2) Você leu o acórdão inteiro antes de elaborar o cabeçalho? Se sim, por quê? Se não, por quê?

1.2) Em seguida, ou concomitantemente,

1.2.1) Você fez anotações sobre os pontos que considera relevantes?

1.2.2) Você fez esboço do cabeçalho ou o redigiu de uma só vez?

2) Descreva, em linhas gerais, no que você se apoiou para elaborar o cabeçalho.

Perguntas complementares:

2.1) Você se apoiou nas informações contidas no próprio documento? Se sim,

2.1.1) Que informações?

2.1.1.1) Aquelas relativas ao conteúdo do documento, como assunto, ramo do direito etc.?

2.1.1.2) Aquelas relativas à estrutura do documento, como parágrafos, títulos, etc.?

2.2) Você se apoiou em alguma informação que não consta no próprio documento?

Se sim, por quê? Qual informação?

2.3) Você se apoiou na sua experiência geral em elaborar cabeçalhos de ementas?

Se sim,

2.3.1) Fale mais sobre essa experiência.

3) Discorra sobre as razões que determinaram a escolha de cada entrada do cabeçalho.

Entrada 1: \_\_\_\_\_

Anotações:

---

Entrada 2: \_\_\_\_\_

Anotações:

---

Entrada 3: \_\_\_\_\_

Anotações:

---

Entrada 4: \_\_\_\_\_

Anotações:

---

...

4) Você acha que em um outro momento poderia elaborar um cabeçalho para esse mesmo acórdão com outras entradas/termos?

Se sim,

4.1) Por quê? Que fatores poderiam levá-lo(a) a utilizar outras entradas/termos?



## APÊNDICE C – Instrução para elaboração do cabeçalho

### INSTRUÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO CABEÇALHO

Participante,

Elabore o cabeçalho da ementa do acórdão abaixo utilizando a quantidade de entradas que achar necessária.

Redija-o de forma natural, da maneira como você costuma fazer no dia a dia.

**Esta pesquisa não é uma avaliação. Portanto, você não será em nenhum momento avaliado(a) pelo modo como elaborará o cabeçalho.**

Osvaci Amaro Venâncio Júnior

Mestrando em Ciência da Informação (UFSC)

*E-mail:* osvaci@hotmail.com

*Celular:* (48) 9933-8727

**Espaço para o cabeçalho:**



## **APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro que concordo em participar, voluntariamente, da pesquisa de mestrado sobre “ELABORAÇÃO DE CABEÇALHOS DE EMENTAS DE ACÓRDÃOS SOB A PERSPECTIVA DA SEMIÓTICA DE CHARLES PEIRCE: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO”, que será realizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde eu trabalho, por Osvaci Amaro Venâncio Júnior, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina.

Estou ciente de que os resultados serão utilizados somente para fins de pesquisa. Autorizo a publicação dos resultados das análises individuais em conjunto. Os resultados individuais com identificação de minha pessoa só poderão ser do conhecimento do pesquisador, do conhecimento da sua orientadora e do meu conhecimento.

Estou ciente, ainda, de que posso desistir, sem nenhum prejuízo, da participação deste estudo a qualquer momento, desde que dessa desistência o pesquisador seja avisado em tempo hábil, no máximo 2 (dois) meses após a presente data.

Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) entrevistado(a)

**NOME COMPLETO:** \_\_\_\_\_

**Número da Identidade:** \_\_\_\_\_

#### **Contatos do pesquisador:**

Osvaci Amaro Venâncio Júnior

Residencial: (48) 3241-3083 Celular: (48) 9933-8727

*e-mail:* osvaci@hotmail.com

#### **Contatos da orientadora:**

Profa. Dra. Lígia Maria Arruda Café – PGCIN/UFSC

Celular: (48) 9143-1215

*e-mail:* ligia.cafe@ufsc.br